



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**Diário da Sessão**

**XII Legislatura**

**Número: 13**

**I Sessão Legislativa**

**Horta, sexta-feira, 26 de fevereiro de 2021**

**Presidente:** *Deputado Luís Garcia*

**Secretários:** *Deputado Marco Costa e Deputado José Eduardo (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Tiago Branco)*

**Sumário**

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.*

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, a sessão iniciou-se com a continuação do debate do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 11/XII – “Programa de Apoio Extraordinário às Empresas de Comunicação Social Privada”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Assim, usaram da palavra os Srs. Deputados Carlos Furtado (*CH*), Nuno Barata (*IL*), Pedro Pinto (*CDS-PP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Em votação final global, o mesmo foi aprovado por maioria.

Prosseguiu-se com o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 22/XII – “Recomenda a aquisição de um novo Rebocador para o Porto de Ponta Delgada”**, apresentado pela Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal.

Justificada a urgência pelo Sr. Deputado Nuno Barata (*IL*), seguiram-se as intervenções dos Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro Nascimento Cabral (*PSD*), Pedro Neves (*PAN*), António Lima (*BE*) e Pedro Pinto (*CDS-PP*).

Submetido a votação, o pedido de urgência foi aprovado por maioria.

Tendo sido aprovada a urgência, prosseguiu-se com o debate do [Projeto de Resolução n.º 22/XII – “Recomenda a aquisição de um novo Rebocador para o Porto de Ponta Delgada”](#), apresentado pela Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal.

A apresentação do diploma coube ao Sr. Deputado Nuno Barata, tendo usado da palavra os Srs. Deputados Gustavo Alves (*PPM*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Pedro Nascimento Cabral (*PSD*), Miguel Costa (*PS*), Pedro Neves (*PAN*), António Lima (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Vasco Cordeiro (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (*Mário Borges*).

Submetido a votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Vasco Cordeiro (*PS*).

Dando continuidade à agenda, seguiu-se o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 27/XII – “Programa especial de apoio à economia de Ponta Garça e Rabo de Peixe”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Justificada a urgência pela Sra. Deputada Sabrina Furtado (*PS*), seguiram-se as intervenções dos Srs. Deputados Rui Martins (*CDS-PP*), Pedro Neves (*PAN*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido a votação, o pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Tendo sido aprovada a urgência, prosseguiu-se com o debate do [Projeto de Resolução n.º 27/XII – “Programa especial de apoio à economia de Ponta Garça e Rabo de Peixe”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação da iniciativa por parte do Sr. Deputado Jaime Vieira (*PSD*), intervieram no debate os/as Srs./as Deputados/as Sandra Faria (*PS*), José Pacheco (*CH*), Pedro Neves (*PAN*), Nuno Barata (*IL*), António Lima (*BE*), Rui Martins (*CDS-PP*), Valdemira Carvalho (*PS*), Francisco César (*PS*), Sabrina Furtado (*PS*), Carlos Furtado (*CH*), João Bruto da Costa (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Vasco Cordeiro (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*), o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*) e o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*).

Submetido a votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

**O Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 29/XII – “Recomenda a atualização do regime jurídico da avaliação do impacte e do licenciamento ambiental vigente na Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PPM, foi retirado pelo proponente.

Assim, prosseguiu-se com o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 16/XII – “Programa extraordinário de apoio ao serviço público de transportes em táxi”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A urgência foi justificada pelo Sr. Deputado Francisco César (*PS*).

Submetida a votação, foi aprovada por unanimidade.

Após a aprovação da urgência, o Sr. Deputado Francisco César (*PS*) apresentou o **[Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 16/XII – “Programa extraordinário de apoio ao serviço público de transportes em táxi”](#)**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Paulo Estêvão (*PPM*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Pedro Neves (*PAN*), Rui Martins (*CDS-PP*), Nuno Barata (*IL*), Carlos Furtado (*CH*), Alexandra Manes (*BE*), Francisco César (*PS*), bem

como a Sra. Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações (*Ana Carvalho*):

Em votação final global, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 31/XII – “Medidas para garantir o cumprimento das metas de reciclagem da União Europeia nos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Justificada a urgência pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*), seguiram-se as intervenções dos/as Srs./as Deputados/as Pedro Pinto (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Nuno Barata (*IL*), Pedro Nascimento Cabral (*PSD*), Bárbara Chaves (*PS*), Pedro Neves (*PAN*) e Carlos Furtado (*CH*).

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados António Lima (*BE*), Nuno Barata (*IL*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Pedro Neves (*PAN*), Pedro Nascimento Cabral (*PSD*) e Carlos Furtado (*CH*).

Submetido a votação, o pedido de urgência foi rejeitado.

Dando continuidade à agenda, passou-se para o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 33/XII – “Caducidade da Declaração de Impacte Ambiental da Central de Valorização Energética de Resíduos na ilha de São Miguel”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PAN.

A justificação coube ao Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*), tendo intervindo de seguida o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido a votação, o pedido de urgência foi rejeitado.

Prosseguiu-se com **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 35/XII – “Cria a Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia”**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, do PSD, do CDS-PP, do Chega e do PPM e pelas Representações Parlamentares da Iniciativa Liberal e do PAN.

Submetido a votação, o pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Assim, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro procedeu à apresentação do [Projeto de Resolução n.º 35/XII – “Cria a Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia”](#), apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, do PSD, do CDS-PP, do Chega e do PPM e pelas Representações Parlamentares da Iniciativa Liberal e do PAN.

Submetido a votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

O **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 36/XII – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores um aumento mensal de 30% no Complemento Regional de Pensão para os idosos”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH, foi retirado pelo proponente.

Assim, prosseguiu-se com o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 37/XII – “Recomenda ao Governo Regional a negociação com a Associação de Municípios da Ilha de São Miguel no sentido de dar início à incineração de resíduos não recicláveis”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Chega.

A urgência foi justificada pelo Sr. Deputado Carlos Furtado (CH).

Submetida a votação, foi rejeitada.

Por fim, foi aprovada por unanimidade a **Proposta de Deliberação da Mesa que declara findo o período legislativo de fevereiro**.

*Os trabalhos terminaram às 18 horas e 56 minutos.*

**Presidente:** Muito bom dia a todos.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos dar início aos nossos trabalhos. Tem a palavra o Sr. Secretário para fazer a chamada. Faz favor, Sr. Secretário.

*Eram 10 horas e 08 minutos.*

**Secretário:** Bom dia. Obrigado, Sr. Presidente.

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:*

***Partido Socialista (PS)***

**Andreia** Martins Cardoso da **Costa**

**Bárbara** Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

**Berto** José Branco **Messias**

**Célia** Otelinda Borges **Pereira**

**Francisco** Miguel Vital Gomes do Vale **César**

**João** Vasco Pereira da **Costa**

**José** Manuel Gregório de **Ávila**

**José** António Vieira da Silva **Contente**

**José** Gabriel Freitas **Eduardo**

**Lubélio** de Fraga **Mendonça**

**Manuel** José da Silva **Ramos**

**Maria** Isabel Góis **Teixeira**

**Marta** Ávila **Matos**

**Patrícia** Maria Melo **Miranda**

**Rodolfo** Paulo Silva Lourenço da **Franca**

**Rui** Filipe Vieira **Anjos**

**Sandra** Micaela Costa Dias **Faria**

**Sérgio** Humberto Rocha de **Ávila**

**Tiago** Alexandre dos Santos **Lopes**

Maria **Valdemira** Gouveia Andrade **Carvalho**

**Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes**

*Partido Social Democrata (PSD)*

**Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental**

**António Vasco Vieira Neto de Viveiros**

**Carlos Manuel da Silveira Ferreira**

**Carlos Eduardo da Cunha Freitas**

**Délia Maria Melo**

**Elisa Lima Sousa**

**Flávio da Silva Soares**

**Gil Alberto Medeiros Borges**

**Jaime Luís Melo Vieira**

**João Luís Bruto da Costa Machado da Costa**

**José Joaquim Ferreira Machado**

**Luís Carlos Correia Garcia**

**Luís Carlos Cota Soares**

**Marco José Freitas da Costa**

**Paulo Duarte Gomes**

**Paulo Alberto Bettencourt da Silveira**

**Pedro Miguel de Medeiros do Nascimento Cabral**

**Rui Miguel Mendes Espínola**

**Sabrina Marília Coutinho Furtado**

**Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira**

*Partido Popular (CDS/PP)*

**Catarina Oliveira Cabeceiras**

**Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto**

**Rui Miguel Oliveira Martins**

*Chega (CH)*

**Carlos** Alberto Borges Rodrigues **Furtado**

**José** Eduardo Cunha **Pacheco**

*Bloco de Esquerda (BE)*

**Alexandra** Patrícia Soares **Manes**

**António** Manuel Raposo **Lima**

*Partido Popular Monárquico (PPM)*

**Gustavo** Valadão **Alves**

**Paulo** Jorge Abraços **Estêvão**

*Iniciativa Liberal (IL)*

**Nuno** Alberto **Barata** Almeida Sousa

*Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)*

**Pedro** Miguel Vicente **Neves**

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Ontem, estávamos no ponto 14 da nossa agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 11/XII – “Programa de Apoio Extraordinário às Empresas de Comunicação Social Privada”**. Esta iniciativa é apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A Mesa tinha algumas inscrições. Dou a palavra ao Sr. Deputado Carlos Furtado.

Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O debate do final de ontem, na minha visão, isso, obviamente, vale o que vale, teve uma leitura: muitas vezes, instrumentaliza-se os problemas de setores da sociedade como forma de arma de arremesso entre bancadas.

Devo dizer que os problemas de financiamento, ou de boa condição de sobrevivência dos órgãos de comunicação social, o documento que esteve aqui em discussão e que será aprovado hoje, ou não, mostra isso mesmo. Se esse profissional da comunicação social fosse... devo dizer que sentiria desagrado. Sentiria desagrado precisamente por essa situação, em que os problemas dessa classe estão a ser aqui instrumentalizados. E eu, no debate, vi palavras do tipo de satisfação, de quase gozo de um momento, que desagradaram profundamente. Isto é uma Casa séria, que tem por objetivo... Isto é uma Assembleia Legislativa, que tem por obrigação e por cumprimento da sua missão legislar.

E percebi que não se estava só a tratar disso aqui, media-se forças. Media-se forças com base num suposto equilíbrio parlamentar e que, na minha leitura, lá está, já nem é um equilíbrio parlamentar, mas sim um desequilíbrio parlamentar, porque, na minha leitura, lá está outra vez, equilíbrio parlamentar é quando existem forças mais ou menos com a mesma dimensão e que têm a mesma representatividade e o mesmo poder, porque estão a representar mais ou menos o mesmo número de pessoas. Isso é equilíbrio parlamentar. O que existe, atualmente, nesta Casa, infelizmente ou felizmente, sabe-se lá, é um desequilíbrio parlamentar, onde forças minúsculas, como o Chega, têm uma capacidade negocial tão grande com forças que representam dez vezes, doze vezes mais, quinze vezes mais eleitorados. Portanto, isso, na minha leitura, é um desequilíbrio parlamentar.

Eu assumo, aqui, a minha condição, mas tudo farei, e já dei nota pública disso mais do que uma vez, que vou tentar representar os 5,2% da população votante

que votou no Chega, que não é mais do que dois vírgula qualquer coisa por cento da população açoriana. E, nessa condição, nessa humilde condição de representar dois vírgula qualquer coisa da população açoriana, eu vou tentar agir em conformidade, porque essas pessoas que estão lá fora, obviamente, não esperam outra coisa, que eu aja em conformidade com aquilo que foi a dimensão da representação que nos foi concedida em outubro.

Lamento que isso assim seja, não está aqui o Sr. Presidente do Governo Regional, porque gostaria de lhe dirigir umas palavras de conforto e de solidariedade, porque, na realidade, o Sr. Presidente do Governo Regional, seguramente, no momento atual, sentir-se-ia mais confortável, por exemplo, a governar em duodécimos. Porque era duodécimos? Teria que governar em função daquele resultado e não em função daquilo que se vier, ou não, a aprovar nesta Casa, que vai, obviamente, condicionar qualquer programa do Governo. Não serão, seguramente, quatro anos fáceis de governar, sendo que todos os meses há uma novidade nesta Casa. E essa novidade vai, obviamente, condicionar o Programa do Governo e vai condicionar a vida do povo açoriano. Foram a eleições Programas do Governo? Os açorianos tiveram oportunidade de pensar sobre o assunto e de votar em conformidade com aquilo que foram os programas de cada partido. E que depois, hoje, fruto dessa configuração parlamentar, distorceu-se aquilo que foi a vontade popular manifestada em outubro.

Muito bem, da minha parte, devo dizer que, perante o cenário que aqui vi ontem, eu acho que o povo açoriano tem todo o direito de ver clarificada essa situação. É útil clarificar essa situação.

E da minha parte, da parte do Partido Chega, nós não temos medo de ir a eleições novamente. Não temos medo porque acreditamos na sabedoria do povo açoriano, que saberá, como soube em outubro, escrutinar o que é que estava em causa. E da mesma forma que, em outubro, o povo soube dizer que não queria mais a maioria

hegemónica do Partido Socialista, também, se calhar, saberá dizer se quer, ou não, continuar com esse ambiente, onde a única certeza é a incerteza constante.

**Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Artur Lima*): É um homem da generalidade política!

**O Orador:** Muito bem, a confirmar isso, precisamente, porque ontem já foi dado aqui como adquirido que era uma votação unânime, devo dizer que não. Da nossa parte vai haver abstenção. E vai haver abstenção precisamente porque sentimos que aquilo que se está a votar aqui é sério demais para estar a ser instrumentalizado com votações mais ou menos consensuais.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Tem cerca de um minuto, Sr. Deputado, faz favor.

(\*) **Deputado Nuno Barata** (*IL*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou ser muito rápido. Em primeiro lugar, para esclarecer o Sr. Deputado Paulo Estêvão que o estado de emergência é um instituto da Constituição da República Portuguesa e, como tal, a Iniciativa Liberal jamais votaria contra o estado de emergência. O que a Iniciativa Liberal fez e fará sempre é votar contra este estado de emergência, o diploma presidencial, que se demite da responsabilidade o Sr. Presidente da República e transfere não para a Assembleia da República, que é o órgão que deve deliberar nesta matéria conjuntamente com ele por serem eleitos diretamente, transferindo estas competências para o Governo da República. É por aí que a Iniciativa Liberal vota contra aquele estado de emergência.

E, por fim, queria dizer ao Sr. Deputado Carlos Furtado que ele não se esqueça de dizer aquilo que disse hoje, aqui, ao eleitorado quando for a votos da próxima vez, que é igual votar no PSD ou no PS, que não serve de nada votar nos outros, porque,

depois, vêm para aqui só criar instabilidade, que é para ver se ele reduz a sua votação.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos debatendo ou dando continuidade ao debate de um Projeto de Decreto Legislativo Regional, da autoria do Partido Socialista, para o apoio extraordinário a empresas de comunicação social privada na Região Autónoma dos Açores. Efetivamente, essas empresas estão sofrendo, como todas as empresas na Região e no País, mas com uma agravante: como parte da receita dessas empresas advém de publicidade, estando a economia arrefecida, obviamente que também essas empresas estão duplamente penalizadas por essa via de perda de receitas de publicidade.

E se no passado havia um programa, instituído pelo anterior Governo, chamado PROMÉDIA, que tentava compensar as empresas de comunicação social para compensar os custos de produção, o certo é que com o dealbar desta pandemia tornou-se evidente que isso não era suficiente. Não era suficiente e, muito bem, o anterior Governo começou por dar apoios extraordinários sob a forma de Resolução e, após as eleições, o atual Governo da coligação deu continuidade a esses apoios. E, portanto, isto tem que ficar, obviamente, escrito no Diário das Sessões para memória futura. Não houve, por parte desta maioria ou deste Governo, um corte no apoio às empresas de comunicação social.

E, no passado dia 23, há três dias atrás, foi publicada mais uma Resolução do Conselho do Governo também a dar continuidade a esses apoios extraordinários.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** As empresas ou os órgãos de comunicação social regionais, seja rádios, seja jornais, são importantíssimos para os Açores, são importantíssimos para a nossa democracia, são importantíssimos para o nosso desenvolvimento cultural e social, em cada ilha e na Região como um todo. São, também, uma via fundamental para o estímulo da atividade comercial em cada ilha e são um fator de liberdade e também um fator de escrutínio da democracia, contribuindo para o seu enriquecimento.

Em muita da comunicação social da nossa Região, nós, no exercício das nossas atividades políticas, bem como qualquer cidadão, faz publicar as suas ideias e as suas opiniões, coisa que já não vemos, por exemplo, no Continente, onde esses espaços de opinião são reservados a algumas pessoas muito bem escolhidas.

E, portanto, eu acho que, nos Açores, a comunicação social desempenha, aqui, um papel importantíssimo para a nossa liberdade e para a consciência social, cultural e política de todos os açorianos e, portanto, é fundamental criar condições económicas e financeiras para que, quer os jornais, quer as rádios das nossas ilhas, não deixem de funcionar.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Deputado Nuno Barata, muitas vezes, mais importante do que as palavras é o tempo que se tem. E eu tenho tempo e V. Exa. não o tem.

Eu quero dizer-lhe o seguinte: V. Exa. defende um tipo especial de liberalismo, que é o liberalismo que está, há muito, estendido no nosso País, mas que não corresponde àquilo que é o conceito fundamental. V. Exa. defende a liberalização dos lucros, mas defende a estatização dos prejuízos. E isso nunca é correto. O liberalismo não pode ser isso. Os contribuintes que paguem os prejuízos, os empresários que fiquem com os lucros.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Nem o senhor acredita no que está a dizer!

**O Orador:** Isso não me parece que seja correto.

E devo dizer-lhe, também, em relação ao Sr. Deputado Carlos Furtado e ao Sr. Deputado José Pacheco: V. Exas., façó-lhes, aqui, esta homenagem, têm contribuído para a estabilidade. A estabilidade é algo que é absolutamente fundamental nos sistemas políticos. As aventuras políticas são sempre um erro. E para um partido que muitos querem ilegalizar, à boa maneira estalinista, eu devo dizer que para um partido que tem essa perseguição e que muitos têm esse objetivo de ilegalização, eu digo-vos que o vosso comportamento aqui tem sido absolutamente exemplar. Quero deixar aqui este testemunho.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Claro! Às vezes os elogios são ameaças!

**O Orador:** Ameaça?! Então, eu acabo de fazer um elogio!

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Há muitos elogios que são ameaças! O seu foi um deles!

**O Orador:** Ó Sr. Deputado Vasco Cordeiro, V. Exa. anda de cabeça perdida! Tenha calma! Tenha paciência!

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Vai fazer-me um elogio?

**O Orador:** Olhe, eu esperei 24 anos. Espere algum tempo! Aprenda a esperar! Tenha paciência! O povo falou! V. Exa. tem que aguardar outra oportunidade!

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** E eu ganhei!

**O Orador:** Não, não ganhou! Está aí! E é o Presidente do Governo que está ali, o Dr. José Manuel Bolieiro!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP e do PPM)*

A primeira coisa que há a fazer em política é olhar-se ao espelho e enfrentar a realidade. Eu vejo que V. Exa. ainda não acordou desse sonho.

**Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima):** Não é um sonho, é um pesadelo!

**O Orador:** Enfrente a realidade!

Finalmente, devo dizer que, em relação a esta questão, é muito importante que se tenha a perceção do seguinte: esses apoios não são agora criados, esses apoios já existiam. Os apoios para a comunicação social já existiam e foram criados precisamente pelo Governo. Agora, há uma proposta, que nós acompanhamos, no sentido de também acompanhar este esforço que é feito. Nós convergimos nesse objetivo. E é isso que, aqui, está em discussão.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Vamos passar à votação deste diploma. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Carlos Furtado, quer usar da palavra, faz favor.

**(\*) Deputado Carlos Furtado (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção vai ser muito simples e, no fundo, é para comentar a intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão e para comentar também outros apartes que foram feitos no seguimento da intervenção do Sr. Paulo Estêvão. Para dizer que eu não senti, da parte do Sr. Deputado Paulo Estêvão, nem um tom de ameaça nem um tom de carinho. Aliás, eu, também, normalmente, se querem que

eu vos diga, ultimamente, relativamente às ameaças, tenho lidado bem com ameaças. Como sabem, recentemente, fui vítima de uma ameaça grave.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Exatamente!

**O Orador:** E reagi com integridade a ela e de forma adulta.

Muito obrigado.

**Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Os incendiários do regime que aprendam!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste diploma, começando pela votação na generalidade.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, estamos a iniciar uma votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário:** O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 11/XII, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, foi aprovado, na generalidade, com 55 votos a favor e 2 abstenções: 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN; e 2 abstenções do Chega.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos passar à votação na especialidade. Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos votar a proposta de alteração, do Partido Socialista, ao n.º 1 do artigo 1.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 55 votos a favor e 2 abstenções: 25 a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN; e 2 abstenções do Chega.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário.

Está à votação a proposta de alteração, do Partido Socialista, ao n.º 2 do artigo 1.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 55 votos a favor e 2 abstenções: 25 a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN; e 2 abstenções do Chega.

**Presidente:** Está à votação o artigo 1.º com estas propostas de alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta colocada à votação foi aprovada com 55 votos a favor e 2 abstenções: 25 a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN; e 2 abstenções do Chega.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário.

Está à votação o artigo 2.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário:** O artigo colocado à votação foi aprovado com 55 votos a favor e 2 abstenções: 25 a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN; e 2 abstenções do Chega.

**Presidente:** Está à votação a proposta de alteração, do Partido Socialista, ao n.º 1 do artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Faz favor.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 55 votos a favor e 2 abstenções: 25 a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN; e 2 abstenções do Chega.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário.

Está à votação a proposta de eliminação do n.º 2 do artigo 3.º, apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Faz favor.

**Secretário:** A proposta de eliminação apresentada foi aprovada com 55 votos a favor e 2 abstenções: 25 a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN; e 2 abstenções do Chega.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos votar o artigo 3.º da proposta com estas alterações que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário:** O artigo colocado a votação foi aprovado com 55 votos a favor e 2 abstenções: 25 a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN; e 2 abstenções do Chega.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário.

Os artigos 4.º e 5.º da proposta não têm propostas de alteração. Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em simultâneo. Não havendo oposição, vamos votar os artigos 4.º e 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Faz favor.

**Secretário:** Os artigos colocados a votação foram aprovados com 55 votos a favor e 2 abstenções: 25 a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN; e 2 abstenções do Chega.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos votar a proposta de aditamento do n.º 3 ao artigo 6.º, apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Faz favor.

**Secretário:** A proposta de aditamento apresentada foi aprovada com 55 votos a favor e 2 abstenções: 25 a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN; e 2 abstenções do Chega.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos votar o artigo 6.º da proposta com esta proposta de aditamento que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Faz favor.

**Secretário:** O artigo colocado a votação foi aprovado com 55 votos a favor e 2 abstenções: 25 a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN; e 2 abstenções do Chega.

**Presidente:** Os artigos 7.º, 8.º e 9.º da proposta não têm propostas de alteração. Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em simultâneo. Assim farei. Estão à votação os artigos 7.º, 8.º e 9.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário:** Os artigos colocados a votação foram aprovados com 55 votos a favor e 2 abstenções: 25 a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN; e 2 abstenções do Chega.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário.

Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário:** O Decreto Legislativo Regional colocado a votação foi aprovado, em votação final global, com 55 votos a favor e 2 abstenções: 25 a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN; e 2 abstenções do Chega.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário.

*(Neste momento, o Deputado Tiago Branco substituiu o Deputado José Eduardo na Mesa)*

Vamos avançar na nossa agenda para o ponto 15: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 22/XII - “Recomenda a aquisição de um novo Rebocador para o Porto de Ponta Delgada”**. Esta iniciativa é apresentada pela Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal.

Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Dispõe de 5 minutos, Sr. Deputado. Faz favor.

(\*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A urgência justifica-se, em nosso entender, pelo terceiro ponto das medidas resolutivas, precisamente pela necessidade de inscrever no próximo Plano e Orçamento, que será apresentado nesta Casa, provavelmente, até ao final do próximo mês de março, aliás, terá que sê-lo, para inscrever as devidas verbas, verbas necessárias, quer no caso de serem enquadrados no financiamento com fundos europeus a parte que cabe à Região, quer, no caso de não ser possível a

inscrição da verba, através de contrato-programa financiar diretamente essa aquisição.

Quanto à justificação da aquisição do navio, pois, fica para a iniciativa em si.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Sr. Deputado Paulo Estêvão, faz favor.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

É para dizer que tudo voltou ao normal e que concordo e vou votar favoravelmente este pedido de urgência.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Bem-vindo à normalidade.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral.

(\*) **Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, a pertinência deste projeto apresentado pela Iniciativa Liberal é assumida também pelo Partido Social Democrata. É importante, efetivamente, trazeremos ao Porto de Ponta Delgada outros meios que, neste momento, não existem para operacionalizar este porto. E, nesta medida, o PSD também vai votar a favor da urgência.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

É só para dizer que nós, obviamente, vamos votar favoravelmente para que a Iniciativa Liberal consiga e vai ter a capacidade de apresentar uma iniciativa, que

é aquilo que nós defendemos. Quando uma pessoa mete uma urgência, tem que ter a oportunidade de apresentar essa sua iniciativa. Essa é a nossa forma de ver. Nem todos os partidos pensam nisso, mas eu darei, obviamente, o meu voto favorável à IL.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Bem-vindo à normalidade!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, faz favor.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que a pertinência e a importância do assunto que está nesta proposta e neste pedido de urgência é evidente. Ele merece toda a nossa consideração, a nossa avaliação. No entanto, nós consideramos, tendo em conta até que a proposta prevê que esta possível verba seja inscrita em Plano e Orçamento, julgamos nós que seria útil que este assunto baixasse à Comissão para, pelo menos, se ouvirem entidades relacionadas, nomeadamente a Portos dos Açores e outras que a Comissão considerasse útil, para se, também, melhor aferir das condições e da própria medida em si.

Neste sentido, o Bloco de Esquerda irá votar contra a urgência. Se ela for aprovada, iremos, obviamente, avaliar a proposta pela informação que nós temos neste momento e pela proposta em si, mas julgamos que seria útil que ela baixasse à Comissão. Concordando com o princípio, digo já, o Bloco de Esquerda concorda em termos gerais com a proposta em si, mas julgamos que era útil que ela baixasse à Comissão.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Pedro Pinto, faz favor.

(\*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não deixando de dar concordância ao argumento pertinente que o Bloco de Esquerda acabou de apresentar, porque não se aplica exclusivamente a esta iniciativa agora em apreciação, mas, obviamente, a todas as urgências que, nos Plenários desta Assembleia, têm vindo e continuarão a vir até ao fim desta legislatura, nós consideramos, obviamente, que estamos perante um caso de urgência e, portanto, obviamente que iremos votar favoravelmente.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário:** O pedido de urgência apresentado foi aprovado com 55 votos a favor e 2 contra: 25 a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do Chega, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN; e 2 contra do BE.

**Presidente:** Tendo sido aprovada a urgência, vamos dar a palavra ao Sr. Deputado Nuno Barata para a apresentação desta iniciativa. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Porto de Ponta Delgada representa, no contexto do sistema de abastecimento da Região Autónoma dos Açores e da sua capacidade de exportações, um ativo operacional de relevante importância. É sabido de todos, o Porto de Ponta Delgada representa mais de 60% da movimentação de cargas marítimas de toda a Região e, por isso mesmo, é um ativo importante neste domínio.

Também sabemos que o Governo da Região Autónoma dos Açores, através do Fundo Regional de Abastecimento, que agora tem outro nome, Fundo Regional de Coesão, já teve no passado várias vezes, e este novo Governo, este XIII Governo renovou o tipo de contrato para a utilização do rebocador “Pêro de Teive” para abastecimento de emergência à ilha do Corvo, o que retira a Ponta Delgada capacidade no que aos meios auxiliares de manobra concerne.

Lembro, também, que o rebocador “Pêro de Teive”, além das operações de emergência ao Corvo, em tempo em que uma avaria grave assolou o navio “São Jorge”, o navio que faz o abastecimento de combustíveis inter-ilhas, o rebocador “Pêro de Teive” foi também utilizado para abastecer de combustível a ilha de São Jorge. E, portanto, é recorrente ter que se utilizar o navio “Pêro de Teive” para essa função, o que não é propriamente a função para a qual ele foi concebido, mas que vai servindo, digamos, como emergência.

É também conhecido que o rebocador “São Miguel”, com 48 anos de idade, neste momento, tem um certificado de navegabilidade provisório, que foi emitido há cerca de um mês, mas tem estado sem certificados e, portanto, inoperacional, o que, com a saída do “Pêro de Teive” de Ponta Delgada em caso de necessidade, traz constrangimentos à entrada e saída de navios, que, também é conhecido e também está aqui na exposição de motivos desta Proposta de Resolução, cada vez é visitado por navios de maior porte. E cada vez mais vai ser visitado por navios de maior porte, porque a tendência do shipping a nível mundial é de que os navios sejam cada vez maiores. E, portanto, quer ao nível de granel, quer ao nível de navios de contentores, quer mesmo ao nível de navios de cruzeiro, cada vez mais os navios vão ser maiores e cada vez mais vão ser solicitados para Ponta Delgada meios auxiliares de manobra complementares. Isso mesmo já tem acontecido com os navios de granéis líquidos, nomeadamente com o “Corsair”, um navio de combustíveis, que nem só o “Pêro de Teive” e o “São Miguel” foram capazes de auxiliar a manobra, foi preciso, muitas vezes, o “São Luís” e o “Bravo” irem a

Ponta Delgada como terceiro meio auxiliar de manobra para acudir a essas operações.

Ora, todos nós sabemos que uma região dependente de combustíveis fósseis como nós somos e 100% importadores desse produto, se o navio não conseguir entrar, o que é que pode acontecer às nossas ilhas, mesmo que as reservas sejam calculadas para dois ou três meses?

Os navios de granel que nos visitam também são cada vez maiores. No ano de 2020, só no Porto de Ponta Delgada foram movimentadas cerca de 200 mil toneladas de granéis sólidos, sensivelmente. E, portanto, os senhores podem imaginar a dimensão dos navios que cada vez mais nos visitam, até porque os armadores investem nesse tipo de navios. O navio quanto maior, mais eficiente se torna.

E, portanto, o Porto de Ponta Delgada carece desses meios auxiliares de manobra em permanência e não pode ficar sem rebocador numa altura em que o “Pêro de Teive” tenha que sair para auxílios de emergência.

E com uma outra agravante, é que o “Pêro de Teive” também já não é um navio novo. O “Pêro de Teive” também já está a entrar numa fase da sua vida em que os custos de manutenção começam a ser elevados e, portanto, é preciso começar a pensar na sua substituição também. Além disso, os rebocadores mais modernos, mais contemporâneos, têm capacidades de manobra completamente diferentes daqueles que o “Pêro de Teive” e o “São Miguel” tinham na altura em que foram construídos e muito mais eficientes em termos de consumos e de funcionamento. E, portanto, é neste sentido que entendemos que é importante o Governo Regional dos Açores, no quadro da manutenção do bom funcionamento do sistema de abastecimento a essas ilhas, promover a aquisição de um novo rebocador para o Porto de Ponta Delgada.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições. Já temos várias inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Gustavo Alves (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PPM congratula-se, Sr. Deputado Nuno Barata, pela apresentação do presente Projeto de Resolução, em que recomenda a aquisição de um novo rebocador para o Porto de Ponta Delgada.

No nosso entender, a aquisição deste novo rebocador para o Porto de Ponta Delgada é, sem dúvida alguma, uma decisão que faz todo o sentido e de extrema importância. Os rebocadores portuários são peças fundamentais para o normal funcionamento dos maiores portos açorianos.

O tempo de serviço dos nossos rebocadores já é muito longo, fazendo com que esses apresentem vários níveis de desgaste, o que implica e implicará cada vez mais muitas paragens para reparação e/ou manutenção. É relevante salientar o elevado custo dessas mesmas reparações, manutenção e o tempo em que os rebocadores ficam em terra para esse efeito.

Para além disso, consideramos pertinente vincular a importância desses navios, lembrando a todas as Sras. e Srs. Deputados desta Câmara, como o Sr. Deputado Nuno Barata referiu, que o rebocador “Pêro de Teive”, ao serviço do Porto de Ponta Delgada há mais de duas décadas, serviu de navio de abastecimento de emergência na ilha do Corvo, em diversas ocasiões.

Assim sendo, o Grupo Parlamentar do PPM concorda, naturalmente, com a presente recomendação ao Governo para que proceda à aquisição de um novo navio rebocador portuário, com aptidões de alto-mar, com potência adequada e manobrabilidade capaz de operar em qualquer dos portos da Região Autónoma dos Açores.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS associa-se, obviamente, a estas preocupações apresentadas pela Iniciativa Liberal relativamente à operacionalidade do Porto de Ponta Delgada.

Obviamente que há necessidade de um novo navio para melhorar a operacionalidade e reduzir a nossa dependência, mas eu, aqui, retorno àquela que foi a minha apreciação aquando da votação da urgência desta iniciativa. Efetivamente, estamos acudindo a uma urgência pontual naquele porto, na ilha de São Miguel, mas temos que equacionar os transportes marítimos, o abastecimento a todas as nossas nove ilhas.

E, aqui, chamo ao debate aquilo que foi o primeiro dia dos nossos trabalhos, o Mar, o assunto do Mar, Sr. Presidente do Governo. E, portanto, neste ponto em particular vamos acudir a esta emergência, como for possível, mas não deixando esquecer que temos que olhar para isto com uma visão estratégica e não apenas do Porto de Ponta Delgada ou do Porto da Praia da Vitória ou do Porto da Graciosa ou qualquer outro porto. Temos que olhar para isto, para esta questão dos portos e da operacionalidade deles e dos navios de apoio, mas também, Sr. Presidente, temos que não esquecer que há muitas rotas internacionais que passam quer ao largo quer entre as nossas ilhas. E também aí temos uma oportunidade de negócio. Sejamós nós capazes de estabelecer aqui uma plataforma de apoio logístico de rebocadores de alto-mar, porque eles vêm cá prestar auxílio. Ora, se eles vêm cá, poderemos ser nós os prestadores desse auxílio e, com isso, obviamente, financiar e potencializar ainda mais a posição geoestratégica do nosso arquipélago, aqui no Oceano Atlântico.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral. Faz favor, Sr. Deputado.

**(\*) Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pois, aí está, é a questão da centralidade do arquipélago dos Açores entre a Europa e a América, no meio do Atlântico Norte, que confere a importância geoestratégica e a importância fundamental na receção dos navios e na operacionalidade que o Porto de Ponta Delgada assume. E tem que enfrentar os novos desafios com uma capacidade de funcionamento que não só assegure a funcionalidade do Porto de Ponta Delgada, mas, sobretudo, que seja um instrumento fundamental para a criação de um verdadeiro mercado interno, que faz parte do Programa deste Governo Regional dos Açores.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** A operacionalidade do Porto de Ponta Delgada vai fazer com que haja uma sempre, cada vez mais, acuidade no escoamento dos nossos produtos, não só no que diz respeito às nossas ilhas, mas também na exportação dos produtos para o exterior.

E, nesta medida, tendo em atenção a pertinência da proposta apresentada, perante um navio rebocador que é de 1973, ao contrário de mim, espero eu, que também sou de 1973, este rebocador está no fim da sua vida. Espero estar longe da minha.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Já está a caducar!

**O Orador:** Mas, como tal, atendendo, digamos, à idade vetusta desse rebocador, não há mais argumentos que possam contrariar a efetiva necessidade para se proceder à aquisição de um novo rebocador para o Porto de Ponta Delgada.

Muito obrigado.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Votamos, naturalmente, a favor desta iniciativa da Iniciativa Liberal, Sr. Deputado, que conhece bem a matéria, no âmbito daquilo que é aqui proposto, no enquadramento que foi aqui considerado. E, nesse sentido, naturalmente, também, adicionamos o nosso voto favorável para que o assunto seja discutido com esta urgência e com o enquadramento que se pretende, no sentido de ser integrado no Plano e Orçamento já deste ano de 2021.

Mas antes de discutir a iniciativa, eu julgo que seria importante e, aliás, no seguimento daquilo que foram as intervenções dos Deputados que me antecederam, iniciar com duas questões que julgo serem essenciais e que o Governo se deve manifestar:

Eu julgo que importa saber, previamente a qualquer discussão, qual é a estratégia deste Governo em matéria portuária, especialmente no que se refere aos equipamentos portuários e à sua resposta.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Está no programa do Governo!

**O Orador:** E perguntava ao Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** A iniciativa é da Iniciativa Liberal!

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Não se pode perguntar nada?

**O Orador:** ... que sabe que foi solicitada a reprogramação da candidatura do Porto de Ponta Delgada no âmbito do Programa Compete 2020, e por isso peço-lhe o ponto de situação sobre essa matéria.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

O PAN apoia esta iniciativa da Iniciativa Liberal.

Obviamente, ter algum cuidado naquilo que nós poderemos dizer, porque sabemos, à partida, que o Sr. Deputado Nuno Barata é um especialista nesta matéria. E fui vendido quando, na exposição de motivos, disse que esta decisão é mais aprazível em termos ambientais. E nós concordamos, obviamente, com essa descrição.

Estamos a falar de um rebocador com 47 anos de vida, exatamente como o Sr. Pedro Nascimento Cabral disse, já está caducado.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** O rebocador, não o Deputado Pedro Nascimento Cabral!

**Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD):** Ó Sr. Deputado, esclareça quem é que está caducado, senão tenho que pedir a palavra para um protesto!

**O Orador:** Também, concordando com o Sr. Deputado Pedro Pinto, do CDS, achamos, à partida, que nós podemos é fazer um dois em um neste caso, tanto no porto dos Açores um rebocador, como também de salvado em termos de alto-mar e que poderá, se houver essa oportunidade em termos técnicos, que não tenho essa informação aqui...

Mas apetece-me dizer, como ouvi na campanha uma vez, perguntaram, um cabeça de lista que já não me recordo de qual era o partido, se conhecia alguma coisa sobre o porto daquela ilha, e eu disse: sim, sim, há para ali um porto, uma coisa qualquer, pesca-se para ali e faz-se ali umas coisas. É a mesma coisa, 47 anos depois, parece que nós esquecemos, à partida, dos utensílios e das ferramentas necessárias para fazermos um bom trabalho no porto dos Açores, em todas as

ilhas. E talvez, agora, temos este de São Miguel que poderá olhar para todas as ilhas e poder ajudar, mas também podemos ter que olhar para as outras ilhas em termos de se é necessário, ou não, outro rebocador.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, a importância do setor portuário, ainda para mais numa região como a nossa, é por demais evidente. E no caso em concreto do Porto de Ponta Delgada é uma infraestrutura essencial, é uma infraestrutura sensível e estratégica para a ilha de São Miguel, mas para a Região no seu todo. E a sua operacionalidade tem de estar, a todo o momento, garantida e bem garantida.

A sua gestão pública, a sua boa gestão tem que ser garantida, mas uma gestão pública em defesa do interesse público também tem de estar garantida. E esperamos nós que este Governo não caia no erro de, aproveitando o quadro legal que existe, concessionar essas infraestruturas, porque seria, de facto, um erro e, possivelmente, não nos permitiria sequer estar aqui a discutir uma proposta deste tipo, em que se pede, efetivamente, que a Região financie a construção de um navio rebocador para o Porto de Ponta Delgada.

Evidentemente, até pela exposição de motivos e pelas informações que também são de certa forma públicas sobre esta matéria e sem prejuízo, como disse na justificação do nosso sentido de voto na urgência, de ter considerado que seria útil até para uma melhor análise até de algumas coisas que já foram referidas aqui, nomeadamente do tipo de navio, das suas possíveis operações que poderia ou não realizar, seria útil uma análise em Comissão, mas, sem prejuízo disso, parece-nos que é bastante evidente que essa necessidade existe.

Como tal, obviamente, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, com a informação que tem e que também tem sido, aqui, debatida, irá votar favoravelmente esta iniciativa, esperando que, depois, tenhamos também a oportunidade de conhecer melhor, eventualmente numa audição da Portos dos Açores, em Comissão, sobre este ou outro assunto, o estado atual das infraestruturas portuárias, mas também destes navios rebocadores, que são, efetivamente, essenciais para a operação de qualquer porto.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Transportes. Faz favor, Sr. Secretário.

**(\*) Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (Mário Borges):**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Vice-Presidente, Membros do Governo:

Relativamente ao Projeto de Resolução apresentado pela Iniciativa Liberal, cabe-nos transmitir o seguinte: o rebocador “São Miguel” já tem quase meio século de vida. Muitos dos que aqui estão presentes nasceram numa altura em que ele já estava no Porto de Ponta Delgada e, portanto, temos consciência, de facto, que há uma urgente necessidade de substituir aquele navio. Decorrente dessa consciência, nós inscrevemos na Proposta de Plano para 2021 a construção ou aquisição de um novo rebocador.

O velho rebocador foi sujeito a uma inspeção recente para lhe acrescentar algum tempo de vida, na medida em que a necessidade do seu uso durante o próximo ano é evidente.

E, portanto, da nossa parte, a preocupação relativamente à substituição já estava presente. Os passos necessários para o inscrever já foram dados e, portanto, contamos que, dentro de um ano, aproximadamente, digamos, a solução já esteja à vista.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Miguel Costa, o que posso transmitir é que, num curto espaço de tempo, consigo fazer-lhe transmitir essa informação. E, portanto, neste momento, não acho prudente acrescentar mais nada relativamente ao assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral. Faz favor, Sr. Deputado.

**(\*) Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para, enfim, esclarecer o Sr. Deputado Miguel Costa de que esta iniciativa é da Iniciativa Liberal.

**Deputada Andreia Costa (PS):** Ninguém lhe perguntou nada!

**O Orador:** Este Projeto de Resolução é apresentado pela Iniciativa Liberal e não pelo Governo Regional.

E se o senhor tem dúvidas quanto à pretensão do que é que o Governo Regional pretende no que diz respeito ao Porto de Ponta Delgada, ele está no Programa do Governo.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Basta consultar o Programa do Governo. Está lá, preto no branco, o que é que o Governo pretende fazer com a política de transportes marítimos e a importância da centralidade dos portos na constituição de um verdadeiro mercado interno.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM)*

**O Orador:** E aí entra, como sabe o Sr. Deputado Miguel Costa, não só a importância do Porto de Ponta Delgada, mas também a importância do Porto da Praia da Vitória e de todos os outros portos, que são um conjunto que fazem uns Açores únicos, uns Açores em que, efetivamente, a política de transportes marítimos mostra-se vital para o seu desenvolvimento económico e social.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

E posso começar exatamente aqui pelo Sr. Deputado Líder Parlamentar do PSD e explicar que a questão colocada ao Sr. Secretário Regional tem uma lógica e eu vou-lhe explicar qual é: ...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Tudo em si tem uma lógica!

**O Orador:** Se me deixar falar, eu agradeço.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Isto é uma democracia!

**O Orador:** A reprogramação da candidatura ao Compete 2020 do Porto de Ponta Delgada é exatamente para integrar um rebocador. E, portanto, Sr. Deputado, quando eu coloco a questão ao Sr. Secretário, tenho pena que ele não conheça a

matéria, que já devia conhecer considerando a importância da mesma e a urgência e sabendo que ela ia ser...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** O senhor é um expert!

**O Orador:** Eu percebo que incomodo, mas... deixe-me concluir, tenha calma!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Não incomoda! Nós até agradecemos o seu contributo, os seus ensinamentos!

**O Orador:** Podendo continuar, se me permitem, julgava que, considerando a urgência e a importância da matéria e o trabalho preparatório para a discussão, trouxesse a esta Casa pelo menos o ponto de situação sobre esta recandidatura, porque esta é uma reprogramação ao Compete 2020. Considerando que isto é um programa de âmbito nacional...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Experimente fazer um requerimento! Tem 30 dias agora!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** Sr. Presidente, posso?

**Presidente:** Sr. Deputado Miguel Costa, não se incomode com os apartes. Faça favor de continuar.

**O Orador:** Eles, realmente, não incomodam muito.

Considerando que essa recandidatura ou essa reprogramação da candidatura ao Compete 2020 e nesse programa havia alguma folga final do programa, foi disponibilizada a hipótese de fazer uma reprogramação. A reprogramação teve exatamente presente a necessidade da aquisição de um rebocador para o Porto de Ponta Delgada. Estamos a falar de um valor de aproximadamente 7 milhões de euros. Portanto, o senhor, quando diz que está já inscrito no Plano, pois, a gente não conhece o Plano nem a Proposta de Plano. É uma novidade, realmente.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** E uma boa novidade!

**O Orador:** Considero que deve ter lá os 7 milhões, que é o que é suficiente para a aquisição de um rebocador.

Eu também lhe fiz a questão, julgo que era simples e que não está espelhada no Programa do Governo, no que diz respeito à aposta e à política a desenvolver em matéria portuária, da importância portuária, com certeza de todos os portos da Região e também no que diz respeito aos equipamentos. Posso-lhe, não respondendo por si, como é óbvio, mas dando aqui algumas notas que julgo serem importantes...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** O senhor pergunta aquilo que já sabe!

**O Orador:** É que, em matéria de equipamentos, nos últimos dois anos, falando só nos últimos dois anos e também isto integrado no Compete 2020 e no Lorenzo (aqui, do Lorenzo, diz respeito à reposição especialmente dos equipamentos do Porto das Lajes das Flores), estamos a falar de um investimento de mais de 13 milhões de euros em equipamentos. Era uma necessidade de todas as infraestruturas portuárias. Estamos a falar de quatro autogruas, uma grua portuária do Porto da Praia da Vitória, dez empilhadores de 45 toneladas, três empilhadores de 33 toneladas, um empilhador telescópico com cesto, dois empilhadores de três toneladas e meia, um atrelado hidráulico. Isto para todos os portos da Região. E, portanto, foi esta a estratégia adotada pelo Governo anterior e que julgamos ter produzido resultado.

Efetivamente, no que diz respeito a este rebocador, o rebocador tem o seu tempo de vida no limite. Verdade seja dita, há um rebocador em plena atividade, não era a primeira prioridade considerando a necessidade de investimento nestes outros equipamentos.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Afinal, o senhor vai votar a favor ou contra? Eu não percebo.

**O Orador:** Não era a primeira prioridade considerando a necessidade de aposta nestes equipamentos para dar resposta a toda uma economia, considerando que

mais de 90% da mercadoria que chega aos Açores é por via marítima e, portanto, há uma necessidade de resposta em todos os portos, mas necessariamente que era uma situação que estava sinalizada pela Portos dos Açores e que estava já em cima da mesa e por isso é que foi pedida esta reprogramação da candidatura do Porto de Ponta Delgada.

E digo que o estudo ou a análise feita pela Portos dos Açores não se cinge exclusivamente à substituição de um equipamento que está em fim de vida, é mais abrangente, analisa todos os quatro rebocadores que estão neste momento no ativo, sendo que três deles, os mais recentes, têm uma capacidade de tração de 30 toneladas. E, hoje em dia, esta análise tem que ser feita de uma forma mais abrangente e mais aprofundada para perceber que o mundo do transshipment está cada vez em maior mutação, os navios têm GT cada vez maiores, portanto, a capacidade de peso bruto cada vez maior, há uma necessidade de dar resposta a isso, mas não é só com rebocadores, é também nos portos. E, portanto, o estudo tem que ser muito mais abrangente. Se queremos garantir uma maior rentabilidade da operação portuária, tem que ser não só com os meios auxiliares de manobra, mas também com os meios terrestres e também com a adaptação das infraestruturas portuárias.

E, portanto, esta é a estratégia que estava montada, era a estratégia que julgamos ser certa, porque o reflexo dela é em toda a cadeia, com navios maiores, com maior rentabilidade na sua operação, uma operacionalidade mais eficaz, com meios auxiliares. E, portanto, tudo isto resulta num maior resultado em toda a cadeia relacionada com o transporte de mercadorias. E, portanto, era esta a nossa estratégia e foi nesse sentido que eu perguntei ao Governo qual era a estratégia, se manteria esta mesma política.

Finalizando e referindo aqui a questão do rebocador, eu julgo que há aqui um equívoco, eu julgo que foi o PPM e o CDS que falaram em rebocadores de alto-mar, ...

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Exatamente.

**O Orador:** ... quando estamos a falar de um rebocador para o Porto de Ponta Delgada que possa garantir um abastecimento em caso de emergência, por exemplo ao Corvo, não pode ser de alto-mar, sob pena do calado não permitir a sua operacionalidade. Quando estamos a falar de rebocadores de alto-mar, estamos a falar de calados de cinco, cinco e meio, seis, portanto, isso não garante a fiabilidade, ou melhor, não garante a operacionalidade em todos os portos. O caso do “Pêro de Teive” é perfeito nessa medida porque tem um calado à volta dos três e meio, o que permite essa operacionalidade plena.

**Deputado José Contente (PS):** Muito bem! Grande lição!

**O Orador:** O que se está a falar em termos de características de rebocadores, estamos a falar de uma mudança dos três rebocadores, num futuro próximo, de uma capacidade de 30 passar para 70 toneladas, ter um sistema de motorização ASD, portanto, com impulsores de proa, ter guinchos automáticos, que é uma matéria que é essencial em termos de segurança, o normal sistema de incêndio e também as reservas de combustível que também permitam ter esta segunda valência do abastecimento em caso de emergência, como já aconteceu na ilha de São Jorge, na ilha do Corvo e nas Flores.

E, portanto, esta era a disciplina e era a estratégia que a Portos dos Açores tinha sobre este assunto, era aquela que eu gostaria de ter ouvido do Governo Regional.

**Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD):** Não é preciso!

**O Orador:** E se concorda com ela, eu agradeço que também assim o manifeste, porque é um trabalho feito, é um trabalho sério de uma empresa que tem trabalhado muito bem, pelo menos na minha perspetiva.

Muito obrigado.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Anos e anos com esse investimento atrasado!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Sr. Deputado Miguel Costa fez, aqui, um exercício que eu considero que significa sempre um certo desrespeito em relação às iniciativas que são apresentadas por parte dos diferentes Grupos e Representações Parlamentares.

**Deputado José Contente (PS):** Era só o que faltava!

**O Orador:** Ou seja, é centrar o essencial da sua intervenção no Governo Regional, quando a proposta é da Iniciativa Liberal.

**Deputado Francisco César (PS):** O senhor fez isso durante anos!

**O Orador:** Da parte do Governo Regional não existirá nenhum problema, com certeza, mas o que eu vejo é que isso significa sempre uma menorização do partido que apresenta a iniciativa. E, por isso, eu estou a dizer-lhe isto com sentido pedagógico, Sr. Deputado Miguel Costa, ou, como diria um colega nosso, com sentido didático-pedagógico. E por isso é que eu lhe estou a dizer isto, é sem qualquer tipo de maldade.

Depois, quero dizer-lhe uma segunda coisa, que é: V. Exa. fez também outra coisa que eu penso que, para o bom funcionamento dos trabalhos e economia de tempo, mostrou-se que não era objetiva e não era necessária, porque V. Exa. faz uma pergunta para a qual já sabe a resposta, ou seja, V. Exa. não quer saber qual é a resposta porque já sabe qual é a resposta, V. Exa. quer é dar a resposta. E, portanto, isto é um egocentrismo, isto significa um egocentrismo no debate parlamentar.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

E eu não vejo, sinceramente, a sua utilidade. Já sabemos que V. Exa. aprendeu muito, também, na Portos dos Açores, como seria natural que assim fosse tendo em conta as funções que ali exerceu.

Pergunta também V. Exa. qual é a estratégia deste Governo. Em primeiro lugar, a resposta é claramente que existe uma estratégia. E essa é já uma grande diferença em relação à sua intervenção, porque, ao seu período de gestão, não existia estratégia.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É aquela que a gente vai ver!

**O Orador:** O facto de existir uma estratégia e anteriormente não existir, marca uma diferença muito significativa.

Depois, quero-lhe dizer, também, uma outra coisa fundamental: uma estratégia para todas as ilhas dos Açores, em que as ilhas mais desfavorecidas, como por exemplo o Corvo, não fiquem fora da estratégia. E V. Exa. sabe perfeitamente isso. Durante o seu período de gestão, contratou uma empresa, que V. Exa. adora, que é a Barcos do Pico, ...

**Deputado Miguel Costa (PS):** Não tem nada a ver com isso!

**O Orador:** ... que não tinha um único navio, não fez uma única viagem no último ano com um navio que lhe pertencesse e que deixou a ilha do Corvo na situação em que ela ficou! Agora, existe estratégia, existe um concurso para a aquisição de um navio que o consiga fazer e não há mais contratos com empresas que não têm navios para realizar as viagens e deixar aquela ilha da forma como ela ficou!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

Uma estratégia para os Açores! Uma estratégia regional! Que ninguém fique de fora!

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Qual estratégia?

**Deputado José Contente (PS):** O senhor não sabe o que está a dizer!

**O Orador:** E quero dizer-lhe também: V. Exa. já anunciou que vai votar favoravelmente esta iniciativa. Diz que o PPM referiu um rebocador portuário com aptidões de alto-mar. Ora, é exatamente o que está na proposta que V. Exa. acabou de anunciar que vai votar favoravelmente. Portanto, eu não percebo a sua dúvida. Mais uma vez, se tinha dúvida em relação a esta matéria, que vai votar favoravelmente, o que aqui está no ponto n.º 1 é: “rebocador portuário com aptidões de alto-mar.” Que foi o que foi dito. V. Exa. se tem dúvidas, deveria ter aproveitado o seu tempo para direcionar as perguntas para quem apresentou a iniciativa.

Sr. Deputado, nesta matéria, é muito importante, de facto, ter uma estratégia, ser coerente e ter, em relação a esta matéria, uma visão.

**Deputado José Contente (PS):** Qual é a estratégia?

**O Orador:** E a nossa visão é que é necessário introduzir uma reforma profunda no setor marítimo, a começar, desde logo, por reconhecer as necessidades que existem. E é por isso que o PPM vota favoravelmente a iniciativa da Iniciativa Liberal, porque é uma necessidade que existe e porque há, de facto, a necessidade de começar a dar respostas efetivas às nossas necessidades. Antes, não existia. Esta dificuldade não é deste ano, não é do mês anterior, nem sequer é de há dois anos, esta necessidade tem anos. E há um Governo que vai resolver esta questão e esse Governo é o Governo da coligação!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu talvez deva ter intervindo muito cedo no debate e o Sr. Deputado Miguel Costa não estava, ainda, atento, porque eu não quero acreditar na opção contrária, que o Sr. Deputado Miguel Costa acha que deve ser o único a ter opinião sobre transportes marítimos e que os outros Deputados não podem ter opinião.

**Deputado Miguel Costa (PS):** Ninguém disse isso!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** E, portanto, como eu não acredito nisso, como eu acho que o senhor é uma pessoa democrata, ...

**Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima):** Nem por isso!

**O Orador:** ... eu, se calhar, intervim cedo demais e, portanto, vou tentar reproduzir, porque eu não tinha discurso escrito, a ideia daquela que foi a minha primeira intervenção.

Eu associei, aqui, à iniciativa proposta pela Iniciativa Liberal para o Porto de Ponta Delgada e, depois, trouxe ao debate aquele que foi o assunto do nosso primeiro ou segundo dia de trabalhos parlamentares, que é a questão do Mar, para dizer que, agora, acudindo a esta urgência, não podemos esquecer que temos outros portos na Região, que somos uma região arquipelágica e que, portanto, temos que equacionar isto tudo como um sistema integrado, mas, também, passam ao largo dos Açores ou entre as ilhas dos Açores rotas internacionais e há aqui uma possibilidade de mercado para rebocadores de alto-mar. E foi aí nessa circunstância que eu referi rebocadores de alto-mar e não dizendo que é preciso um rebocador de alto-mar para operar dentro do Porto de Ponta Delgada.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Espero ter sido esclarecedor, senão voltarei ao debate para tentar ser mais esclarecedor.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Rapidamente, eu gostaria só de não aceitar as críticas do exercício de desrespeito. Relativamente ao egocentrismo, Sr. Deputado, vindo de si, também não consigo aceitar.

**Deputado José Ávila (PS):** Bem lembrado!

**O Orador:** E digo-lhe ainda mais, Sr. Deputado: também não lhe vou pedir desculpa por ter conhecimento da matéria. Peço desculpa, mas isso não vai acontecer.

E, portanto, sobre a estratégia, eu acho que fui claro relativamente à estratégia. Dizer que não há estratégia julgo que também não se encaixa.

E, agora, agradecia que o Sr. Deputado dissesse qual foi o contrato que a Portos dos Açores fez com qualquer barco, com qualquer empresa de barcos, seja do Pico, da Graciosa, de Inglaterra ou até do Dubai. Eu pergunto-lhe qual foi. E, agora, eu agradeço que entregue à Mesa o contrato que eu celebrei com qualquer empresa de barcos, inclusivamente a Barcos do Pico.

E, portanto, mais uma vez, o senhor recorre...

Na minha intervenção, aproveito para fazer um requerimento à Mesa: a transcrição daquilo que o Sr. Deputado disse, claramente me acusando de ter celebrado contratos com a empresa Barcos do Pico, uma empresa de amigos, diz o senhor nos seus apartes.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** O Governo!

**Deputada Ana Luís (PS):** Diz as coisas e depois diz que não disse!

**O Orador:** Diz, diz, várias vezes. Que gosta muito.

Relativamente ao Sr. Deputado do CDS, Pedro Pinto, eu, quando referi, disse que não tinha a certeza se era o Sr. Deputado do PPM ou se era o Sr. Deputado do CDS que tinha referido. Eu entendi a sua proposta de garantir e eu concordo com ela. Devo-lhe, aqui, confessar, concordo com ela de se centrar na Região um serviço de rebocadores de alto-mar que possam prestar auxílio. O Porto da Praia da Vitória é excepcional nessa matéria e é uma boa base para esse tipo de serviços, que não podem ser rebocadores da própria Portos, não temos capacidade para isso, não temos capacidade da Região. Tem que ser com uma empresa dimensionada e com grandes rebocadores, que custam muitos, largos, milhões de euros e que têm que ter uma atividade muito próxima dos grandes players nessa matéria.

O que eu estava a referir era relativamente à aquisição de um rebocador de alto-mar, coisa diferente daquilo que propõe a Iniciativa Liberal, e bem. A Iniciativa Liberal propõe um rebocador que tenha características para navegar em alto-mar. Isso é uma coisa totalmente diferente do que o rebocador de alto-mar.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Está enganado!

**O Orador:** O rebocador de alto-mar tem um calado muito superior àquele que tem o calado, por exemplo, do “Pêro de Teive”, que consegue navegar em alto-mar, tanto é que vai ao Corvo. É uma questão de uma característica exclusiva da embarcação. E, portanto, era nesse sentido que eu gostaria de dar este esclarecimento.

E, mais uma vez, dizendo ao Sr. Deputado Paulo Estêvão que não peça para pedir desculpa por conhecer sobre o assunto.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

**Deputado José Contente (PS):** Peça desculpa!

**Deputado José Ávila (PS):** Comece por pedir desculpa!

**O Orador:** Ó Sr. Deputado, há uma coisa que é fácil de documentar. A intervenção que V. Exa. referenciou estava escrita, foi escrita. E, portanto, o Sr. Deputado Gustavo leu exatamente o que aqui está: “de um novo navio rebocador portuário com aptidões de alto-mar”. Portanto, é exatamente o que eu lhe disse! E não é o que o senhor disse! Portanto, o senhor faltou à verdade neste debate!

Agora, pedir desculpa ou não pedir desculpa, ouça, eu nunca lhe peço, o senhor é que sabe as desculpas... Como dizem, as desculpas evitam-se, não se pedem. Agora, o senhor é que tem que citar corretamente o Sr. Deputado Gustavo Alves. E, portanto, o Sr. Deputado não o citou corretamente e, portanto, fez, depois, a extrapolação que fez. E a extrapolação que fez está incorreta. E, portanto, era isso que eu lhe quero dizer. Está aqui! Está a abanar com a cabeça que não, está aqui: “de um navio rebocador portuário com aptidões de alto-mar.” Qual é a sua dúvida? Já foi apanhado na canadinha!

*(Risos de alguns Deputados do PSD e Membros do Governo)*

E, agora, quero dizer-lhe, também, Sr. Deputado: a única referência que lhe fiz, Sr. Deputado, foi o seguinte: foi que V. Exa. fez uma pergunta para a qual já tinha a resposta.

**Deputado Francisco César (PS):** E a Barcos do Pico?

**O Orador:** Já vamos à Barcos do Pico. Ainda estamos aqui no núcleo do debate parlamentar, já vou ao Pico. É só uma voltinha.

Mas o que lhe quero dizer é que, em relação a esta matéria... E este aparte já me fez perder, estava a dizer qualquer coisa e já me perdi.

Portanto, vou diretamente para a Barcos do Pico. Eu quero dizer o seguinte: eu disse a sua adorada empresa Barcos do Pico. A sua adorada! Não disse amigos!

**Deputado José Ávila (PS):** Disse amigos, disse!

**O Orador:** Pode-se adorar uma coisa e não ser amigo dessa coisa. Eu disse: adorada empresa do Pico. E porque é que eu digo que é adorada? V. Exa. apresentou ali um voto a dizer que é uma grande empresa...

**Deputado Miguel Costa (PS):** E é!

**O Orador:** ... e que é uma empresa extraordinária.

**Deputado Miguel Costa (PS):** E é!

**O Orador:** E eu votei contra. V. Exa. viu que eu votei contra?

**Deputado João Vasco Costa (PS):** A gente vai mostrar a transcrição!

**O Orador:** Vimos duas coisas: que eu votei contra, e que V. Exa. apresentou o voto. Então, um voto muito elogioso. E sabe porque é que eu votei contra? Porque essa empresa serviu pessimamente a ilha do Corvo!

**Deputado José Contente (PS):** Isso é falso!

**O Orador:** Deixou a ilha do Corvo sem abastecimento durante um ano e tal! E o senhor pensava que eu ia votar esse voto a favor?! Não votei a favor! E, portanto, por isso é que eu lhe digo que é a sua adorada. Amigos tem outra conotação e eu não fiz essa conotação.

**Deputado José Ávila (PS):** Fez, fez!

**O Orador:** Disse que é a sua adorada. Ouça, quer que eu lhe mostre mais um texto? Já o apanhei aqui, posso apanhá-lo nos outros sítios.

Ouça, há uma coisa que eu lhe quero dizer: V. Exa., também, depois, quando alguma coisa não corre bem, e os senhores contrataram uma empresa que durante

um ano não teve capacidade, não teve um navio sequer... Como é que se contrata uma empresa que não tem um navio para fazer o serviço? Explique-me isto! Quer-me explicar isto, o senhor que é um grande gestor e que sabe muito destas coisas, que já vi? Diga-me só uma coisa: se há uma empresa que não tem um navio para fazer um determinado serviço, porque é que é contratada? Explique-me lá, a um leigo como eu! É porque eu não consigo perceber. Explique-me isto! O senhor contrata, olhe... ah, não sei quê, quem é que vai fazer aquele serviço? A empresa Barcos do Pico. Sim, senhor. Pronto. Tem navio para fazer o transporte? Não tem. Foi lá alguma vez ou não foi? O senhor percebe muito disto, percebe mais do que eu. É uma coisa tão complexa. Eu não consigo compreender, Sr. Deputado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

Portanto, a questão é esta em relação à Barcos do Pico.

Agora, o que eu lhe quero dizer é: o que é que importa aqui? O que importa aqui é que estamos de acordo em relação a esta necessidade, que foi, e muito bem, referenciada pelo Sr. Deputado Nuno Barata, que, aqui, apresenta uma proposta no sentido de resolver um problema, um problema premente. Não é um problema, como eu disse, de há quatro ou cinco meses, é um problema que tem anos. E vamos resolvê-lo! Não interessa o que é que o senhor pensava e que tinha planeado, interessa é o que é que o senhor tinha feito. E o que é que o senhor fez em relação a esta matéria do ponto de vista concreto? Estava lá um rebocador? Não, não estava. Vai estar? Vai! E quem é que o aprovou e quem é que o vai pagar e quem é que o vai lá colocar?

**Presidente:** Sr. Deputado, agradeço que termine.

**O Orador:** É este Governo! Aí é que está a diferença!

**Voices dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

O PPM esgotou o seu tempo para debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

(\*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ó Sr. Deputado Paulo Estêvão, mais uma vez, eu vou-lhe dizer, de forma curta e direta, que, por mais que lhe incomode, o que eu contratei para o Corvo, enquanto gestor público, foram empresas que forneceram uma nova grua para o porto, foram empreiteiros que fizeram o novo porto, foram empresas de fiscalização, que o Sr. Secretário Regional bem conhece. E, portanto, nessa matéria, eu julgo que só contribuí para a evolução portuária da ilha do Corvo.

E também lhe digo mais, Sr. Deputado: fica-lhe muito mal quando diz que não interessa o que o senhor pensava. Eu vou-lhe dizer uma coisa: não é a mim que o senhor atinge, o senhor atinge uma empresa que é profissional, que tem grandes profissionais, incluindo o Sr. Deputado Nuno Barata, tem grandes profissionais que desenvolveram uma estratégia, ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Está a ver se arranja aqui uma zangazinha!

**O Orador:** ... que apresentaram soluções, que investiram nos últimos anos mais de 13 milhões só em equipamentos, que é aquilo que se está aqui a discutir...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** E o rebocador?

**O Orador:** ... e que, inclusivamente, prepararam, com uma reprogramação de uma candidatura, a aquisição de um novo rebocador. E o senhor está a desrespeitar é esses profissionais, que são grandes profissionais! E eu estarei sempre nesta Casa para os defender! Grandes profissionais!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

E também lhe digo mais: sempre que correu alguma coisa mal, fui eu que assumi sempre as culpas, como tem que ser, mas nunca, em momento algum, deixarei que desrespeitem o trabalho que é feito por uma equipa profissional, de excelência, que a Portos dos Açores tem!

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Desrespeita o Deputado Nuno Barata!

**O Orador:** E ainda lhe digo mais: a sua habilidade é conhecida, quer de cambalhotas para a frente, quer de cambalhotas à retaguarda.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Olhe para mim, acha que eu consigo fazer uma cambalhota?

**O Orador:** É conhecida a sua habilidade. E o senhor, como Líder Parlamentar da coligação, tem-se revelado todos os dias, isso é evidente, mas também se está a revelar como um grande líder de cambalhotas. E, portanto, nessa matéria, o senhor vai ficar a fazer ginástica sozinho, que eu não vou entrar nesse jogo.

Muito obrigado.

**Deputado Berto Messias (PS):** Está à beira de ser convocado para os jogos olímpicos!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faz favor, Sr. Deputado.

**(\*) Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu estava longe de pensar que uma Proposta de Resolução acabasse quase num debate sobre o sistema portuário regional, mas ainda bem que assim foi porque ficamos aqui relativamente bem esclarecidos.

Queria esclarecer o Sr. Deputado António Lima, do Bloco de Esquerda, que o liberalismo da Iniciativa Liberal e o liberalismo que eu defendo, ao contrário do que disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão, não vai ao ponto de concessionar ou de oferecer bens de primeira necessidade em regime de monopólio.

**Deputado António Lima (BE):** Muito bem!

**O Orador:** Que fique claro, porque isto não é liberalismo! Bens de primeira necessidade têm que ser garantidos pelo Estado. E o Estado o que não pode fazer, segundo o meu liberalismo e o liberalismo da Iniciativa Liberal, é gastar os seus recursos a fazer o que não é da sua competência e onde existem privados para fazer e depois não ter para garantir coisas como esta que aqui está, porque não vai aparecer um privado para operar meios auxiliares de manobra nos portos dos Açores, nem tão pouco vão aparecer privados que a queiram concessionar. Até podem querer, mas o serviço que nós vamos ter não é o mesmo que tínhamos até agora e depois vamos estar aqui a lamentar. Portanto, Sr. Deputado António Lima, fique tranquilo porque não é isto que vai acontecer.

Ao Sr. Deputado Paulo Estêvão queria agradecer as palavras e dizer que esta Câmara deve ouvir aqueles que no seu seio sabem dos assuntos, não precisam de recorrer fora, aqueles que no seu seio sabem do assunto.

E por mais que me custe dizer, vou dizer: o Sr. Deputado Miguel Costa, não sei se entrou na Portos dos Açores sabendo muito ou sabendo pouco, mas saiu de lá sabendo bastante, quer sobre o sistema de transporte, quer sobre o sistema portuário da Região Autónoma dos Açores, quer sobre essas minudências que o sistema tem e que, muitas vezes, não são compreendidas pela maioria dos cidadãos.

E, nesse aspeto, eu peço só mais uns minutinhos da vossa atenção para especificar o que é que, no meu entender e de alguns dos técnicos com quem trabalhei nos últimos anos, deve acontecer em termos de meios auxiliares de manobra no Porto de Ponta Delgada e nos outros portos da Região. Os rebocadores que nós temos, os três mais modernos, apesar de não serem assim tão obsoletos, não detêm sistemas de propulsão cicloidal. O que é que isso quer dizer? Não podem trabalhar com cabo à ré e cabo à proa e não podem auxiliar em termos de pushing, de empurrar navios em certos ângulos. E os rebocadores mais modernos, os chamados ASD – Azimuth Stern Drive, azimutais, para dizer em português, são rebocadores que permitem, além dessas manobras mais apertadas, e os nossos portos, alguns deles, têm condicionalismos, são, como disse o Sr. Deputado Pedro Neves, altamente eficientes em termos de consumo e em termos de eficiência mesmo dos seus motores. E, portanto, todos teremos a ganhar se fizermos a mesma coisa com menos combustíveis fósseis, com menos custos e até mesmo com menos desgaste desses equipamentos, porque esses equipamentos são construídos em materiais diferentes do que eram.

O rebocador “São Miguel”, só para terem uma ideia, pode durar mais 50 anos ou mais 55 anos. O rebocador “São Miguel” é um navio fantástico, a única coisa que ele precisa é de uma nova instalação elétrica, que é o que está, neste momento, a carecer de uma intervenção rápida, só que tem um custo de 500 mil euros por ano de manutenção. A gente pode continuar a gastar 500 mil euros todos os anos e ter o rebocador “São Miguel” às nossas ordens, só que o consumo de rebocador “São Miguel” é uma coisa astronómica. O rebocador “São Miguel”, por exemplo, não vai ao Corvo levar combustível, podia levar o dobro do que leva o “Pêro de Teive”, porque gastaria três vezes mais do que gasta o “Pêro de Teive” para fazer a mesma viagem. É tão simples quanto isso. O rebocador “São Miguel” tem uma capacidade de tancagem que pode abastecer sozinho a ilha de São Jorge e da Graciosa, não precisa do “São Jorge” para fazer a distribuição de combustíveis.

Só que o custo desta operação seria astronómico, o combustível ficaria quase 100% mais caro. É só esse pequeno esclarecimento.

E, portanto, a aquisição de um rebocador azimutal é fundamental para o Porto de Ponta Delgada, como é fundamental, em termos futuros, pensar na substituição do “Bravo” e do “São Luís” por rebocadores da mesma geração.

E, portanto, sobre os rebocadores e sobre o sistema portuário, acho que esta Câmara merecia um debate mais alargado.

Mas tenho uma última coisa para dizer a quem se preocupa demasiado com a gestão da Portos dos Açores. Sou levado a concordar com o Sr. Deputado Miguel Costa. E faço um apelo aos políticos desta Região e a esta Câmara: não façam à Portos dos Açores o que, durante anos, fizeram à SATA! Não usem a Portos dos Açores para aquilo que não seja a missão da Portos dos Açores! A Portos dos Açores, felizmente, resistiu um pouco na tradição das antigas Juntas Autónomas, resistiu quando foram transferidas para as Administrações Portuárias, resistiu à fusão como Portos dos Açores e desempenha a sua missão de uma forma extremamente profissional e eficiente. E, portanto, peço à Câmara e aos Srs. políticos em geral da Região Autónoma dos Açores que não exijam da Portos dos Açores mais do que a sua missão, para que não tenhamos que, daqui a 10 ou 15 anos, estar a discutir o plano de reestruturação da Portos das Açores como estamos a pedir da SATA, o plano de refinanciamento da Portos dos Açores como estamos a pedir da SATA e com todos os problemas que nós sabemos e que estamos a discutir em relação à transportadora aérea regional. Com uma agravante, é que aviões contratam-se em qualquer lado e aviões arranja-se maneira de eles chegarem aos Açores de um dia para o outro, quase de uma hora para a outra, ACMI é o que não falta. Portos, equipamentos portuários, ...

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** E navios!

**O Orador:** ... que fazem chegar à nossa mesa, todos os dias, a comida que nós gastamos, não há todos os dias! Os equipamentos portuários do Porto de Ponta

Delgada chegaram a estar em rotura. Se os senhores imaginarem o que é o Porto de Ponta Delgada parar numa terça-feira de manhã, na quarta-feira ao fim do dia não há prateleiras cheias nos supermercados de Ponta Delgada. É só este alerta que eu quero deixar. É igual na Horta e é igual na Praia da Vitória. Se o Porto da Horta parar numa quarta-feira ou numa quinta-feira, conforme o dia da chegada do navio, por um motivo qualquer que não se consiga descarregar os contentores, na sexta-feira não há comida no hipermercado Modelo. Podem ter a certeza absoluta disso! E, portanto, olhemos para esse sistema com a seriedade que o sistema carece que olhemos para ele.

E eu espero que esse debate sobre o rebocador de Ponta Delgada, que eu julguei que seria um Projeto de Resolução fácilimo de resolver por causa de resolver uma emergência, não acabasse nesse debate tão alargado, mas eu também não queria deixar de entrar nele com os aportes que podia dar.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral, pede a palavra para...

**Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, é apenas para um esclarecimento à Mesa.

**Presidente:** Um esclarecimento à Mesa?

**Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD):** No sentido de poder intervir agora no debate para responder a uma afirmação do Sr. Deputado Miguel Costa.

**Presidente:** Pode-se inscrever porque o PSD ainda tem tempo.

**Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD):** Então queria-me inscrever.

**Presidente:** Ok.

**Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...

**Presidente:** Peço desculpa, Sr. Deputado, mas terá que aguardar a sua vez, está bem?

**Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD):** Ah, peço desculpa.

**Presidente:** Ok. Sendo assim, tendo várias inscrições, nós vamos fazer um intervalo de 20 minutos. Regressamos ao meio-dia e cinco.

*Eram 11 horas e 45 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo: Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

*Eram 12 horas e 12 minutos.*

A Mesa ainda tem inscritos para este debate o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, a quem dou a palavra. Faz favor, Sr. Deputado.

**(\*) Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço para intervir neste debate em função de uma intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, que julgo merecedora de um esclarecimento, de uma clarificação. Não sem antes dizer ao Sr. Deputado Paulo Estêvão que ele tem revelado dotes insuspeitos, ou melhor, eles são suspeitos, eu é que não suspeitava que ele tivesse esses dotes, que são os dotes de bailarino e que é o seguinte: o Sr. Deputado Paulo Estêvão vai saltitando de assunto em assunto e, numa determinada formulação da sua conversa, deixa uma suspeita aqui, deixa uma insinuação ali, a possibilidade de se interpretar as suas palavras de uma forma que pode levantar suspeitas. E, depois, quando é apanhado em falso, diz: eu?! Eu não! Eu não disse isso! Eu não fiz nada disso!

Bom, e vem isso a propósito de quê? Vem isso a propósito da conversa do Sr. Deputado, em primeiro lugar, em relação à Portos dos Açores, que a Portos dos Açores teria contratado... ou o Presidente da Portos dos Açores, à altura, ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** O Governo!

**O Orador:** ... teria contratado uma empresa de quem gostava muito ou que admirava muito. Bom, julgo que já está esclarecido que nem a Portos dos Açores nem o seu Presidente, à altura, contrataram qualquer empresa de que gostasse muito.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** O Governo liderado por V. Exa.!

**O Orador:** Contratou, o Fundo Regional de Apoio ao Investimento, no seguimento de um concurso público, ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não foi por concurso público!

**O Orador:** ... concurso público este que não teve uma intervenção de ninguém que fosse familiar. E que é um bom princípio, que foi seguido na altura e que espero que continue também agora e que me parece importante ser realçado. Ora bom, mas essa parte julgo que está esclarecida.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não! Não está, não!

**O Orador:** Bom, o Sr. Deputado terá a oportunidade de intervir.

Mas no caso concreto o que se refere e a razão da minha intervenção é qualquer coisa do género que foi dito pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, e eu peço que ele me corrija, ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não posso! Não tenho tempo!

**O Orador:** Tem razão, mas então eu aproveito para corrigir aquilo que me parece que suscitou a sua reação e que foi um erro, uma falha da minha parte: não foi concurso público, foi um ajuste direto, ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Ah!

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** É que não tem nada a ver!

**O Orador:** ... na altura do furação. E que se liga exatamente com essa distinção quando o Sr. Deputado diz: contrataram uma empresa para fazer serviços, que não tinha barco.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Com capacidade!

**O Orador:** Lá está o *faux pas*, Sr. Deputado Paulo Estêvão! O senhor não disse que não tinha capacidade! O senhor disse que não tinha barco!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para fazer o serviço!

**O Orador:** E eu acho que é importante clarificar estas coisas. É importante clarificar estas coisas e recordar um pouco da história. Houve um concurso público que foi feito para a escolha de uma empresa que assegurasse o abastecimento de carga por via marítima à ilha do Corvo. Este concurso estava a decorrer e estava a decorrer de forma satisfatória, quando aconteceu o Furacão Lorenzo, que inviabilizou a base operacional dessa empresa, que era na ilha das Flores.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Estamos de acordo.

**O Orador:** E, nesse sentido, foi no âmbito desse relacionamento comercial que já existia e contratual, foi feito, então, um contrato para garantir que houvesse esse abastecimento à ilha do Corvo a partir de outra base.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** E o que é que aconteceu?

**O Orador:** Essa empresa tinha um barco, por vezes recorria a um subfretamento, mas não é correto dizer-se, na minha perspetiva, ou pelo menos deixar-se no ar esta ideia: os senhores contrataram uma empresa que não tinha barco para fazer o serviço. Isso não é verdade.

Esclarecidas estas duas partes, eu gostava apenas de, também, recordar, a propósito de algumas intervenções que o Sr. Deputado Paulo Estêvão fez aqui nesta Casa, nesta Câmara, fê-lo a propósito do Pico, das conserveiras no Pico, ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Já não tenho tempo.

**O Orador:** ... e fê-lo, agora, a propósito da política marítima e do abastecimento e de tudo mais. E o que eu gostaria de dizer ao Sr. Deputado Paulo Estêvão é um ditado que eu conheço, da ilha de São Miguel. Eu conheço de uma forma, mas já ouvi de várias. A propósito dessa sua proclamação dos amanhãs que cantam, gostava de lhe dizer o seguinte: “Não se gaba o boi antes de subir o arrebentão.”

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Bom conselho!

**O Orador:** E também já ouvi de outra forma, que é: “Não se gaba o boi antes de subir o Pisão.”

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Partido Socialista esgotou o seu tempo para este debate.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, uma interpelação no sentido de perguntar à Câmara quanto tempo é que o Grupo Parlamentar do PPM dispõe para entrar no debate.

**Presidente:** O Grupo Parlamentar do PPM já não dispõe de tempo para este debate.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Ah!...

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral.

(\*) **Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Que fique bem claro neste debate que nem a bancada do PSD nem o Sr. Paulo Estêvão, em alguma circunstância, colocou em causa a credibilidade e a seriedade da empresa Portos dos Açores.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Quem trouxe a empresa Portos dos Açores para o debate foi o Sr. Deputado Miguel Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** O Sr. Deputado Miguel Costa é que trouxe para o debate. Foi o Sr. Deputado Miguel Costa que, a propósito de uma iniciativa apresentada pela Iniciativa Liberal, que tão somente constava da aquisição de um rebocador para o Porto de Ponta Delgada, o senhor quis transformar este debate num debate sobre o futuro da Portos dos Açores.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** E foi o senhor que interpelou o Governo Regional sobre qual é o plano e a estratégia, inclusivamente a concorrência quanto a fundos europeus para a Portos dos Açores. Portanto, quem fez política, aqui, com a Portos dos Açores foi o Partido Socialista e foi o Sr. Deputado Miguel Costa! Não há dúvidas quanto a isso!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É verdade!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Deputado Miguel Costa (PS):** A falta de argumentos é terrível!

**O Orador:** E foi perante essa constatação, Sr. Deputado Miguel Costa, que o Sr. Deputado Paulo Estêvão teve a reação que teve. E teve a reação teve, e muito bem, porque quem, efetivamente, tem sentido de Estado, tem sentido de Estado.

E, isso, dirigindo-me, agora, concretamente, ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro, nós não estávamos à espera de uma intervenção com esse léxico e com esta ausência de sentido de Estado, porque, efetivamente, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o senhor sabia que o Sr. Deputado e que a bancada parlamentar do PPM não tinha tempo para responder a V. Exa., e V. Exa. utilizou palavras como bailarino, ...

**Deputado Francisco César (PS):** O PS também não tem tempo e o senhor está a dirigir-se ao PS!

**O Orador:** ... palavras como uma suspeita aqui, uma incidência ali, colocando no ar a suspeita que o Deputado Paulo Estêvão estava, digamos, a falar de certos amiguismos, ...

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Usou, usou!

**Deputada Ana Luís (PS):** O Sr. Deputado Paulo Estêvão não precisa de defesa, Sr. Deputado!

**O Orador:** ... quando o Deputado Paulo Estêvão nunca usou essa expressão. Disse que era uma empresa que adorava, mas adorava e explicou, efetivamente, perante esta Câmara o que pretendia dizer com essa palavra. E extrapolar afirmações que estão devidamente contextualizadas para outras para servir de interesses políticos é utilizar a Portos dos Açores e a má técnica que efetivamente existe no debate parlamentar para prejudicar e para caluniar umas afirmações que não foram feitas pelo Deputado Paulo Estêvão.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**Deputado Miguel Costa (PS):** Que falta de argumentos!

**O Orador:** E, nessa medida, para, efetivamente, terminar, não há dúvidas porque nós todos ouvimos, Sr. Deputado. Nós todos percebemos, efetivamente, o que é que o Sr. Deputado Paulo Estêvão... Quando o Sr. Deputado Paulo Estêvão falou da capacidade de uma empresa que não tinha barcos, obviamente que se estava a referir à capacidade para operar a ilha do Corvo, pois era esta missão, era este o objetivo para o qual foi contratada esta empresa, servir e abastecer de combustíveis a ilha do Corvo.

**Deputado Miguel Costa (PS):** Mas a questão é que tinham!

**O Orador:** Não havia qualquer outro propósito da afirmação do Sr. Deputado Paulo Estêvão que não fosse o centrar deste ajuste direto para servir os interesses e as necessidades da população da ilha do Corvo.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Portanto, Sr. Miguel Costa, também usando um ditado popular, não tenho uma referência a um animal, mas “o tiro saiu-lhe pela culatra”.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Pergunto se há mais inscrições para este debate. Não havendo, vamos passar à votação do Projeto de Resolução n.º 22/XII - “Recomenda a aquisição de um novo Rebocador para o Porto de Ponta Delgada”, apresentado pela Iniciativa Liberal.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Projeto de Resolução n.º 22/XII, apresentado pela Iniciativa Liberal, foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, para uma declaração de voto.

**Presidente:** Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há sempre tempo para uma declaração de voto.

**Deputado Nuno Barata (IL):** O Sr. Presidente é que pode não gostar!

**O Orador:** Bem, na declaração de voto eu só posso dizer porque é que votei a favor e, portanto, são estreitos os limites daquilo que eu posso dizer.

**Deputada Ana Luís (PS):** Não vai conseguir!

**O Orador:** Eu vou tentar... Não vou tentar, vou fazer, vou cumprir.

Portanto, votei favoravelmente, porque o Sr. Deputado Nuno Barata explicou, exemplarmente, aqui, aquela que é uma necessidade. Eu partilho essa perspetiva em relação à necessidade da aquisição deste rebocador.

Também, não mudei de ideias ao longo do debate por causa das referências que foram feitas à volta do assunto do rebocador. Não mudei o sentido de voto pelo facto de ter sido afirmado, aqui e ali, que eu tinha uma posição titubeante em relação a esta matéria, bailarino. Não alterou. Sr. Presidente, devo-lhe dizer: nem por um momento este tipo de referências me fizeram alterar o meu sentido de voto. E, por isso, o que eu lhe quero dizer é que, nesta matéria como em todas as matérias, eu tento manter a coerência. Afirmei que não tinha existido um contrato em relação à Barcos do Pico, foi um assunto que veio à baila no âmbito deste discurso, ...

**Deputada Ana Luís (PS):** Já está a exceder!

**O Orador:** ... no âmbito daquele que foi o debate que se gerou.

E eu tenho aqui, de facto, na mão, um ajuste direto.

*(Neste momento, o Deputado Paulo Estêvão mostrou um documento à Câmara)*

**Deputada Ana Luís (PS):** Isto não é uma declaração de voto!

**O Orador:** Um ajuste direto. Está a dizer a Sra. Deputada Ana Luís que já estou...

**Deputada Ana Luís (PS):** São as regras!

**O Orador:** Tem razão. Tem razão, senhora. Vou baixar já o ajuste direto e não vou continuar a fazer referência ao ajuste direto. Já estou com saudades, Sra. Deputada Ana Luís.

**Deputada Ana Luís (PS):** Em relação a mim não tem sido!

**O Orador:** Portanto, Sr. Presidente, para não prolongar, porque realmente não posso, mais esta discussão, também, dizer uma última referência: ninguém acredita nos meus dotes de bailarino e de dar aqui mortais e tudo isso, é só ter a oportunidade de olhar para mim. Há 20 anos, talvez. Agora, já não.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado. Com grande latitude esta declaração de voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro para uma declaração de voto.

(\*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista votou a favor desta proposta da Iniciativa Liberal, porque entende que é uma proposta que está bem fundamentada, que corresponde a uma necessidade, mas, sobretudo, que vai mais além do que apenas sinalizar aquela que é a preocupação material em relação a este assunto. Vai, aliás, no sentido de determinar, com a latitude que se afigura necessária, as questões procedimentais em relação à aquisição de um novo rebocador. E esse aspeto, para nós, foi determinante para o voto a favor, porque, efetivamente, não circunscreveu nem limitou a forma de garantir esse objetivo. E com essa latitude que a própria Resolução garante do ponto de vista do procedimento para garantir a satisfação dessa necessidade, recordo que fala na consagração das verbas, seja ao nível dos fundos comunitários ou do Orçamento Regional, para a aquisição do rebocador, traz também consigo a consideração quanto à forma como este processo se deve processar, seja por concurso público, como deve ser, seja, eventualmente, salvo seja, por ajuste direto se essa for a única forma de garantir a satisfação do interesse que está previsto.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

**O Orador:** É para isso que eles existem, que foram utilizados no passado e que, se for necessário, cá estaremos para viabilizar a sua utilização também neste caso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!**

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais declarações de voto. Não havendo, vamos prosseguir com a nossa agenda para o ponto 17: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 27/XII – “Programa especial de apoio à economia de Ponta Garça e Rabo de Peixe”**. Essa iniciativa é apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD. Para justificar a urgência, tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado. Faz favor, Sra. Deputada. Tem 5 minutos.

**(\*) Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A justificação deste pedido de urgência é o seu próprio objeto, que é simples, é claro e é, em nosso entender, uma questão de justiça social. Enquanto nos outros concelhos de São Miguel, nos últimos meses, os serviços e o comércio não essencial estavam encerrados apenas a partir das 15 horas, na freguesia de Rabo de Peixe e na freguesia de Ponta Garça, no concelho da Ribeira Grande e no concelho de Vila Franca do Campo, todos os estabelecimentos tiveram que encerrar totalmente, fruto das cercas sanitárias. A de Rabo de Peixe ainda persiste. A de Ponta Garça, apesar de ter durado apenas cinco dias, as medidas de confinamento e de encerramento de todos os serviços mantiveram-se por um mês. A justificação da urgência é esta, porque achamos que devemos tratar com medidas extraordinárias, ...

**Deputado José Ávila (PS):** Não pode ser com uma Resolução do Governo?

**A Oradora:** ... com justiça social também e de forma cirúrgica. Apesar do objeto ser muito simples, fará uma grande diferença na vida das pessoas.

Obrigada.

**Voices dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Rui Martins, faça favor.

**(\*) Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Executivo:

O programa especial de apoio à economia de Ponta Garça e Rabo de Peixe aqui apresentado é, efetivamente, pertinente e oportuno. Os efeitos económicos das restrições à circulação e das medidas de confinamento a que fomos votados pela situação pandémica que continuamos a atravessar são, sem dúvida nenhuma, severos para muitos setores de atividade, sobretudo, claro está, os que se viram obrigados a fechar portas. A severidade dos impactos económicos foi, por maioria de razão, maior nas freguesias que, única e exclusivamente por razões de saúde pública, se viram confinadas em cercas sanitárias.

Saúda-se, também, a resiliência dos nossos concidadãos destas freguesias que, apesar da situação, souberam, na sua grande maioria, que com o seu esforço estavam a defender um bem maior, que é a mitigação da propagação do vírus da Covid-19.

Pese embora a existência de uma política de apoios implementada por este Executivo e estando, por isso, em vigor um conjunto de ferramentas que permitem que também os empresários destas duas freguesias possam ser apoiados, compensando a quebra de faturação ou mesmo, em muitos casos, a inexistência da mesma, qualquer um destes cenários é perfeitamente enquadrável nas medidas atualmente em vigor.

Não obstante e por outro lado, o que é um facto e que não advém exclusivamente desta situação pandémica é que é preciso investir na educação das crianças, na formação dos adultos, aumentar a empregabilidade e melhorar o emprego.

Justifica-se, por isso, este Projeto de Resolução, que recomenda ao Governo que aprofunde medidas no âmbito de um programa de recuperação económica e social que possa colmatar as necessidades específicas destas comunidades de uma forma sustentada e que promova desenvolvimento nestas freguesias, para que possamos, juntos, trilhar um caminho que deixe para trás as dificuldades económicas e sociais que estes cidadãos atravessam.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP:** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

(\*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros dos Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Vamos ser claros, todas as ilhas, todas as freguesias, todos os concelhos tiveram graves problemas. E nós estamos há quase um ano (isto quase que parece 10 anos) com restrições. E essas restrições, umas foram globais, a nível de todas as nossas freguesias, outras foram cirúrgicas, como é o caso deste Projeto de Resolução. Poderão as outras freguesias achar que poderá existir uma injustiça relativamente a estas duas freguesias. Eu, fazendo parte do concelho de Ribeira Grande, também fui afetado, porque uma das freguesias fazia parte desse concelho. E fui afetado a nível pessoal, fui afetado também a nível profissional. Aliás, como alguns Deputados pelo menos de São Miguel sabem, o meu filho fez parte da Assembleia, da Delegação da Assembleia durante largos dias porque a escola foi fechada. Não foi só a escola que foi fechada, em duas freguesias foi mesmo fechada toda a restauração, todo o comércio, as pessoas não venderam um único cêntimo. Aí está

a diferença desta cerca sanitária de forma extremamente cirúrgica comparativamente com todas as outras freguesias da Região Autónoma dos Açores.

Mas podemos dizer então que, provavelmente, o problema está nas pessoas. Então, as pessoas têm que ser responsabilizadas e não podem, de forma alguma, ser ressarcidas, porque esse foi um problema das pessoas que não tiveram esse cuidado nem sensibilidade perante a sociedade. Não é o caso. Estamos a falar de um punhado de pessoas dentro dessas freguesias, estamos a falar da freguesia mais populosa dos Açores, estamos a falar de Rabo de Peixe, e por um punhado de pessoas todos foram afetados, até eu que não faço parte sequer da freguesia de Rabo de Peixe, faço parte do concelho de Ribeira Grande.

**Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD):** Vila! Vila de Rabo de Peixe!

**O Orador:** Da vila de Rabo de Peixe e freguesia de Rabo de Peixe, não está incorreto.

E, devido a isso, todo o comércio foi também afetado, todas as escolas e todos os cidadãos e as famílias que têm filhos.

Obviamente que nós só temos que apoiar esta urgência e também o Projeto de Resolução. Para a Representação Parlamentar do PAN, nós vamos votar favoravelmente a urgência.

Obrigado.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Apoiado!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Finalmente, liberto das amarras dos estreitos limites da declaração de voto, posso, aqui, referenciar o seguinte: em primeiro lugar, este Projeto de Resolução é um Projeto de Resolução que estabelece um conjunto de medidas que devem ser

tomadas no sentido de apoiar estas populações. Considero que é da mais elementar justiça um programa especial de apoio à economia de Ponta Garça e Rabo de Peixe. Têm sido freguesias especialmente martirizadas. E, portanto, neste momento, até tendo em conta a condição socioeconómica da população e todos estes desafios que estão a enfrentar, penso que é de elementar justiça responder a esta situação.

Devo dizer, também, a propósito de bailarinos e de insinuações, que eu tenho aqui na mão, que é: PS de São Miguel lamenta que o Governo Regional estigmatize a população de Rabo de Peixe.

**Deputada Ana Luís (PS):** Isso não tem a ver com a urgência!

**Presidente:** Sr. Deputado, estamos a discutir a urgência.

**Deputado Miguel Costa (PS):** Ele é que define as regras!

**O Orador:** Sim, sim. Estamos a discutir a urgência, ainda, não é? O que eu quero dizer é que é fundamental, é urgente, Sr. Presidente, que se esclareça o posicionamento político dos diversos partidos nesta matéria, que a medida seja aprovada o mais depressa possível, mas também que o esclarecimento político que é necessário fazer em relação a esta matéria seja feito. E vai já ser feito no debate que irá ser realizado a seguir.

**Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para justificação da urgência. Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com este pedido de urgência façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

O pedido de urgência colocado a votação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tendo sido aprovada a urgência, vamos passar à apresentação da mesma. Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Exmas. Sras. e Srs. Membros do Governo:

A pandemia Covid-19 é de todos nós conhecida e dispensa preâmbulos de contextualização. As consequências estão visíveis por toda a parte, não apenas ao nível sanitário, mas também ao nível social e económico. Em muitos casos, as consequências deixadas para trás pelo furacão da Covid são irreparáveis e devemos agir com rapidez, firmeza e determinação, sobretudo nas pequenas economias locais que, por estarem confinadas desde há algumas semanas, precisam de medidas concretas para sobreviver nos dias difíceis que ainda atravessamos.

Assim, e no âmbito do pacote de medidas de apoio extraordinário criadas pelo XIII Governo Regional dos Açores para fazer face aos impactos económicos e sociais da pandemia de Covid-19, foram também criados programas de apoio para as pequenas e médias empresas.

Tais medidas têm por objetivo reduzir os efeitos da descida da faturação e, principalmente, contribuir para a manutenção do emprego, visto que a redução do horário de estabelecimentos comerciais e de serviços geraram um impacto negativo na atividade das empresas afetadas.

Embora as empresas que viram a sua faturação ser prejudicada possam já candidatar-se a programas de apoio, a verdade é que as atividades localizadas na freguesia de Ponta Garça e na vila de Rabo de Peixe sofreram um impacto superior devido às cercas sanitárias, quando comparadas com todas as outras que encerraram a partir das 15 horas.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** As cercas sanitárias para testagem massiva nestas localidades tiveram o seu início a 14 de janeiro de 2021 e levaram ao encerramento de todos os espaços comerciais e de serviços.

No caso concreto da vila de Rabo de Peixe, em cerca sanitária desde 14 de janeiro até à data de hoje, muitas das empresas de comércio estiveram totalmente fechadas, perfazendo cerca de 40 dias consecutivos sem qualquer tipo de rendimento, o que origina situações de desespero sob o ponto vista económico, social e até psicológico.

**Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro):** Muito bem!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** E se a esses 40 dias juntarmos as duas semanas de cerca sanitária durante a testagem em massa, estamos perante um cenário muito difícil para estes empresários e comerciantes.

Mas estas limitações ao livre funcionamento do comércio também são extensíveis à freguesia de Ponta Garça, que viu imposta a cerca sanitária para a realização da testagem massiva de 15 a 22 de janeiro e, conseqüentemente, teve as suas empresas de comércio encerradas até ao dia 12 de fevereiro.

Deste modo, torna-se uma medida da mais elementar justiça que o Governo Regional participe e até majore os apoios a estas pequenas empresas.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Para tal, no cumprimento deste objetivo e nestas condições, poderão vir a ser apoiadas 92 empresas na vila de Rabo de Peixe e 36 na freguesia de Ponta Garça.

Com este apoio pretende-se auxiliar diretamente os empresários e as empresas que foram encerradas devido às cercas sanitárias decretadas, assim como contribuir para a manutenção dos postos de trabalho destas mesmas empresas.

Isto significa que o XIII Governo Regional dos Açores também deve agir e apoiar cirurgicamente nas causas que considere justas, como, aliás, tem sido a sua ação no decorrer dos últimos meses.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Efetivamente, nos termos regimentais aplicáveis e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 44.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Grupo Parlamentar do PSD propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove a seguinte Resolução:

1 – A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo Regional que elabore e implemente um programa de recuperação económica e social específico para as freguesias de Ponta Garça e de Rabo de Peixe, sujeitas a cercas sanitárias por razões de saúde pública no âmbito das medidas de combate à pandemia de Covid-19;

2 – A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo Regional que o programa de recuperação económica e social referido no número anterior deve contemplar a criação de apoios sociais específicos e a majoração de outros existentes para as micro, pequenas e médias empresas e empresários em nome individual, cujas atividades estiveram totalmente encerradas devido à implementação de cercas sanitárias em Rabo de Peixe e em Ponta Garça.

Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Dias Faria. Faz favor, Sra. Deputada.

(\*) **Deputada Sandra Faria (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vivemos tempos difíceis e ímpares face à crise pandémica Covid-19 e, consequentemente, uma grave crise económica e social que afeta toda a Região e que, em particular, atinge a vila de Rabo de Peixe e a freguesia de Ponta Garça. Uma crise transversal a todos os domínios e setores, que tem confluído para impactos sem precedentes na saúde, nas vivências sociais e comunitárias e na economia destas comunidades e territórios.

Quero, aqui, fazer um parêntese para, em nome do Grupo Parlamentar do PS, congratular por hoje não haver registo de casos positivos, ...

**Deputado Vasco Cordeiro e Deputada Ana Luís (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** ... parabenizando todos aqueles que estão envolvidos no combate à pandemia e de forma muito especial a população que enfrenta esta difícil situação.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS, PSD, CDS-PP, PPM, CH e do Governo)*

**Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro):** Um registo excepcional que a distingue!

**A Oradora:** Voltando ao assunto em debate, e apesar de todos os apoios implementados no âmbito das medidas excecionais relativas à situação epidemiológica do novo coronavírus Covid-19, apesar das sucessivas adequações à evolução das dificuldades e necessidades do tecido empresarial da Região a que urge acudir e que se tem procurado responder (e é disso bom exemplo as várias medidas já apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS neste Plenário, sendo que algumas não entenderam aprovar), não pode ser desconsiderado o particular

contexto que aflige a vida das empresas destas duas comunidades votadas ao confinamento e ao isolamento impostos pelas cercas sanitárias que vigoraram durante semanas e que no caso da vila de Rabo de Peixe ainda persistem.

Tendo como cenário esta difícil realidade e dando corpo à tão valorizada centralidade deste Parlamento, o Grupo Parlamentar do PS entende que seria valiosa e profícua a discussão dessa medida por parte de todos os partidos com assento nesta Assembleia.

Todavia, é opção do PSD excluir a Assembleia de contributos concretos também nesta iniciativa, até mesmo autoexcluindo os Deputados dos partidos que suportam este Governo, seja integrando a maioria formada, seja suportando através de um acordo de incidência parlamentar.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Não apoiado!

**A Oradora:** Com esta atitude contrária ao anunciado por este mesmo partido ainda ontem nesta Casa, o voto de todos nós resume-se ao objetivo e não ao conteúdo do programa. Por isso, ainda que desconhecendo a forma como esta medida poderá efetivamente responder às necessidades apontadas, o Grupo Parlamentar do PS entende que apoiar estas empresas, na sua maioria micro e pequenas empresas, é apoiar não apenas a economia, mas também a manutenção do emprego, é apoiar as famílias e a sua subsistência.

Por isso, o Partido Socialista, em coerência com a sua posição, quer no passado recente enquanto Governo, quer no presente enquanto maior partido desta Assembleia e da oposição, apoia esta proposta, porque, e como repetidamente aqui temos vindo a afirmar, a defesa dos interesses e a defesa do bem-estar de todos os açorianos e açorianas é o que nos move e está acima de qualquer divisão político-partidária.

Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faz favor, Sr. Deputado.

**(\*) Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu tenho e o Chega tem no seu ADN um princípio, que é: tratar todos por igual e, quando necessário, tratar mais igual o que foi desigual. E o que é que eu quero dizer com isto? Quero dizer que nós temos uma situação excecional, como disse a Sra. Deputada e muito bem. Aqui, os partidos não contam para nada. Temos uma situação, digamos, de calamidade. Uma doença que nos entrou pelo arquipélago dentro, ora pega, ora não pega, ora mata, ora não mata, ora dá, ora não dá, mas a verdade é que estamos todos reféns dela.

Eu tenho o maior respeito pelos autarcas. Eu atrevo-me a dizer, em nome pessoal para não ser acusado de outras coisas, que são as figuras mais importantes que temos na democracia. Sei que tenho aí, tenho aqui e sei que há pessoas aqui que exercem esta nobre missão.

Tenho um carinho especial pela Ponta Garça, a Sra. Deputada Sabrina saberá bem, e um grande carinho pela vila de Rabo de Peixe pelos anos que lá passei como formador. E que mencionou que Rabo de Peixe não é aquilo que muitas vezes eu vejo, erradamente, na SIC, talvez na TVI, e mais uns canaizinhos de comunicação social que andam aí e que para mim em nada dignificam a comunicação social.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** Em nada dignificam as pessoas da minha terra, que são seres humanos, que são seres humanos que erram, que são seres humanos que não gostam de estar amarrados, que são seres humanos que também merecem o nosso respeito e a nossa compreensão. E nisto também louvo a firmeza do Sr. Secretário. E já tive oportunidade de lhe dar os parabéns. Não é fácil!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Apoiado!

**O Orador:** Não é fácil, mas às vezes é necessário. Eu não queria estar em Rabo de Peixe. Eu não queria lá estar como o meu amigo, eu vou-lhe chamar pelo nome verdadeiro que é Paulo Terceira, mas que é sobejamente conhecido pelo “Yéyé”, que me ligava há uma noite ou duas a dizer: custa-me tanto, professor, estar aqui amarrado! Eu sei que custa muito, mas também há que ter esta coragem, porque, às vezes, como seres humanos que somos, também gostamos de pular a cerca, isto acontece.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Fale por si!

**O Orador:** E não estas cercas, Srs. Deputados. Não estas cercas. Estas mentes maldosas, gostava que as deixassem reservadas para o Chega.

Mas isto para dizer que, se há algo que é desigual, se há uma, ou duas comunidades, neste caso, que sofreram de uma forma mais agravada estas mazelas do confinamento, estas mazelas económicas, mesmo nós todos tendo um juízo sobre o tal salto das cercas, é justo. E quando nós estamos a defender (como é que eu costumo dizer, Sr. Secretário Duarte Freitas?) os nossos vizinhos, que vão de Santa Maria ao Corvo, que para mim são sempre vizinhos, nós estamos a defender o ser açoriano, que é algo muito diferente, com todo o respeito, de ser lisboeta, ser da Beira, ser do Alentejo. É muito diferente. Nós aqui temos o salgado nas veias, temos aqui o basalto que nos agride, temos o mar que nos separa, mas temos um só pensamento desta autonomia dos Açores. E em nome desta autonomia, todos os partidos devem ficar de lado quando nós estivermos a defender a justiça social, seja neste caso, seja nos restantes. A justiça social...

**Deputada Alexandra Manes (BE):** E os computadores!

**O Orador:** Os computadores, minha senhora, não são pessoas. As pessoas é que são importantes! As pessoas é que são importantes! Para o Bloco de Esquerda, um computador pode ser uma arma de arremesso. Para mim, um computador é uma ferramenta de trabalho.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** O senhor é que falou!

**O Orador:** Porque sem um ser humano eu nunca vou conseguir produzir nada. Sr. Presidente, o Chega associa-se a esta proposta de forma positiva, porque é da mais elementar justiça defender aqueles que na pele sentiram, sejam os habitantes, sejam os empresários, grande parte deles pequenos empresários. E é assim que as coisas devem ser, que foi para isso que eu para cá vim e não vim para outra coisa. E eu espero que os senhores também.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e do CH)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faz favor, Sr. Deputado.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, obrigado.

Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados: Em resposta ao aumento exponencial do número de contágios do vírus SARS-COV-2, o Governo Regional decretou a implementação de cercas sanitárias nas freguesias da Ponta Garça e de Rabo de Peixe, esta última ainda em vigência à data.

As decisões tomadas tiveram como superior interesse a contenção da transmissão e propagação comunitária da doença de Covid-19. Desta forma, foi possível prevenir que os focos identificados nestas freguesias pudessem disseminar-se e

alastrar-se a outras freguesias e concelhos da ilha de São Miguel e aumentar, conseqüentemente, o risco de transmissão para outras ilhas do nosso arquipélago.

**Presidente do Governo Regional dos Açores** (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

**O Orador:** Estas decisões, embora positivas e com bons resultados no que à saúde pública diz respeito, afetaram, naturalmente, de forma negativa, o tecido empresarial das freguesias onde se aplicaram e ainda se aplica as cercas sanitárias. A decretação do encerramento de múltiplos estabelecimentos comerciais, a impossibilidade ou redução acentuada da permanência e deslocação de pessoas na via pública, aliada à proibição de entrada de cidadãos não residentes nas freguesias cercadas, provocou notoriamente um claro decréscimo ou mesmo nula a faturação das empresas sediadas nas freguesias de Ponta Garça e de Rabo de Peixe.

Assim, e pelo exposto, deverá, obviamente, ser criado um programa concreto de recuperação económica e social específico e direcionado a estas empresas afetadas pelas cercas sanitárias impostas, sem prejuízo de apoios já promulgados. A abrangência da área social no programa proposto pelo Grupo Parlamentar do PSD é fundamental para que seja possível também prevenir, futuramente, a necessidade de aplicação de novas cercas. É determinante apelar e reiterar as medidas também necessárias para que se possa, cumprindo-as, impedir ou minimizar a transmissão do vírus SARS-COV-2 na Região.

Votaremos, por isso, favoravelmente a esta iniciativa do PSD.

**Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Nuno Barata** (*IL*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Situações excepcionais carecem de medidas excepcionais. Parece-me uma lapalissada, perdoem-me a invenção da palavra.

E, de facto, aquilo que estamos a assistir com as cercas sanitárias nos Açores, em Ponta Garça, em Rabo de Peixe, na Dinamarca, na Holanda, seja onde for, são medidas que foram tomadas no seio de um combate à proliferação de um vírus, que nós ainda nem sabemos bem o comportamento que irá ter e cujo combate está a provocar um segundo tsunami pandémico, um tsunami económico, um tsunami social por arrastamento do tsunami económico e que contribuirá, inevitavelmente, para o aumento do fosso entre aqueles que têm mais condições de acesso aos bens essenciais e aqueles que têm menos condições de acesso aos bens essenciais. E se não tomarmos medidas de minimização desses danos, os danos finais serão absolutamente catastróficos.

E para evitar algumas acusações de falta de liberalismo, eu vou clarificar: quando é o Estado que provoca o tsunami, é o Estado que tem que resolver o tsunami, porque este não é um tsunami natural, este é um tsunami que decorre da intervenção do Estado, e bem, na economia, porque foi preciso parar a economia para parar a proliferação do SARS-Cov-2. E, portanto, é ao Estado que compete tomar as medidas de recuperação deste processo.

E há um case study, um caso de estudo internacional, que nós não vivemos, felizmente, mas os nossos pais viveram, que tem que ver precisamente com o Plano Marshall e que veio da economia mais liberal de todo o mundo resolver um problema na Europa. E, portanto, temos que perceber que, quando os problemas são criados pelo Estado, ao Estado cumpre resolver.

E é nesta medida e tendo em conta a justeza da majoração para a vila de Rabo de Peixe e para a freguesia de Ponta Garça, porque foram excepcionalmente afetadas por essa situação excepcional que afetou nós todos, que eu entendo e a Iniciativa Liberal se vai associar a esta iniciativa de modo a permitir a majoração dos apoios para estas duas localidades da ilha de São Miguel, deixando claro que, e eu espero

que não seja necessário, a haver necessidade de intervenção do mesmo teor noutras localidades dos Açores, cá estaremos para aproveitar a majoração para essas outras localidades dos Açores.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Atendendo à nossa hora, vamos fazer o nosso intervalo para almoço. Regressamos às 15 horas.

*Eram 13 horas e 02 minutos.*

**Presidente:** Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

*Eram 15 horas e 05 minutos.*

Estava inscrito para o uso da palavra o Sr. Deputado Rui Martins, que não está na sala. Assim, darei a palavra ao Sr. Deputado António Lima. Sr. Deputado, faça favor. Sr. Deputado António Lima, tem a palavra. Faz favor.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Perante a ausência de parte da bancada do PSD, vou, no entanto, fazer a minha intervenção, até porque os Deputados que intervieram neste ponto estão, efetivamente, presentes.

Esta iniciativa do PSD, que o Bloco de Esquerda, naturalmente, acompanhará, pretende criar um plano de recuperação económica e social específico, tanto para a vila de Rabo de Peixe, como para a freguesia de Ponta Garça, que estiveram, no caso de Rabo de Peixe ainda estão, sujeitos a uma cerca sanitária.

Devido às medidas de contenção da pandemia, decidiram, as autoridades de saúde, implementar esta medida, que é uma medida que, em determinados

contextos, naturalmente, tem importância e tem efeitos que poderão ser positivos no combate à pandemia. Tem, no entanto, como é reconhecido no Projeto de Resolução, efeitos negativos, a começar pelos efeitos económicos, que pelo menos no preâmbulo são esses efeitos que são mais descritos. No entanto, não podia deixar de dizer que os efeitos sociais e até na saúde das pessoas também não são, de forma alguma, de negligenciar.

E deixo esta nota de que o plano que se virá a fazer, e que esperamos que tenha também apresentação nesta Casa, não deve esquecer, de forma alguma, aqueles que são os efeitos na educação, aqueles que são os efeitos na saúde, também na saúde mental da população e aqueles que são os efeitos também perversos que o confinamento tem e que nós também já discutimos neste Parlamento, não nesta legislatura, mas na anterior, até por proposta do Bloco de Esquerda, por exemplo num possível aumento de casos de violência doméstica, do conflito familiar. Ou seja, há um conjunto de efeitos sociais que não se pode, de forma alguma, esquecer, porque os efeitos económicos são, efetivamente, importantes, mas não se podem também esquecer os efeitos sociais.

A cerca sanitária é, de facto, uma medida que, sendo justificável em determinados contextos, é uma medida dura. E, como tal, tem que ser uma medida, por um lado, bem calibrada, justificada e explicada às populações, principalmente às populações que ficam sujeitas a esse tipo de medida.

Julgo eu que também é necessário implementar e explicar quais são os critérios, não só para a implementar, mas também os critérios para o seu fim, ou seja, as pessoas que estão sujeitas a uma cerca sanitária não podem ficar na indefinição eterna de, a cada dia ou a cada semana, saber de qual é a decisão das autoridades de saúde e dos governos. Tem que lhes ser dito qual é o critério para que a cerca sanitária seja terminada, ...

**Deputado Francisco César (PS):** Claro!

**O Orador:** ... porque senão ficamos indefinidamente à espera que as autoridades de saúde, por algum motivo que ninguém sabe, decida levantar a cerca.

E aquilo que tem acontecido em Rabo de Peixe é algo que, na nossa opinião, não deve acontecer. O que tem acontecido é um cerco e um apertar da cerca sanitária cada vez mais.

**Secretária Regional da Educação (Sofia Ribeiro):** Tem limite de área!

**O Orador:** Primeiro foram as zonas mais limítrofes de Rabo de Peixe que foram libertadas da cerca. A seguir, apertou-se mais a cerca e libertou-se outra parte de Rabo de Peixe. Agora, o que vemos é que a cerca sanitária está apenas na zona onde há maiores problemas sociais, onde há bairros sociais em Rabo de Peixe. E isso é uma atitude que, não sendo de forma alguma explicada e bem explicada, ...

**Secretária Regional da Educação (Sofia Ribeiro):** Não é explicada?!

**O Orador:** ... é uma atitude que começa a ser discriminatória e altamente reprovável das autoridades de saúde e deste Governo.

E não podia deixar de, nesta intervenção, olhando para o Sr. Secretário, dizer que a forma como está a ser gerida, sem dar perspetivas dos critérios para o levantamento da cerca, é discriminatória e é inaceitável. É fundamental que o Governo e a Autoridade de Saúde expliquem quando é que levantam a cerca, qual é o critério para levantar a cerca, porque fazer uma cerca sanitária aos bairros norte de Rabo de Peixe, mais próximos do mar, parece-me que já começa a ser um pouco, senão muito, demais, sem que seja explicado qual é o critério para a levantar.

**Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima):** É lamentável o que está a dizer!

**O Orador:** Mas, pior do que isso, o Governo, nesta semana, para demonstrar aqueles que eram os novos limites da cerca sanitária, decidiu divulgar o mapa, que não só delimita a zona onde está a cerca sanitária, mas também georreferencia, ou seja, assinala nesse mapa as casas e o número de pessoas infetadas em cada

uma das casas. Qualquer pessoa que vive em Rabo de Peixe, qualquer pessoa que conheça Rabo de Peixe e que conheça aquela comunidade passou a saber quem são as pessoas que têm Covid-19 em Rabo de Peixe. Isso, politicamente, é desastroso, é inaceitável, é um fator de discriminação absolutamente intolerável, ...

**Deputado Vilson Ponte Gomes (PS):** Apoiado!

**O Orador:** ... que não podíamos sequer deixar de trazer a este Parlamento, de forma alguma, quando se fala deste assunto.

Mas essa é a responsabilidade política do Governo, que tem que assumir essa responsabilidade política de ter tomado essa decisão.

Mas pior do que errar é insistir no erro. A divulgação deste mapa que eu tenho aqui, entreguei à Mesa, mas tive o cuidado de retirar aqueles que são os pontos que identificavam as casas de Rabo de Peixe. Este mapa, e farei chegar à Mesa, foi divulgado na comunicação social, na RTP Açores, em jornais regionais. E este mapa continua disponível, hoje de manhã, no site do Governo Regional, que farei chegar à Mesa. Isso é inadmissível!

**Deputado Francisco César (PS):** É verdade!

**O Orador:** Cometer um erro, toda a gente pode cometer e os responsáveis, obviamente, têm que ser chamados à razão. Agora, insistir no erro, quase três dias depois, isso é intolerável. E esse erro tem que ser não só reconhecido pelo Governo e alguém tem que assumir a responsabilidade.

E essa violação da privacidade das pessoas é também uma possível violação da lei, seja da lei do Sistema Estatístico Nacional, o dever de sigilo estatístico, que pode constituir até crime, e também uma violação do Regulamento Nacional de Proteção de Dados. Isso não cabe a este Parlamento decidir. O Bloco de Esquerda o que fará é enviar às autoridades competentes essa documentação para que avaliem e tomem as medidas que acharem por convenientes.

Disse.

**Deputado Francisco César (PS):** E as responsabilidades políticas!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Mas o senhor já tirou conclusões!

**Deputado António Lima (BE):** As políticas estão tiradas!

**Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima):** Políticas e indispensáveis!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Desde já, pedir desculpa pelo atraso e não ter estado presente no momento em que deveria usar da palavra.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Executivo:

Relativamente ao Projeto de Resolução em apreço, gostaria de dizer que, efetivamente, o projeto é meritório, é pertinente e é oportuno.

A população e os empresários da vila de Rabo de Peixe e da freguesia de Ponta Garça, pelas limitações impostas, sofreram, indubitavelmente, de forma mais severa o impacto económico, ou seja, por sua vez, maior do que a maioria dos açorianos. Também, do ponto de vista social, estas populações sofreram com o penoso confinamento e a limitação de livre circulação.

A realidade é que a mudança de estratégia por parte da Autoridade de Saúde Regional permitiu que não se prejudicasse de forma mais alargada e generalizada os habitantes e a economia da ilha de São Miguel ou até, mais especificamente, no caso em apreço, no concelho da Ribeira Grande. A mudança de estratégia permitiu aplicar medidas diferentes ao que era singular.

Por outro lado, é de lamentar quem acaba por estigmatizar enquanto acusa o Governo de estigmatizar.

Relativamente à proteção de dados, efetivamente, o Governo poderá ter tido algum lapso que tenha que corrigir, mas também é verdade que tanto a

comunicação social como quem divulga estes dados também está obrigado à proteção de dados.

Depois, também já o disse e voltando ao tema em apreço, já o disse na justificação da urgência e repito, o que é um facto é que não advém exclusivamente desta situação pandémica a urgência, ou seja, esta situação pandémica não é exclusivamente responsável pela situação social de Rabo de Peixe, porque é efetivamente necessário investir na educação das crianças e, repito, na formação dos adultos, aumentar a empregabilidade e melhorar o emprego.

Saibamos, por isso, aproveitar esta oportunidade para ajudar estas comunidades a sair do sufoco económico e social que há muito atravessam. É necessário, então, que se possa, agora, também, apoiar com medidas diferenciadas aqueles que sofreram imposições diferenciadas. Por isso, muito me apraz que esta Assembleia se una para legitimar que este Governo possa tomar medidas mais robustas e apoio a estes nossos concidadãos.

Muito obrigado.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Valdemira Gouveia. Faz favor, Sra. Deputada.

(\*) **Deputada Valdemira Carvalho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista saúda a iniciativa e a proposta de apoio a Rabo de Peixe e Ponta Garça.

E não venho aqui para falar de economia, mas para falar de gente, da gente de Rabo de Peixe.

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Não posso deixar de fazer uma nota, não apenas, mas também enquanto mulher que sou de Rabo de Peixe, nascida, criada, como se diz, e ali fiz toda a minha vida, para além de ter lá toda a minha família.

Dos problemas estruturais e das desigualdades socioeconómicas nela presentes, têm ainda que viver com um conjunto de preconceitos e estigma a ela associados e a discriminação pela ignorância de tantas e tantos que dela falam sem o conhecimento e o respeito que merecem.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Preconceitos manifestados, por exemplo, e como se queixa a gente de Rabo de Peixe, na própria forma como os casos pandémicos são reportados.

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** As recuperações são da Ribeira Grande, mas as infeções são de Rabo de Peixe.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**A Oradora:** As medidas de confinamento, as mais recentes, são materializadas em cercas, compreendamos ou não o racional da sua existência, são prisões ao ar livre desta população. Este é o bom exemplo do desfasamento que existe entre a decisão política marcada por uma miopia cultural, ...

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** ... e o sentimento de abandono com que muitas populações, nomeadamente a de Rabo de Peixe, têm sentido por parte da política. Precisamos de mais mediação cultural, mais política de proximidade e menos autoritarismo e policiamento musculado, ...

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** ... policiamento musculado culturalmente cego.

É preciso fazer mais, fazer melhor por estas populações! Hoje, ao que tudo indica, este Parlamento aprovará este Projeto de Resolução. Isso é bom. Eu congratulo-me com isso e acho que todos nós nos devemos congratular com isso, mas é preciso que cada um de nós, aqui nesta Casa, desde os partidos políticos, até ao Governo, não esqueça que, embora positivo, infelizmente, este projeto, mesmo aprovado, não resolve todos os problemas. É preciso fazer mais, fazer melhor por estas populações. E que esta medida seja o primeiro passo a dar e os demais. Muito obrigada.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima):** É o primeiro em 24 anos!

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto. Faz favor, Sr. Secretário.

**(\*) Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Obviamente que esta é uma situação que a todos nos preocupa e, desde logo, em primeiro lugar, quem tem responsabilidades governativas e a Autoridade de Saúde, para acompanhar esta situação pandémica e, sobretudo, para tomar as decisões que têm que ser tomadas.

Podem crer, conforme já afirmei por diversas vezes, que nunca nenhuma das decisões que foi tomada o foi de ânimo leve. Nunca nenhuma decisão foi tomada para restringir o direito de quem quer que seja. Nunca nenhuma decisão foi tomada para o debate político.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Nunca nenhuma decisão foi tomada para fazer combate partidário, mas todas as decisões foram tomadas, apenas e só, para salvaguardar a saúde pública. Foi isso que nos levou e é isso que nos motiva.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)*

Não são medidas fáceis, são medidas que exigem coragem, mas, sobretudo, exigem sentido de responsabilidade pelas funções que este Parlamento incumbiu a que este Governo tivesse. Era muito mais fácil, podem crer, muito mais fácil que estivéssemos a tomar medidas genéricas, medidas abstratas, era muito fácil, porque aí ninguém nos chateava. Olha, isso é para todos. Mas era muito menos responsável e muito mais prejudicial para a saúde de todos os açorianos.

Podem crer que quando foi levantada a primeira cerca, qual foi a consequência imediata? A propagação do vírus por todas as freguesias vizinhas, todas elas, até alargar-se à ilha de São Miguel e a termos 916 casos, a 18 janeiro.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** É isso que queremos evitar, a propagação da doença para salvaguardar a saúde pública! É isso que nos motiva, apenas e só!

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Nem imaginam quanto me custa. Se há coisa que me custou, ao tomar posse e ao chegar aqui, nestes dois meses e meio, quase três meses, é todos os dias

de manhã saber os casos de Rabo de Peixe. É acordar às três da manhã, com os casos a cair, a saber o que é que vou fazer no dia a seguir para levantar a cerca. Não há nada que me custe mais do que isso, podem crer, mas tomo a decisão, apenas e só, pelo sentido de responsabilidade que os açorianos deram a este Parlamento para a confirmação parlamentar que deu a este Governo! É apenas e só por isso! Por mais nada! Não estou à procura de votos, nem um voto!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)*

Enquanto que há Srs. Deputados que fazem conta aos 4% dos votos que o PSD pode perder em Rabo de Peixe, eu não faço conta a nenhum por cento dos votos. Para mim, o voto não é importante. Para mim, o importante é apenas e só as minhas responsabilidades e a saúde pública dos açorianos, que, como vimos ainda hoje, está, acima de tudo, com resultados positivos!

Também percebo que esta coligação tática entre o Bloco de Esquerda e o Partido Socialista de São Miguel, do seu secretariado, tem os seus efeitos, mas também tem as suas responsabilidades. As responsabilidades que vemos um dia o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Deputado Vasco Cordeiro, a bater a mão no peito, que está aqui para ajudar todos no sentido positivo, mas, no mesmo dia, o secretariado de São Miguel faz um comunicado de ataque ao Governo, comunicados incendiários, a incendiar os açorianos uns contra os outros!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)*

Isto é que é estigmatizar! Quem está a estigmatizar são os senhores! Estão a estigmatizar, a pôr os açorianos uns contra os outros! Isso é que é estigmatizar! Quem estigmatiza Rabo de Peixe não é o PSD, não é o Governo, não é nenhum dos partidos aqui presentes!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)*

E as consequências das medidas são os casos concretos de Covid. Se não houve Covid ali, como houve em Ponta Garça... Eu não ouvi os senhores falar de Ponta Garça. Em Ponta Garça também houve uma cerca! Houve uma cerca em Ponta Garça! Porquê? Houve cerca em Ponta Garça! Obviamente que houve cerca em Ponta Garça! E porque é que há? Em coerência com aquilo que são as medidas deste Governo, desde o início, em coerência, sempre dissemos que tomamos medidas de acordo com o local e com o tempo, circunstanciadas. Dá muito mais trabalho, mas é muito mais justo, de acordo com o tempo e com o lugar. Naquele tempo, naquele lugar, foi exigível cerca em Ponta Garça. Fizemos a cerca em Ponta Garça. A população reagiu de forma eficaz e positiva. Passadas semanas, foi levantada a cerca em Ponta Garça. Isto aconteceu também, agora, em Rabo de Peixe.

**Deputado Francisco César (PS):** Isso é estigmatização!

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Conter a pandemia é estigmatização?

**O Orador:** E acontecerá em qualquer sítio desta Região. Em qualquer sítio desta Região onde surja a necessidade de cerca, esta cerca existirá.

**Deputado Francisco César (PS):** Uma é boa e a outra é má!

**O Orador:** Ó Sr. Presidente, eu precisava de continuar, se me deixassem.

Em qualquer sítio desta Região onde existir a necessidade de cerca e se isso for a garantia de salvaguardar a saúde pública, este Governo Regional tomará esta

decisão, tal como o Governo Regional tomou ao fazer cercas em todos os concelhos de São Miguel. Todos os concelhos estiveram cercados.

**Deputado Flávio Soares (PSD):** Já se esqueceram!

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Com cinco casos!

**O Orador:** Foi uma medida genérica, abstrata e cega. Neste caso concreto, tomamos uma medida em concreto para aquele local e para aquele tempo. Queira a situação de pandemia evoluir de forma positiva, que a primeira medida que este Governo toma é levantar cercas.

Mas este Governo não ficou por aí, o Governo não se limitou à cerca sanitária, tomou medidas concretas positivas, criando equipas multidisciplinares com psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, ...

**Secretária Regional da Educação (Sofia Ribeiro):** Muito bem!

**O Orador:** ... autarquias locais, todos eles no terreno a ajudar, casa a casa, num trabalho heroico. O trabalho que está a ser desenvolvido pelas equipas multidisciplinares na vila de Rabo de Peixe é um trabalho heroico que está a ser feito.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)*

E é este trabalho, são as medidas positivas que estamos a tomar de preocupação e de atenção, estando no terreno a Autoridade de Saúde. Eu próprio fui a Rabo de Peixe, estive lá a assumir as posições que temos tomado, a dar a cara, com coragem, sem receio das vossas pressões e do carácter incendiário de algumas pessoas, sem receio de nada disso, dando a cara e assumindo as responsabilidades!

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Duas notas finais sobre a questão da georreferenciação: obviamente que a georreferenciação é uma forma de fundamentar a medida.

**Deputado Francisco César (PS):** O senhor está a brincar!

**O Orador:** Não está identificada nenhuma casa concreta, estão identificadas as ruas. Ninguém consegue em concreto dizer o número da porta da casa que está identificada. Ninguém consegue. Isto é o que estamos a fazer, a fundamentar a medida para que ela seja perceptível, entendível, credível e, por isso, aceite pela população. Era muito mais fácil, se calhar, dizer: olha, é por ali, uma coisa a olho. Não! Tudo é fundamentado! Tudo tem um sentido, um rigor, uma precisão! E nessa perspetiva foi isso que foi feito.

**Deputada Ana Luís (PS):** Não era preciso ser tanto!

**O Orador:** Mas se os senhores estão contra, assumam! Se o Partido Socialista está contra, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, assuma que está contra isto! Assumam que estão a cerca de Rabo de Peixe! Assumam e não andem nesta divisão, um diz uma coisa, o outro diz outra e ninguém sabe em quem é que há de acreditar!

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Já agora, não é verdade que se diga que os casos são em Rabo de Peixe e as recuperações na Ribeira Grande. Eu, todas as semanas, refiro recuperações destas tantas em Rabo de Peixe. Digo sempre os casos que estão.

Identifico isto sempre de uma forma rigorosa e precisa, casos positivos e recuperações.

O que nós queremos é recuperar Rabo de Peixe e todas as localidades dos Açores, para que aquilo que se sentiu hoje, ilhas que desde agosto tinham casos positivos e hoje já não têm, que isso se espalhe pela Região e que a Região seja, efetivamente, uma região sem casos Covid e que a vida de todos volte à normalidade, com o sentido de responsabilidade que todos têm de continuar a ter.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)*

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Qual é o critério?

**Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Sr. Deputado Tiago Lopes, fale! O senhor que fale!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

*(Aparte inaudível do Deputado João Bruto da Costa)*

Sr. Deputado João Bruto da Costa, permita-me que conduza os trabalhos. Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César. Faz favor, Sr. Deputado.

**(\*) Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...

O que é que se passou? Pensei que houvesse algum problema que me tivesse ultrapassado, mas, pelos vistos, é o habitual bruaá.

Bom, o Sr. Secretário Regional veio a esta Câmara para revelar que todos os dias tem um conjunto de preocupações em relação a Rabo de Peixe. O que é que é para si acordar à noite, às três da manhã, e receber os dados de Rabo de Peixe?

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** É trabalho!

**O Orador:** O Sr. Secretário veio a esta Câmara dizer a preocupação que o Governo tem todos os dias em conseguir resolver os problemas de Rabo de Peixe e a preocupação que o Sr. Secretário tem com os comunicados do Bloco de Esquerda, com os comunicados do Partido Socialista, com os artigos de opinião do Deputado Berto Messias, ...

**Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Não falei nisso!

**O Orador:** ... com os artigos de opinião de alguém que o critique, das notícias ou dos programas na rádio em que fazem observações sobre o Sr. Secretário. Porque eu acho que o Sr. Secretário ainda não percebeu uma coisa: o Sr. Secretário é um político, é responsável político.

**Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Mas também tenho profissão!

**O Orador:** O Sr. Secretário é um político e, como tal... Ó Sr. Secretário, tenha calma, está tão excitado e está a insultar toda a gente! Tenha calma!

**Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Ordinário não sou! A senhora chamou-me ordinário!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados... Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Francisco César continue a sua intervenção.

**O Orador:** Ó Sr. Presidente, e sem que me insultem, se faz favor. Se o Sr. Secretário puder evitar, eu só agradecia.

**Presidente:** Isso não é permitido nesta Câmara, Sr. Deputado.

**O Orador:** Mas o Sr. Secretário ainda não percebeu que o que está em causa aqui não é se o senhor está feliz ou infeliz, se o seu Governo é sujeito a críticas ou a elogios, o que está em causa aqui é a população de Rabo de Peixe!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Ah, pois é!

**Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Exatamente!

**Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Duarte Freitas):** Deixa falar! Quanto mais falar, mais se afunda!

**O Orador:** O que está em causa aqui é o efeito das medidas que o Governo, que V. Exa. faz parte, toma e da maneira que afetam Rabo de Peixe. E o facto é que o conjunto de medidas que tem tomado até agora, muitas delas percebo do ponto de vista da saúde pública, mas, pela falta de explicação, pelo tempo em que demora a tomar as suas decisões, pela falta de diálogo, ...

**Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Fale de Rabo de Peixe!

**O Orador:** Ouça! Ouça isto que é importante, porque também está sujeito a críticas! Eu sei que o senhor está habituado sempre a ser oposição. Agora que está no Governo é oposição, agora que está no Governo é oposição interna. Ouça, que lhe faz bem, porque é esse o papel que todos nós temos aqui: ouvir o que nos dizem! Como eu também ouço. O papel de um Governo é saber os efeitos das suas decisões na população. Quando o senhor toma uma decisão com 11 horas de atraso, que faz com que a população venha para a rua e que obrigue a polícia a estar com um dispositivo policial com metralhadores apontadas para a população, como aconteceu e foi visível, isto tem consequências! Quando o Sr. Secretário divulga imagens com georreferenciação dos casos das pessoas de Rabo de Peixe que estão doentes, com a rua e com as casas... E diz o Sr. Secretário que não, que não há problema nenhum com aqueles mapas, ...

**Deputado Berto Messias (PS):** Humildade!

**O Orador:** ... aqueles mapas saíram, era o que nós queríamos que saísse. Então, porque é que tiraram imediatamente os mapas do Facebook da Direção Regional de Saúde quando eu e outros camaradas meus acusaram os senhores de estarem a divulgar dados privados das pessoas? Se era tão mau... Porque é que retiraram?

**Deputado Berto Messias (PS):** Boa questão!

**O Orador:** E o senhor não respondeu sobre isto. Ó Sr. Secretário, há algo que pode acontecer, os senhores enganaram-se, houve alguém que se enganou e colocou os dados que não deveria ter colocado. E percebo, retiram. O que se faz é pedir desculpa. O Sr. Secretário é incapaz de pedir desculpa por isso.

Mais grave, os dados ainda lá estão! Vai-se ao site do Governo...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Tiraram ou não tiraram?

**O Orador:** Não, retiraram do Facebook da Direção Regional de Saúde, esqueceram-se de retirar do Gabinete de Apoio à Comunicação Social, que agora os senhores deram um outro nome, que ainda existe, mas que deram outro nome. E, portanto, o senhor o que tem que vir aqui é dizer o seguinte: em primeiro lugar, enganei-me ou não me enganei? Se me enganei, peço desculpa, não custa nada, e vou já retirar os dados que ainda lá estão; em segundo lugar, porque este Governo é o Governo da transparência, este Governo, supostamente, é um Governo de escrutínio, o Sr. Secretário assume as responsabilidades e diz quem é o responsável pela divulgação de dados que são pessoais.

O senhor sabe qual é o resultado disto? É que as pessoas não percebem porque é que Rabo de Peixe está a ter um tratamento diferente dos outros sítios. E isto, quer a gente queira, quer não, é estigmatizar uma população.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Tenha vergonha!

**O Orador:** A falta de transparência da sua ação, os erros que tem cometido na sua ação provocam que se estigmatize uma população. E com isso o Partido Socialista não poderá compactuar, com isso o PS de São Miguel não poderá compactuar, ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** O PS de São Miguel?!

**O Orador:** ... por muito que o Sr. Secretário insulte os militantes do Partido Socialista, me insulte a mim próprio, porque acima de tudo está a defesa da população de Rabo de Peixe. E a forma que o senhor encontrou para defender a

população de Rabo de Peixe, permita-me que lhe diga, a mim, não é a mais correta. E por aquilo que tenho visto da atuação do Presidente da Junta de Rabo de Peixe, também acha e não considera que a sua atuação seja a mais correta.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado. Faz favor, Sra. Deputada.

**(\*) Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente:

Eu tenho que confessar que estou um bocadinho triste e chocada pela forma como o Partido Socialista, na pessoa do Sr. Deputado Francisco César, consegue, de todo e qualquer assunto, desviar a atenção do seu objeto e da defesa das nossas populações...

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem!

**A Oradora:** ... e entrar num caminho de gincana política.

**Deputado Francisco César (PS):** Fui interpelado!

**A Oradora:** A si, a única coisa que lhe interessa é gincana política e não o objeto do que estamos aqui a discutir. E a palavra estigmatização, Sr. Deputado Francisco César, é todos os dias usada pelo Partido Socialista para atacar o Governo.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** E é praticada pelo seu colega que não compareceu no primeiro dia!

**A Oradora:** Tenho também a dizer, como testemunho pessoal, que, desde o dia 19 de dezembro, todos os dias, em relação a Ponta Garça, o Sr. Secretário da

Saúde e o Sr. Diretor Regional da Saúde têm acompanhado, todos os dias, no terreno, seja a que horas for, os agentes locais, os eleitos locais, para tentarmos, da forma possível como conseguimos, ajudar as nossas populações. E eu sou testemunha viva de que implementar a cerca em Ponta Garça para testagem massiva em georreferenciação, que é necessário muitas vezes, não foi nem nunca poderia ter sido uma decisão tomada de ânimo leve pelo Sr. Secretário da Saúde, ...

**Deputado Francisco César (PS):** O que está em causa aqui não é o Sr. Secretário, é a sua atuação!

**Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** O senhor só fala em mim!

**Deputado Francisco César (PS):** É crime!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Se é crime, denuncie!

**A Oradora:** ... da mesma forma que acredito que não é com ânimo leve que se mantém até hoje numa zona específica de Rabo de Peixe uma cerca sanitária. Ninguém gosta de tomar este tipo de decisões, mas este tipo de decisões servem para resolver a vida das pessoas e para conseguirmos aquilo que conseguimos ainda hoje, Sr. Deputado Francisco César, que são zero casos positivos na Região Autónoma dos Açores.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)*

Por outra forma, tenho, de forma sentida, que me dirigir aos outros Líderes Parlamentares nesta Assembleia, ao Sr. Deputado Pedro Neves, ao Sr. Deputado António Lima, ao Sr. Deputado Carlos Furtado (o Sr. José Pacheco é que interveio), ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, ao Sr. Deputado Rui Martins, pela forma como se associam a esta urgência, porque, enquanto nós estamos aqui a

discutir a vida das pessoas que estão lá fora, as decisões que tomarmos aqui são um alento e uma esperança para a vida delas no seu dia a dia.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e do CH:**

Muito bem!

**A Oradora:** Em relação às palavras da Sra. Deputada Valdemira Gouveia, apesar de termos ideologias muito diferentes, concordo com algumas coisas que disse, não concordo com outras, mas reconheço a forma emocionada como raboixeixe que é. E estamos aqui todos nós para defender primeiro as nossas terras e os Açores como um todo.

Em relação à Sra. Deputada Sandra Faria, tenho pena de não ter podido intervir depois de si na justificação da urgência, mas quando diz que esta urgência podia não ser uma urgência e devia ter ido às Comissões para recebermos contributos,

...

**Deputada Sandra Faria (PS):** Eu não disse isso! Devia estar distraída!

**Deputada Andreia Costa (PS):** Não foi isso!

**A Oradora:** ... eu não percebo, às vezes, a dualidade de critérios do Partido Socialista. Também, às vezes, não percebo o que é que é conveniência e o que é que é convicção, porque, ainda no último Plenário, esta Casa aprovou duas urgências...

**Deputada Sandra Faria (PS):** Eu não disse isso, Sra. Deputada! Convido-a a ouvir a gravação!

**Deputada Andreia Costa (PS):** Não disse isso! Que coisa impressionante!

**A Oradora:** ... sobre outras duas matérias, no complemento de ajuda a idosos e na isenção de taxas portuárias e aeroportuárias.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)*

E o que a senhora veio aqui dizer é que os empresários de Ponta Garça e os empresários de Rabo de Peixe, na visão do Partido Socialista, podiam bem esperar, porque mais importante é isentar taxas em aeroportos. É só esta a questão e o apontamento que tenho em relação a si.

De resto, também não posso ficar bem com a minha consciência se não aproveitar este espaço, e dar-me-ão licença, para dirigir uma palavra especial ao povo de Ponta Garça, que chegou a ter 108 casos positivos e que respondeu de forma eficaz dentro do concelho de Vila Franca do Campo e especialmente nos limites da freguesia.

E agradecer de forma sentida a unanimidade, aparente, pelo menos até agora, que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores terá em torno desta matéria no auxílio às populações e aos empresários de Ponta Garça e de Rabo de Peixe.

Bem haja!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra para participar no debate o Sr. Deputado...

É para uma interpelação, Sra. Deputada? Sra. Deputada Sandra Dias Faria, faz favor.

(\*) **Deputada Sandra Faria (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Era uma interpelação à Mesa e para responder à Sra. Deputada Sabrina Furtado.

**Presidente:** Sra. Deputada...

**A Oradora:** Para informar a Mesa e vou pedir...

**Presidente:** Exatamente.

**A Oradora:** ... que seja transcrita a minha intervenção para que a Sra. Deputada Sabrina Furtado tenha oportunidade, já que da primeira vez não percebeu, de ouvir

ou ler atentamente aquilo que eu disse, que não foi nada do que aqui referiu. Portanto, peço que a transcrição seja disponibilizada.

Muito obrigada.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Não se explicou bem!

**Deputada Sandra Faria (PS):** Expliquei-me sim, senhor! O entendimento é que pode ser diferente!

**Presidente:** Assim será, Sra. Deputada.

Tem a palavra para participar no debate o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(\*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, eu gostava de ouvir a intervenção do Sr. Deputado Carlos Furtado.

**O Orador:** Sr. Deputado Jaime Vieira, eu percebi as suas sentidas palavras quando falava da sua terra. É assim que procede quem defende a sua terra e o seu povo. Percebi também as palavras da Sra. Deputada Valdemira Gouveia. Quem não se sente não é filho de boa gente. Quando tratam mal os nossos e a nossa terra, é assim que reagimos. Pelas vossas intervenções, estão de parabéns. É este o serviço desta Casa: defender o nosso povo.

E permitam-me que recue um bocado atrás relativamente a esse problema que agora temos nessas freguesias. Recuando um bocadinho atrás, houve mais uma freguesia em São Miguel que também teve problemas referenciados, a vila de Água de Pau, do meu concelho, que também teve uns quantos casos de Covid, que, felizmente, conseguiu ultrapassar. Ponta Garça está a recuperar cada vez melhor, há de chegar ao nível zero. E Rabo de Peixe também. O que é preciso é a compreensão de todos. É preciso que as pessoas se unam nessa causa, porque havemos de lá chegar.

E é preciso percebermos, também, recuando ainda mais atrás, o que é que nos leva a essa questão. Leva-nos, se calhar, a ação social que não funcionou a 100%, não

obstante, e temos que reconhecer isso, o Governo anterior tentou fazer o trabalho possível de intervenção social nas freguesias como Água de Pau, como Ponta Garça, como Rabo de Peixe. Não surtiu todo o efeito que precisávamos, mas há de chegar o dia em que temos que chegar lá, todos juntos. É preciso é que nos empenhemos, é preciso é que a discussão desse ponto nos leve a outros pontos e, noutros Plenários, venhamos a falar também de programas sociais nessas freguesias, intervencionar essas freguesias, no sentido de que um dia deixe de haver estigmas na nossa Região, na nossa ilha, porque isso, sim, deve ser o elemento que nos deve concentrar todos, unificar o nosso território para que as pessoas não se sintam discriminadas, para que não tenham que vir aqui pessoas como o Sr. Deputado Jaime Vieira ou como a Sra. Deputada Valdemira defender o seu povo.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CH e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faz favor, Sr. Deputado.

**(\*) Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, governar é difícil, mas o Sr. Secretário da Saúde e Desporto faz-nos questão de lembrar disso a cada intervenção que faz, queixa-se das dificuldades da governação, queixa-se das críticas da oposição, queixa-se dos dados que lhe chegam todos os dias. Sr. Secretário, ninguém lhe pediu para estar aí, o senhor é que assumiu essa responsabilidade.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Não me queixo!

**O Orador:** E se assumiu essa responsabilidade, não se queixe dos ossos do ofício, porque estar aí desse lado é ouvir críticas e é fazer-se decisões difíceis, como o senhor tem que fazer.

E há outra coisa que quem governa com responsabilidade faz, é assumir os erros, reconhecer e corrigir, dar o peito às balas e assumir as asneiras, que é a asneira de divulgar dados pessoais e dados estatísticos privados das pessoas. E o senhor faria muito bem em reconhecer esse erro nesta Casa e assumir essa responsabilidade política. Mas já percebemos que o Sr. Secretário é uma espécie de Eduardo Cabrita deste Governo, ...

**Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Aplaudam!

**Deputada Ana Luís** (*PS*): Calma!

**O Orador:** ... pode cometer os erros que cometer, mas vai continuar aí sem assumi-los. Isso é lamentável.

Mas deixe-me dizer-lhe, Sr. Secretário, este Governo tem tido, no que diz respeito à pandemia e aos erros que cometeu em Rabo de Peixe, toda a tolerância por parte do Bloco de Esquerda. Nós vimos muitos erros ao longo do tempo e não quisemos, efetivamente, causar dificuldades desnecessárias ao Governo a cada erro. Foram muitos, alguns pequenos, outros maiores. Mas há limites para tudo. E o limite que foi ultrapassado é inaceitável. E não poderíamos deixar, de forma alguma, chegar a este ponto sem o dizer.

E aquilo que o Governo tem que explicar, que eu disse na minha primeira intervenção, não é exigir que a oposição diga se é a favor ou é contra a cerca, não há aqui negacionistas, espero eu. A cerca sanitária justifica-se perante determinados critérios. E o que o Sr. Secretário tem que dizer a esta Casa é qual

é o critério para acabar com ela! É isso que as pessoas querem saber. Não é, a cada semana, dizer: olhe, afinal não dá, talvez para a semana.

**Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima):** Não é verdade!

**O Orador:** Não pode ser, Sr. Secretário! Tem que dizer qual é o critério para ela se manter e para acabar com ela!

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito bem!

**Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima):** Olhe que não!

**O Orador:** Porque eu também já vi nas conferências de imprensa do Governo sobre esta matéria coisas curiosas, alguns, diria até, quase malabarismos, porque os critérios relativamente à pandemia nos Açores estão definidos por concelho, mas, curiosamente, quando é para falar de Rabo de Peixe e para a manutenção da cerca, os números por 100 mil habitantes dizem respeito à freguesia. Para todos os concelhos do arquipélago estamos a falar por concelho, para Rabo de Peixe fala-se de freguesia. Sr. Secretário isso não é sério!

**Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Sério?! Ponta Garça o que é?

**O Orador:** Se para a restante população há um critério de concelho, porque é que para Rabo de Peixe faz-se a contabilidade pela freguesia? Isso leva, assim, à estigmatização dessa população.

**Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Ponta Garça o que é que é?

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Incendiário!

**O Orador:** Não é sério e é inaceitável!

Mas também há questões que aproveito para colocar e que têm a ver com a manutenção da cerca e os critérios da própria cerca. Eu recordo que, durante esta semana, ficamos a saber que as crianças de Rabo de Peixe que estudam fora de Rabo de Peixe não podem ir à escola, não foi desmentido e não foi explicado, mas

podem ir aos treinos de desporto. Porquê? Qual é a diferença em termos de risco entre ir à escola e ir praticar desporto?

E há outra questão que também gostaria de colocar: porque é que uma mãe que é professora e que dá aulas numa escola fora de Rabo de Peixe pode ir trabalhar e o filho que é aluno fora de Rabo de Peixe não pode ir à escola? Eu gostaria de perceber qual é a diferença, qual é o risco maior que essa criança representa relativamente à mãe que vai estar na mesma escola com alunos.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradeço que termine.

**O Orador:** Essas questões são muito importantes e têm que ser respondidas. E se nós, de facto, toleramos estes erros durante muito tempo, chegou ao ponto em que eles têm que ser explicados. E hoje é o momento.

Muito obrigado.

**Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** No dia em que não há casos! E Ponta Garça é um concelho, Sr. Deputado?

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(\*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Aquilo que estamos a assistir, aqui, neste debate sobre os apoios e as majorações de apoios para as freguesias de Rabo de Peixe e Ponta Garça, levam a extrair pelo menos, para já, a primeira conclusão: é que ficou demonstrado porque é que houve dois partidos que propuseram uma Comissão Eventual, para fazer este combate político de baixa política ao Governo Regional.

**Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)*

**Deputado José Ávila (PS):** O senhor é que está habituado a fazer baixa política!

**O Orador:** Logo no dia em que... Ao fim de tantos meses, desde 18 de outubro de 2020, que não havia um dia em que a Região apresentasse zero casos diagnosticados.

**Deputado José Ávila (PS):** Tenha cuidado!

**O Orador:** Logo nesse dia, a vossa frustração política, ...

**Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... que não tem outro nome, sobre o sucesso que, felizmente, este Governo, independentemente da cor e dos partidos que o apoiam e que o suportam neste Parlamento, consegue trazer aos açorianos, alguma tranquilidade, alguma esperança e alguma notoriedade no combate à pandemia, que é um esforço de centenas e de milhares de pessoas e de todos os açorianos, logo nesse dia em que nós conseguimos dar boas notícias e podemos felicitar os açorianos, os profissionais de saúde, todos aqueles que têm combatido esta doença, logo nesse dia, assistimos a esta política incendiária de que querer virar açorianos contra açorianos.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Não, não!

**O Orador:** Ao menos que dissessem de uma vez por todas... Proponham! Proponham o fim da cerca a Rabo de Peixe! Sejam corajosos! Agora, não andem a virar rabopeixenses uns contra os outros, açorianos uns contra os outros, porque são V. Exas. que criam esse estigma!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

Veja-se a diferença essencial entre aqueles que, por razões pessoais, de naturalidade, de residência, sentem na pele as dificuldades que esta medida impõe aos seus conterrâneos, aqueles que são confrontados diariamente com essas medidas e aqueles que por fora instigam, lançam comunicados a dizer que o Governo está contra a população de Rabo de Peixe, que o Governo quer isolar Rabo de Peixe, que o Governo maltrata Rabo de Peixe. O Governo está a tomar as medidas que, comprovadamente, vão resultando numa melhoria substancial da situação em Rabo de Peixe e que, se Deus quiser, se todos podermos, mais rápido do que aquilo que os senhores desejariam, será levantada a cerca em Rabo de Peixe.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Deputado José Contente (PS):** Isso é que é baixa política!

**O Orador:** Eu queria, em nome deste Grupo Parlamentar, pedir ao Sr. Deputado Francisco César que tivesse a decência política e não a cobardia política de, aqui neste Parlamento, dizer aquilo ao que realmente vem, em vez de instigar o confronto entre aqueles políticos que na rua querem o mal deste Governo. Em vez de instigar esse confronto, diga ao que vem, diga realmente o que acha que era suposto o Governo fazer, ...

**Deputado Miguel Costa (PS):** Pergunte aí ao Sr. Deputado Jaime Vieira porque ele sabe!

**Deputado José Contente (PS):** Afinal, o Delegado de Saúde que foi demitido é que sabe!

**O Orador:** ... porque o senhor o que disse da sua intervenção foi que não contestava esta medida, mas que estava mal explicada, que não davam as informações, que num dia diziam que era Rabo de Peixe os casos recuperados ou

não positivos e no outro dia eram os recuperados do concelho da Ribeira Grande, quando o Sr. Secretário já demonstrou e tem demonstrado que a grande tarefa deste Governo é a defesa da saúde pública e da população de Rabo de Peixe. E é isso que os senhores não querem que seja compreendido e por isso, juntamente com o Bloco de Esquerda, querem fazer politiquice baixa e barata sobre uma situação que é de salvaguarda da vida e saúde dos açorianos.

Muito obrigado.

**Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** E fui bastante contido!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins. Faz favor, Sr. Deputado.

**(\*) Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Executivo:

Efetivamente, uma boa parte da discussão que tivemos no âmbito deste Projeto de Resolução julgo que não dignifica em nada aquilo que na verdade está aqui a ser apreciado, que é um Projeto de Resolução que visa majorar medidas de apoio a quem mais sofreu e que se vê, por razões sanitárias, impedido de circular, de abrir os seus negócios e de ter uma vida social mais ou menos normal.

Eu gostaria de lembrar, apenas, ao Sr. Deputado Francisco César, que é, efetivamente, o Sr. Deputado e os Srs. Deputados da bancada Socialista que estão a estigmatizar ao dizer que há uns que cumprem e outros que não cumprem, relativamente a Ponta Garça e Rabo de Peixe.

**Deputado Francisco César (PS):** Não, não! Os senhores é que dizem!

**O Orador:** Não, não! O senhor disse que foi o Sr. Secretário que disse isso! Mas eu vou-lhe dizer, e o Sr. Secretário não precisará de interpretes, mas o que o Sr. Secretário disse e todos ouvimos e que este Governo afirma é que uns deixaram de ter necessidade de ter uma cerca sanitária e os outros, como medida de proteção da população e porque o vírus e a doença continuavam em expansão, continuam de necessitar da implementação das medidas previstas. E este Governo demonstrou e continua a demonstrar que não é calculista e que toma as medidas que se impõem por mais difíceis que sejam de tomar.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** O método de avaliação da progressão em vigor e consequente implementação de medidas é público, é claro, provou estar a surtir efeito. E se há focos localizados, nós não podemos fazer de conta que não sabemos que eles existem, Sr. Deputado António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Então qual é o critério para alterar?

**O Orador:** E não podemos aplicar medidas restritas a grupos mais alargados de pessoas desnecessariamente. E isto é um facto, por mais que possa incomodar a bancada do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto. Faz favor, Sr. Secretário Regional.

**(\*) Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Só para, de uma forma rápida, dar aqui dois ou três esclarecimentos sobre algumas das questões que tentaram colocar aqui neste debate. Desde logo, como disse o Sr. Deputado Rui Martins, estamos aqui a discutir medidas positivas de apoio à população de Rabo de Peixe e Ponta Garça. E transformar um debate de medidas positivas neste ataque pessoal direto, permanente e reiterado ao Secretário da Saúde e ao seu responsável...

**Deputado Francisco César (PS):** O senhor é que começou!

**Deputada Ana Luís (PS):** Coisa que o senhor nunca faz!

**O Orador:** ... diz muito das vossas convicções, mas também diz muito da forma como estão a enfrentar este problema que é de todos os açorianos.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Para esclarecer, não há nenhum dado pessoal que esteja divulgado. Que fique claro perante este Parlamento e perante todos os açorianos que não há nenhum dado pessoal que esteja divulgado pela Autoridade de Saúde ou pelo Governo Regional.

Por outro lado, para explicar mais uma vez aquilo que já foi dito bastas vezes, a cerca será levantada de acordo com critérios epidemiológicos, ...

**Deputado Francisco César (PS):** Ninguém os conhece!

**O Orador:** ... tais como foram utilizados para levantar a cerca em Ponta Garça. Tem a ver com os critérios da transmissibilidade interna na vila, tem a ver com os critérios dos casos novos que vão surgindo nos últimos sete dias, tem a ver com toda essa avaliação técnica, científica, que a Comissão de Acompanhamento que este Governo contratou está a dotar o Governo de conhecimento. Tem a ver com isso, tem a ver com esses critérios.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Politicamente, eu assumo todas as responsabilidades, sem me queixar, mas apenas e só demonstrando aquilo que é a responsabilidade política neste setor, em ano de pandemia. Apenas e só isso. Os critérios são critérios epidemiológicos de evolução da pandemia...

**Deputado Francisco César (PS):** Diga quais são!

**O Orador:** ... e que tem a ver com os casos novos nos últimos sete dias, tem a ver com o estudo de cada caso e de cada cadeia de transmissibilidade dentro da cerca, tem a ver com tudo isso. São critérios que são evidentes e que são explicados sucessivamente pelo Sr. Presidente da Comissão de Acompanhamento da Luta Contra a Pandemia, Dr. Gustavo Tato Borges, que tem tido um contributo essencial para este combate.

Também para explicar que é mais uma das falácias com que tentam baralhar um assunto com esta importância. Dizem: só falam em Rabo de Peixe, nos outros casos falam em concelhos, mas Rabo de Peixe é que é... Não, Ponta Garça não é concelho, Sr. Deputado, se não sabe. Ponta Garça é uma freguesia. E falamos na freguesia de Ponta Garça, houve uma cerca para Ponta Garça, houve medidas específicas após o levantamento da cerca para Ponta Garça. Isto é, temos medidas concretas e específicas para cada localidade, independentemente de qualquer estigmatização, que são os senhores que fazem.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Exatamente! Muito bem!

**O Orador:** Por outro lado, para dizer que eu estou muito preocupado com os casos que existem, mas estou muito mais motivado pelas centenas daqueles que já existiram e deixaram de existir.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Estou muito mais motivado pelas centenas ou milhares daqueles que poderiam ter existido e não existem pelas medidas que tomamos. Isto é que motiva e dá determinação a este Governo para atacar um problema desta dimensão com

o sucesso que estamos a ter, que fique claro com este debate, que não vai ser pela intensidade dos ataques, pelo ruído que fazem!

E num dia em que os Açores e os açorianos estão tranquilos, estão a sentir que o seu esforço valeu a pena, num dia em que há zero casos positivos. Que desde outubro que não havia zero casos positivos. Não há nenhum internado nos hospitais dos Açores, hoje.

**Deputado Miguel Costa (PS):** Ainda bem!

**O Orador:** Há meses e meses que não havia isso. Hoje é o dia em que isto aconteceu.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)*

Hoje é o dia em que, há meses e meses, aconteceu não haver caso positivo nenhum. Hoje é o dia em que, há meses e meses, não há nenhum internado. Na ilha Terceira, ilha de transmissão comunitária, desde agosto que não havia o que aconteceu hoje: zero casos positivos na Terceira.

**Deputado Miguel Costa (PS):** Ainda bem!

**O Orador:** É isto que devia motivar positivamente todos, como eu sinto que está a motivar os açorianos, mas, infelizmente, uma parte deles que está aqui representada nesta Assembleia que mostra esse azedume, esta revolta, este ataque. Isto não parece que seja o caminho.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** O senhor está a ver-se ao espelho!

**O Orador:** O caminho, e podem crer, será sempre, da parte deste Governo Regional, estar imune a tudo isso, mas estar extremamente motivado para aquilo que apenas nos mobiliza: a saúde pública dos açorianos.

Palavra especial para a população de Rabo de Peixe e, mais uma vez, de profunda solidariedade pelo esforço e pelo sofrimento que tudo isto está a implicar,

desejando que, no mais breve curto espaço de tempo, consigamos, com critérios sanitários, de saúde pública e epidemiologia, levantar a cerca e as medidas restritivas.

Palavra para todos os açorianos que conseguiram, com o seu esforço, chegarmos ao dia de hoje com os números que temos e que são bem evidentes do resultado positivo de tudo isto nas pessoas, nos açorianos.

E também um pedido, um apelo para que continuemos, que este dia que nos fez respirar mais fundo, mais descansados, nos sirva para ter força para continuarmos neste caminho de contenção, de restrição, de cuidado, de respeito por cada um e por todos os açorianos.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado António Lima, pede a palavra para... Uma interpelação? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, era para informar a Mesa que vou fazer chegar à Mesa orientações da Comissão Nacional de Proteção de Dados relativamente à divulgação dos dados de infetados pelos municípios, porque esta situação deveu-se, inicialmente, à divulgação de dados por municípios. Vou fazer chegar à Mesa essa informação, porque tem sido referido que não estão identificados dados, mas nessa informação consta o seguinte: diz a Comissão Nacional de Proteção de Dados que não podem ser publicados dados de saúde, ...

**Presidente:** Sr. Deputado...

**O Orador:** ... mesmo sem identificação dos doentes, ...

**Presidente:** Sr. Deputado, assim que os dados chegarem à Mesa...

**O Orador:** ... quando o seu reduzido número, numa determinada circunscrição territorial, ...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Assim não precisa de entregar!

**Presidente:** Assim que os dados chegarem à Mesa, eu vou distribuí-los pelas Sras. e Srs. Deputados.

**O Orador:** ... permita a identificação das pessoas.

**Presidente:** Sr. Deputado António Lima, assim que os dados chegarem à Mesa, de imediato, os Srs. Deputados vão ter acesso aos dados.

**O Orador:** Com certeza, Sr. Presidente, era só para explicar melhor aquilo que iria entregar.

**Presidente:** Se o senhor explicar quais são os dados, assim escuso eu de pedir aos serviços para os distribuir.

**O Orador:** Com certeza, Sr. Presidente. O parecer é longo, por isso julgo que a pertinência continua.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Exmo. Sr. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Exmos. Srs. Membros do Governo: Aquilo que nos trouxe, hoje, não era, efetivamente, falar de cerca, mas sim falar de uma realidade de uma terra que se chama Rabo de Peixe. E Ponta Garça, claro. Como tal, como disse a minha conterrânea Valdemira, é uma terra, muitas vezes, incompreendida, é uma terra, muitas vezes, que, por não conhecerem a realidade, pintam um cenário que não é o cenário que ela representa. E nisto, desde há muito tempo, e aquilo que disse a Valdemira repito, as coisas positivas, efetivamente, raramente são apelidadas por Rabo de Peixe.

Conto, quando fui Presidente pela primeira vez, quando ganhei as eleições, na minha tomada de posse, no meu discurso, dizia um episódio de Santana de Rabo

de Peixe, onde está a Associação Agrícola: houve, na altura, a Feira Agrícola e designaram Feira Agrícola da cidade de Ribeira Grande. Houve um assalto com um tiro, em Santana de Rabo de Peixe. E esta diferença é que todos nós temos que lutar e temos essa responsabilidade para alterar o estado de coisas que se sente em Rabo de Peixe! É para isso o nosso dever em primeiro lugar!

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Queria ainda dizer e disse que ia tocar neste assunto, mas sabia que poderia vir à baila: eu, enquanto Presidente de Junta, que não é o papel que eu represento, mas, enquanto Presidente de Junta, tenho defendido que as cercas já foram importantes numa determinada altura. Sinto, repito e reitero que, nesta altura, no meu entendimento, pode não ter a importância que eu acredito que possa vir a não ter, ou seja, nesta altura, acredito que poderia haver outras medidas.

No entanto, também sei que tudo aquilo que tem vindo a fazer... Eu não tenho critérios, há quem esteja mais dentro da matéria do que eu, mas também devo dizer que, no partido que eu represento e no Governo que eu represento, as opiniões discordantes também fazem parte desta terra. E não é o facto de eu defender uma coisa, que o Governo não tem o direito de fazer aquilo que acha que tem que fazer. Isto é preciso que todos nós percebamos.

E dizer, também se falou em votos, olhem, queridos companheiros, dizer o seguinte: nesta altura do campeonato, o que menos me importa são os votos. Eu troco mil votos pela saúde de um rabopeixense! Eu troco perder a Junta de Freguesia para que todos saiam da cerca sanitária onde estão inseridos!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)*

**Deputado Miguel Costa (PS):** Quem falou em votos foi o Sr. Secretário!

**O Orador:** Isto, acima de tudo, é o grande desígnio, levantar as cercas é o que eu quero. E disse, ainda o outro dia, na comunicação social, o seguinte... quando reduziram as cercas, disse que demos um passo rumo àquilo que nós queríamos, que era a liberdade. Não disse, na entrevista à RTP Açores, que estava satisfeito com a nossa redimensão das cercas, mas sim que tínhamos dado um passo para à liberdade, que é aquilo que nós queremos. E esta é a minha luta. Isto será sempre aquilo que eu vou acreditar e só vou descansar quando, realmente, nenhum raboixeixe estiver numa cerca sanitária e nenhum raboixeixe tiver que passar pelas dificuldades que têm vindo a passar. E esta será sempre a minha grande luta e aquilo que me faz acordar todos os dias para tirar Rabo de Peixe desta situação.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)*

**Deputado José Contente (PS):** Será que o Delegado de Saúde pensa assim?

**O Orador:** Digo, ainda, enquanto que alguns, diariamente, em comunicados. Ainda há pouco, saiu um comunicado do Partido Socialista, da Ribeira Grande, que dizia que o Governo estava a estigmatizar e com a concordância, efetivamente, do Presidente da Junta e Deputado Regional. Digo, hoje, enquanto alguns preocupam-se em a atacar, eu preocupo-me em tirar Rabo de Peixe da situação em que está. E isto é que tem que ser o meu grande desígnio e isto é que tem que ser a razão de ser autarca, porque eu respondo perante uma comunidade de 10 mil pessoas e tenho essa responsabilidade.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Por isso é que terça-feira não estive aí!

**O Orador:** E eu quero terminar esta parte da intervenção dizendo que não queria que politizassem, não queria que se trouxesse essas questões, mas que, efetivamente, ela foi trazida para cá e que, logicamente, não era isso que nós pretendíamos. Aquilo que nós pretendemos, agora, isso sim, é dizer o seguinte: Rabo de Peixe, nesta altura, é uma terra que está sendo atacada pelo vírus de forma forte. Isso tem provocado grandes constrangimentos a nível, também, económico, a nível social e a nível psicológico.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** É preciso não esquecer que, por exemplo, à semelhança do que já foi feito pelo Governo Regional, e bem, relativamente à questão dos pescadores, com apoio extraordinário, porque na pesca é uma situação que tem aparecido vários contágios, mas que é preciso perceber que esses contágios acontecem porque num barco de pescas com oito ou nove ou dez metros, cinco ou seis ou sete elementos não têm condições de segurança. E isso é uma das questões em que também tem havido uma data de contágios.

Dizer que, neste sentido, Sr. Presidente e Membros do Governo, aquilo que nós esperamos é que, hoje, nesta Casa, e tenho que agradecer neste sentido a concordância de todos e de todas as intervenções, que seja dado um passo rumo àquilo que os comerciantes precisam, que é, efetivamente, uma compensação que seja um balão de oxigénio para que novamente consigam reerguer-se nos seus comércios, na sua vida diária, para que consigam novamente ser competitivos, que é algo que Rabo de Peixe tem e de muito.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradeço que termine.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Termino, ainda dizendo o seguinte: acredito plenamente que tudo se irá fazer para que Rabo de Peixe saia rapidamente dessa situação. E aquilo que eu quero,

deveras, com este Projeto de Resolução é que depois da tempestade comece a vir a bonança. E a bonança comece a partir de segunda-feira.

Um bem haja!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César. Faz favor, Sr. Deputado.

**(\*) Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde, eu gostava de lhe dizer uma coisa... Eu não queria interromper o Governo...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** O senhor tem que ter o Governo todo a ouvi-lo?

**Presidente:** Faz favor, Sr. Deputado. Estão reunidas as condições para prosseguir a sua intervenção.

**O Orador:** Se acha que é correto estar um Membro do Governo de costas para um Deputado, mas, muito bem... Fiz-lhe uma pergunta.

Sr. Secretário Regional, ...

**Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima):** É o menino Jesus?

**O Orador:** Não, é o Artur Lima!

Sr. Secretário Regional, acredita que lhe diga o seguinte, o mais honestamente possível: nada me move contra si. Não tenho absolutamente nada contra si. Nada. Nada do que aqui foi dito, nem tem sido dito, são ataques pessoais a V. Exa.

**Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Está nos jornais! Cortar o pescoço não é ataque pessoal?

**O Orador:** Nada do que aqui foi dito é um ataque pessoal a V. Exa., mas o Sr. Secretário tem que se habituar a uma coisa: o Sr. Secretário está sujeito a críticas. Quando nós lhe dissemos ou lhe dizemos que o senhor não agiu bem numa determinada matéria, não é uma crítica pessoal, é uma crítica política.

**Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Isso está bem! Se fosse só isso...

**O Orador:** Quando o Sr. Secretário age ou toma uma decisão que nós achamos que nos choca politicamente, terá que ouvir isso!

O senhor pode ler o comunicado do secretariado da ilha de São Miguel de uma ponta à outra, não há um único ataque pessoal a V. Exa., um único. O mesmo já não se pode dizer quando o Sr. Secretário diz que um antigo Diretor Regional é responsável pela morte de pessoas do Nordeste. Isso, sim, é um ataque pessoal!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

Mas o senhor tem que nos perdoar o seguinte: o senhor tem que perdoar ao Partido Socialista o facto de nós não nos sentirmos bem e não acharmos bem que uma população que está sob um cerco sanitário seja sujeita a polícia com metralhadora ao pé dela, porque isso aconteceu.

**Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Mas o Governo dos Açores é que manda na polícia, é que escolhe os equipamentos da polícia?

**O Orador:** O senhor não pode achar, o senhor terá que perdoar o Partido Socialista por abrir a boca nesta Câmara por não concordar com a discriminação que alguns estudantes de Rabo de Peixe estão a ter no seu acesso ao ensino.

Isto é uma crítica política e que o senhor não se pode indignar! Pode não concordar, mas não se pode indignar por esta crítica ser feita pelo Partido Socialista!

O Sr. Secretário terá que perdoar esta Câmara, ao Partido Socialista e a quem disso falar, quando nós não achamos correto que, em nosso ver, a Lei da Proteção de Dados seja violada pelo facto de famílias que estão doentes em Rabo de Peixe tenham a sua doença assinalada no mapa numa determinada rua, ...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Isso não é verdade!

**O Orador:** ... porque o Sr. Secretário não gostava que isso acontecesse consigo. Eu não gostava que acontecesse comigo. Nenhum açoriano gostava de ter os seus problemas, de ter uma enfermidade marcada num mapa, que não só é espalhada no Facebook da Direção Regional de Saúde, como é, inclusive, partilhada no site do Governo Regional e, por sua vez, nos órgãos de comunicação social.

Se a tudo isto o senhor considera um ataque pessoal, se a tudo isto o senhor considera uma infâmia da parte desta bancada parlamentar fazer este tipo de referências, pois bem, Sr. Secretário, tenho a comunicar-lhe que nós vamos continuar a fazer tudo isto durante o tempo que for necessário para garantir que estas desigualdades, esses erros que foram cometidos não voltem a acontecer. E isso é o compromisso do Partido Socialista, do qual nós não abdicamos.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública. Faz favor, Sr. Secretário.

**(\*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Joaquim Bastos e Silva*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Estamos a discutir, aqui, o programa especial de apoio à economia de Ponta Garça e Rabo de Peixe. Voltando, de facto, a essa agenda e transmitindo, aqui, em nome do Governo, o sentimento de sensibilidade, de solidariedade para com as propostas que foram aqui apresentadas, em particular pelos Srs. Deputados Jaime Vieira e Sabrina Furtado, dizer que, de facto, estamos atentos à situação, que ela representa o encerramento de todos os espaços comerciais e de serviços durante um período muito extenso e com maior intensidade do que em todas as outras zonas da Região Autónoma, neste período que estamos agora a analisar.

Felizmente, temos estado a trabalhar de uma forma aberta às ideias de terceiros e em regime trimestral. Todos os trimestres, estamos a analisar a situação. E, de facto, os factos que estamos aqui a apreciar do ponto de vista económico e até social são deste primeiro trimestre de 2021 e estamos já a preparar as Resoluções para esse trimestre.

E quero deixar, aqui, a garantia de que vamos atender e debater os sistemas de incentivos para as populações visadas, ...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... de forma a, de facto, responder com eficácia, de forma a que as pessoas sintam que não estão sozinhas, que não estão abandonadas. Esse é um compromisso que fica aqui expresso.

**Voices dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e do CH)*

**O Orador:** Trata-se da prática da introdução de uma discriminação positiva para estas duas freguesias e para aquelas que, esperemos que não, os números dão-nos

a esperança de que isso não venha a acontecer, mas, se vier, a tratar da mesma forma situações idênticas.

O que pretendemos são dois tipos de ação: a alteração dos parâmetros relativos aos limites máximos dos apoios, às taxas de comparticipação que serão majoradas e mesmo um incentivo à retoma da atividade paralisada. É nesse quadro que tentaremos encontrar soluções práticas, soluções que as pessoas digam: lembraram-se de nós, estamos, de facto, com uma nova esperança. Porque é disso que se trata agora, é ganhar alento para a retoma da economia, ...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... que é um problema de toda a Região, mas, em particular, dos mais lesados, neste caso as freguesias que estiveram sob a cerca. E, por isso, acima de tudo, neste momento, não temos, ainda, as medidas, mas estamos atentos e vamos prepará-las e discuti-las.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e do CH)*

**Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima):** Sr. Deputado Berto Messias, está de costas para mim?

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo. Faça favor, Sr. Vice-Presidente.

**(\*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Olhe a máscara!

**O Orador:** Eu queria intervir neste debate e começo por ler, se me permitem... Pedi que me fizessem o ponto de situação de Rabo de Peixe, aos técnicos da Segurança Social, e é nessa condição que intervenho.

As equipas multidisciplinares estão a fazer um trabalho absolutamente extraordinário em Rabo de Peixe, desde o dia 5 de fevereiro até hoje. E pedi que me fizessem um ponto da situação. E o que me transmitem é que tem havido uma grande aderência da população às equipas multidisciplinares, tem havido uma grande compreensão da população, tem aceitado as medidas, tem havido um grande diálogo e compreensão pelas medidas impostas.

E devo-lhe dizer, Sr. Deputado António Lima, que já foram feitas 998 visitas domiciliárias e foram apenas uma situação grave e um alojamento, tudo. E, portanto, as pessoas estão a reagir muito bem, estão a reagir bem àquelas que são as orientações das equipas multidisciplinares. Acabo de receber este email de lá. E vou-lhe dizer, Sr. Deputado António Lima, o que determina... Eu, por mim, estou feliz. Já, aqui, ouvi falar em felicidade e em infelicidade. Eu estou feliz quando os Açores são a região do País que tem a pandemia melhor controlada.

**Deputado António Lima (BE):** Não vai fazer uma festa!

**O Orador:** Ouça!

**Deputado António Lima (BE):** É que já correu mal uma vez!

**O Orador:** Eu não o interrompi, Sr. Deputado.

**Deputado António Lima (BE):** Os apartes são regimentais!

**O Orador:** Eu estou feliz quando os Açores são a região do País que tem a pandemia melhor controlada. Eu estou feliz quando, hoje, não temos casos. Mas estou atento e preventivo para amanhã não ter casos! Essa é que é a diferença, Sr. Deputado António Lima!

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Estamos todos!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** E por isso temos que estar atentos e não podemos facilitar nas medidas.

E quanto a cercas de freguesia, tem o senhor a primazia, Sr. Deputado António Lima, o seu Governo da República, que cercou freguesias em Lisboa, no concelho de Lisboa.

**Deputado António Lima (BE):** Qual Governo?

**O Orador:** Não foi o Governo dos Açores. Depois, foi o Governo dos Açores.

**Deputado António Lima (BE):** É para ali! O Partido Socialista está ali, não está aqui! Está enganado!

**O Orador:** E, portanto, o senhor, no Governo da República, cercou essas freguesias.

**Deputado António Lima (BE):** O Bloco de Esquerda não é o Partido Socialista! Está enganado!

**O Orador:** Eu percebo que o incomodo! Está incomodado! Mas a verdade é essa! Está incomodado!

**Deputado António Lima (BE):** É diferente!

**O Orador:** Não, não é diferente!

E quanto ao mais, Sr. Deputado, vou-lhe dizer uma coisa, vou-lhe responder à sua pergunta: é um sistema de semáforos, único no País, que nós temos aqui, que determina as medidas e que nós implementamos, que está a funcionar e que permite, por exemplo, respeitar a população de Rabo de Peixe, restringindo a cerca quando foi possível restringi-la, fazendo a cerca quando foi possível fazê-la. E sabe porquê?

**Deputado António Lima (BE):** Divulgando as casas!

**O Orador:** Porque conseguimos uma outra coisa, à qual o senhor não gosta, que foi ter medidas de contenção da pandemia e deixar a economia respirar. Essas foram as grandes medidas que os Açores conseguiram fazer! Não confinamos!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)*

Os senhores, na República, confinaram e fecharam tudo, porque não quiseram fechar escolas, porque não quiseram tomar medidas a tempo. Nós estivemos atentos e fomos preventivos. Essa é a grande diferença, Sr. Deputado. Mas isso o senhor não quer reconhecer.

O sistema de semáforos, o senhor falou em estigmatizar Rabo de Peixe e a Ribeira Grande. Não é, Sr. Deputado. É que o nosso respeito é por todos. E conseguimos em Rabo de Peixe. A situação foi tirar aqueles números de Rabo de Peixe, do concelho da Ribeira Grande. Sabe porquê? Para não matar a economia da Ribeira Grande, para começarem a respirar. E para a semana, se Deus quiser e correr bem, será levantada a cerca em Rabo de Peixe, porque temos vindo a dar sinais nesse sentido!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)*

Porque foi a cerca maior, a cerca mais pequena e, se correr bem, para a semana não há cerca! Com responsabilidade! Vamos levantar a cerca, Sr. Deputado, com responsabilidade. É isso que eu lhe pedia que o Sr. Deputado também tivesse, aqui, na sua crítica.

**Deputado António Lima (BE):** Toda! Irresponsabilidade é divulgar as casas dos infetados. Isso é que é irresponsabilidade!

**O Orador:** Já lá vou, Sr. Deputado. Já lá vou. Eu reconheço, Sr. Deputado, que a medida possa, eventualmente, até ferir algum dado pessoal, reconheço, mas sabe V. Exa. que estamos num estado de emergência.

**Deputado António Lima (BE):** Os direitos não estão suspensos! O direito à privacidade não está suspenso!

**O Orador:** Ouça!

**Deputado António Lima (BE):** O direito à saúde não está suspenso!

**O Orador:** Ouça, Sr. Deputado! O direito à vida é que não está suspenso! O direito de proteger a vida e a saúde dos açorianos é que não está suspenso!

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP e do PPM:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Esse é que nós temos que proteger! Eu estou preocupado com a vida e saúde das pessoas e o senhor está preocupado com a privacidade! Essa é a grande diferença entre nós!

E Sra. Deputada Valdemira Carvalho, eu queria-lhe dizer...

**Presidente:** Sr. Vice-Presidente, agradeço que termine.

**O Orador:** Eu vou terminar, Sr. Presidente.

Eu queria-lhe dizer, relativamente ao estigma: estigmatizar Rabo de Peixe era se não nós tivéssemos ido no erro de alguém dizer fora de Rabo de Peixe que tinha sido contaminado por pessoas que se deixou sair de Rabo de Peixe. Isso é que era um estigma sobre Rabo de Peixe, que nunca mais se iam livrar dele! Nós estamos a respeita Rabo de Peixe e aquela população!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)*

Isso é que é defender o direito das pessoas! Porque aí ficaria, se a pandemia alargasse à ilha de São Miguel e, eventualmente, aos Açores, aí é que seria um estigma em Rabo de Peixe. E nós não queremos que isso aconteça nem vamos deixar que isso aconteça, Sra. Deputada! Não podemos deixar!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)*

Mais, Sr. Presidente, se me permite, vou-lhe dizer, Sra. Deputada: eu tive o gosto de participar num projeto muito interessante, o EFTA, em 2003, 2004. Não sei se a Sra. Deputada se lembra. Que era para acabar com a estigmatização de Rabo de Peixe, melhor habitação, melhores condições de vida. Eu tenho pena, tal como a senhora, de não se ter conseguido esse desiderato. E o estigma de Rabo de Peixe ainda existe porque não se conseguiu dar melhores condições de vida àquela gente e ainda vivem como vivem, nas casas que vivem, nas condições que vivem. Esses é que foram estigmatizados ao longo de 20 anos, Sra. Deputada.

E vou-lhe dizer: ser filho de pescadores não é estigma.

**Deputado Carlos Furtado (CH):** Muito bem!

**O Orador:** Ser pescador não é estigma. Eu sou neto de pescadores pobres e estou aqui Vice-Presidente do Governo, Sra. Deputada! Nunca me senti estigmatizado pela pobreza!

Nós devemos sempre é dar-lhes condições para que possam vencer na vida. E é isso que nós queremos fazer e Deus nos ajude a fazer, com a ajuda de todos.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Sr. Deputado, permita-me só informar a Câmara que o Governo esgotou o seu tempo para este debate. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu tinha um apelo a fazer ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que saiu da sala momentos antes da minha intervenção. Vou aguardar para ter a oportunidade de lhe dizer aquilo que lhe quero dizer.

Mas eu gostava de começar por dizer o seguinte sobre esta matéria: é que o Governo da República cometeu um erro grave nesta matéria, um erro que todos pagamos caro, foram as medidas que foram adotadas no âmbito do Natal. Foi um erro tremendo. Cedeu ao populismo, cedeu ao facilitismo, às medidas mais fáceis para contentar as pessoas. Mas o que era importante, aquilo que devia ter sido feito era terem sido tomadas medidas com responsabilidade, mesmo que isto custe impopularidade ao Governo. Foi um erro. Foi um erro que foi cometido pelo Governo do Partido Socialista, mas podia ter sido cometido por outro governo e outro partido. E quando digo que foi um erro, não é por ter sido o Partido Socialista. Há, em toda a Europa, erros que foram cometidos por partidos de identidade partidária muito diferentes, de esquerda ou de direita. Mas, aqui, a nível nacional, isso provocou o caos absoluto, isso provocou a rotura, a nível nacional, nas respostas que nós estávamos a dar àquelas populações. E, portanto, nós temos que aprender com os acertos, mas também temos que aprender com os erros que foram cometidos por outros para que não se façam, na nossa parte, da nossa responsabilidade, aquilo que é da nossa competência.

Eu quero dizer o seguinte: eu quero saudar a posição firme, responsável, do Sr. Presidente do Governo Regional nesta matéria, do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional nesta matéria, do Sr. Secretário da Saúde nesta matéria e do Governo Regional nesta matéria. Eu sei que vos custou, muitas vezes, impopularidade, críticas incendiárias, como se viu, agora, neste debate.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD)**: É verdade!

**O Orador:** Eu sei o que é que vos custou do ponto de vista político estas críticas, esta incompreensão. Era mais fácil dizer-se: sim, vamos tirar a cerca. E depois? O que podia acontecer depois? De quem era a responsabilidade? Aqueles que agora estão aqui a querer derrubar as cercas, aqueles que agora aqui estão a gritar contra o Governo, seriam os mesmos que diriam que o Governo tinha sido irresponsável, que tinha facilitado.

**Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego**  
(*Duarte Freitas*): Muito bem!

(*Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo*)

**O Orador:** Porque eu lembro-me bem.

E quero dizer ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que é minha testemunha nesta matéria: quando ele me disse, a minha condição de líder parlamentar, na legislatura anterior, que ia levantar cercas em determinados locais, o que é que eu lhe disse? Força, conta com o meu apoio. Tem esse estudo técnico, tem essa avaliação técnica, avance. Faça isso. Eu estou aqui também para que a responsabilidade não seja só sua, também seja minha. Eu estou aqui para dar o peito às balas, à insatisfação. E houve muita em muitas situações, mas eu estava lá para repartir as responsabilidades, para assumir as minhas próprias responsabilidades, ao lado do Governo e com responsabilidade.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** E era isto, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que eu lhe queria pedir.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** A mim?

**O Orador:** Sim, como Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, como ex-Presidente do Governo Regional. V. Exa. tem responsabilidades especiais na história da nossa Região. Eu não quero que V. Exa. seja uma espécie

de Pétain. V. Exa., nesta primeira fase da pandemia, teve um papel importantíssimo. A história vai reconhecer-lhe isso. Vai-lhe reconhecer que foi firme onde se exigia que fosse firme.

Mas eu, agora, também quero, agora que V. Exa. tem responsabilidades diferentes, que não deixe, onde V. Exa. ainda tem influência, que se crie uma turba descontrolada, que quer incendiar tudo. V. Exa. tem essa enorme responsabilidade para com o futuro da Região e para com o seu próprio passado, Sr. Presidente. Com o seu próprio passado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Não deixe que sejam... Não é o PS regional, é o PS de São Miguel, é o PS de outra zona qualquer. O senhor é Presidente do Partido Socialista dos Açores. E o que eu lhe peço é que exista o sentido de responsabilidade com que V. Exa. contou quando o senhor teve responsabilidades, que não deixe incendiar o discurso desta forma. As medidas que estão a ser tomadas são corretas. Veja aquilo que está, por exemplo, a acontecer na Nova Zelândia, há uma união dos partidos políticos nessa matéria. E nós, neste momento, poderíamos ser contestados. A contestação, a crítica é legítima, eu fiz muitas vezes neste Parlamento, mas a verdade é que estamos a ter bons resultados, o que mostra que a linha de rumo que está a ser seguida é correta.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP e do PPM:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** E, neste momento, nesta matéria que está a ser discutida, que é criar, agora, as condições, do ponto de vista da intervenção do Governo, dos apoios que têm que ser dados para quem foi prejudicado e foi muito prejudicado nesta situação, também o Parlamento dos Açores está a tomar a posição correta, ou seja,

aquelas populações que foram tão prejudicadas, tão martirizadas, têm que ter agora uma nota positiva dos Órgãos de Governo Próprio da Região, neste caso do Parlamento dos Açores e do Governo dos Açores, que vai executar as medidas.

E por isso é este apelo que eu, aqui, quero deixar: sentido de Estado, sentido de responsabilidade. Isto, um dia, vai passar. V. Exa. teve um papel fundamental. Este Governo também está a fazer bem.

E há uns que não vão ter um papel que seja reconhecido de forma unânime na história dos Açores, foram aqueles que criaram divisões entre os açorianos, que fizeram discursos incendiários, que tentaram criar a divisão entre os açorianos e que tentaram prejudicar as decisões que têm vindo a ser tomadas.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Eu quero, para terminar, dizer o seguinte: não é responsável falar e atacar as forças de segurança, estigmatizar as forças de segurança. As forças de segurança estão a prestar um serviço tremendo à população dos Açores, como é seu dever, a Polícia de Segurança Pública. Tem que terminar com este estigma: vai-se embora, Sr. Guarda! Isso acabou!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** A Polícia de Segurança Pública tem que ser respeitada! Aqueles homens estão a correr riscos, aqueles homens estão a fazer aquilo que têm que fazer. Alguém tem que fazer respeitar a cerca. E estes homens devem ser homenageados, não podem ser atacados neste Parlamento!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)*

Eu quero, daqui, deste lugar, enviar-lhes este reconhecimento, a todos, à Polícia de Segurança Pública que está a fazer, a todas as forças de segurança, aos assistentes sociais que estão no terreno e que estão a fazer um trabalho incrível,

aos profissionais de saúde que estão a correr riscos, que estão a fazer um trabalho incrível, de grande dedicação. E o que é que eles pensam quando existem políticos, aqui, a criar esses discursos incendiários, quando eles estão ali naquele esforço, ombro com ombro, naquela solidariedade tremenda?

Eu penso que alguns destes discursos... E ainda bem que o Sr. ex-Presidente do Governo Regional teve uma postura diferente, ainda bem que os mais exaltados não representam o Partido Socialista, que teve responsabilidades nesta terra durante muitos anos.

Para terminar, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o que eu lhe peço é que assuma a sua responsabilidade institucional, a sua responsabilidade com o seu próprio passado e que isto não pode acontecer, isto não significa a autonomia. E nós o que temos que fazer é estar lado a lado. Isto vai passar. Vamos ganhar todos, vai ganhar o Governo dos Açores, vão ganhar todos os açorianos. E aqui há um vencedor e o vencedor é o povo dos Açores, que todos integramos.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Pergunto se há inscrições. Sr. Deputado Vasco Cordeiro, tem a palavra. Faz favor.

(\*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Eu peço para intervir neste debate, porventura não naquilo que seria a expectativa de alguns daqueles que me interpelaram diretamente, mas porque me parece

importante também deixar aqui um testemunho relativamente a tudo aquilo que se passou e que se assistiu neste debate.

Em primeiro lugar, eu acho que este debate permite retirar várias lições. E a primeira lição que este debate permite retirar é que nós não podemos correr o risco nem devemos enveredar pelo caminho de suspender a democracia, porque, independentemente daquilo que nós concordamos ou não concordamos, é o direito de cada um que está nesta Casa, da parte dos senhores e da parte do Governo, entenderem que estão cobertos de razão no caminho que estão a seguir, é um direito que vos assiste, mas que também é um direito que assiste a quem é oposição nesta Casa questionar, perguntar, discordar e criticar.

O momento é propício à tentação dos maniqueísmos, de um lado estão os bons, do outro lado estão os maus. Eu acho que nós não devemos cair neste erro. E estou a corresponder à interpelação do Sr. Deputado Paulo Estêvão. Acho que não devemos cair neste erro.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Isso é verdade!

**O Orador:** Mas a democracia não está suspensa. A democracia não está suspensa, porque quando nós chegarmos a uma situação em que o argumento para calar a oposição for os senhores estão contra este objetivo de resolver o problema, ...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Quantas vezes nos disseram isso...

**O Orador:** ... já se perdeu muito mais do que apenas aquilo que estiver concretamente em discussão.

E eu acho que este debate nos deve fazer refletir também, é a minha opinião, neste sentido, porque, a páginas tantas, eu senti-me motivado para intervir (e acreditem que motivado para intervir não nos termos em que o estou a fazer agora), mas sabem o que é que me fez ficar quieto e calado no meu lugarinho, de mãos postas? Foi pensar no seguinte e é algo que, com toda a humildade, eu peço a todas e todos os presentes nesta Câmara que pensem: e quem estiver em Rabo de Peixe numa situação de cerca e que esteja a assistir a este debate, ...

**Deputado Carlos Furtado (CH):** Nem mais!

**O Orador:** ... o que é que pensa disto?

*(Apartes inaudíveis)*

Não, senhores. Eu peço imensa desculpa, Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral, não faça isso! Não faça isso! Nem o Sr. Deputado Paulo Estêvão ceda à tentação de fazer isso!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** A sua bancada não cedeu a essa tentação!

**O Orador:** O que eu gostaria de partilhar com esta Câmara é exatamente esta mensagem: os senhores têm todo o direito de achar que estão a fazer o caminho certo.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradeço que termine.

**O Orador:** Já termino, Sr. Presidente.

Ninguém questiona isso, mas não questionem também o direito de qualquer Deputado desta Casa questionar, criticar e discordar.

**Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD):** Não estamos a discutir cercas!

**O Orador:** E não é por isso que nós gostamos menos dos Açores. Não é por isso que nós gostamos menos de Rabo de Peixe.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Isso é muito diferente! Muito diferente da polícia com as metralhadoras!

**O Orador:** E, portanto, desse ponto de vista, acho que esse debate foi, talvez, muito instrutivo quanto à margem de progressão que podemos ter.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

O Partido Socialista esgotou o seu tempo para este debate.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para... Para participar no debate. Tem a palavra, Sr. Deputado, faz favor.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, agora sou eu que tenho tempo e é V. Exa. que não o tem.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Acontece a todos! Cá estou eu, Sr. Deputado!

**O Orador:** Sim, mas eu não vou abusar da posição que tenho porque sei que V. Exa. não pode responder.

Mas eu quero dizer-lhe que disse V. Exa. que estava no seu lugarinho, quietinho. E é isso que eu critiquei. A minha crítica é essa. Eu quero V. Exa. assumas as suas responsabilidades como Líder Parlamentar...

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sempre assumi!

**O Orador:** ... e ex-Presidente do Governo Regional e Presidente do Partido Socialista, que ainda é e que eu espero que continue. Do ponto de vista pessoal, tenho esse desejo.

Eu quero dizer-lhe que aquilo que se assistiu aqui, com descrições da ação da polícia como se fosse uma tropa colonial, os discursos incendiários que aqui foram feitos, as acusações que aqui foram feitas do ponto de vista pessoal aos Membros do Governo, alimentando a demagogia e o populismo mais básico, isso é que V. Exa. não pode permitir! É isso que eu lhe digo. É seu dever impedir que isso aconteça.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É verdade!

**O Orador:** Não pode ficar no seu cantinho! Tem que assumir as suas responsabilidades! É isso que eu lhe quero transmitir. Era esse sentido de responsabilidade que eu gostava que V. Exa. tivesse.

E não lhe estou a dizer isso para retirar qualquer vantagem política daquilo que lhe estou a transmitir, é porque é o meu desejo profundo que V. Exa. possa ter esse papel, o papel de quem já teve grandes responsabilidades na Região, de quem já teve que tomar decisões difíceis, de quem já teve que tomar decisões impopulares, de quem já teve que decidir cercas, de quem já teve que sofrer contestação popular. E V. Exa. sabe que existe essa responsabilidade! E o que eu considero que é fundamental para todos nós é que, nesses momentos, e eu estou muito à vontade porque eu agi assim enquanto fui oposição, é que, agora, o que é necessário é sentido de responsabilidade.

A crítica. A crítica, com certeza! Legítima! Eu lutei muito!

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Não parece!

**O Orador:** Não parece em períodos anteriores, para abrir o Parlamento foi um problema! Mas não vamos por aí, porque eu podia descrever o que foi a tentativa de encerrar o Parlamento no período anterior. Mas isso seria um debate, cá está, penalizador para todos nós, por isso eu não vou por aí.

Eu termino esta intervenção, dizendo-lhe apenas, Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

...

**Presidente:** Sr. Deputado, agradeço que termine.

**O Orador:** ... não pode permitir que, agora, não apareça um PS/Açores quando não convém que apareça uma imagem regional e que não convém que se responsabilize diretamente V. Exa. Agora, é o PS daqui, dali e do outro. Não! O senhor tem é que assumir as suas responsabilidades e impedir que este tipo de discursos, este tipo de demagogia, este tipo de populismo não se passe no seu partido, porque é um partido essencial para os Açores, foi e tenho a certeza que continuará a ser.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sempre!

**O Orador:** Assim tenha e honre a sua história do ponto de vista de um partido que já foi um partido do Governo dos Açores durante muitos anos! E, portanto,

você tem responsabilidades especiais! V. Exa. tem responsabilidades especiais! E é isso que eu quero assinalar com esta intervenção.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Por acaso, esqueci-me de uma coisa!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP do PPM)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faz favor, Sr. Deputado.

**(\*) Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Uma curta intervenção também. Uma curta intervenção neste debate para dizer que, mais uma vez, e não vou dizer pela mão de quem porque não foi uma mão só, a pandemia de SARS-Cov-2 foi trazida para o combate político-partidário à revelia do objeto da iniciativa que estávamos a discutir.

**Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** E eu cheguei a ter uma leve esperança de que isto parasse com a intervenção do Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento, que me pareceu, e corrija-me se estiver enganado, que pediu a palavra precisamente para recentrar o debate naquilo que era essencial, porque, afinal, falamos de imensas coisas, falamos de suspensão de democracia, que nos assusta, quando suspendemos a democracia numa fase em que nem no estado de emergência, o estado de exceção estava declarado, fizemo-lo assumidamente e bem até certo ponto, porque era uma questão de saúde pública, um assunto que não dominávamos...

**Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD):** Eram cinco casos.

**O Orador:** Sr. Deputado, isso aí já é demagogia! O senhor permita-me, eu estou a tentar fazer um debate sério. Eram cinco casos, mas ninguém sabia o que é que por aí vinha. Era muito diferente daquilo que sabemos hoje...

**Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD):** É verdade!

**O Orador:** ... e dos mecanismos que temos hoje. E, portanto, eu estou a tentar falar calmamente e transmitir calmamente aquilo que quero transmitir.

E, portanto, eu estava à espera de dúvidas, de achegas, de contributos para acudirmos às empresas, aos empresários em nome individual de Rabo de Peixe e não que estivéssemos aqui centrados num combate político-partidário que... Perdoem-me, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro pôs as mãos, eu enfiei a cabeça no computador e os headphones numa valsa para ver se me conseguia distrair.

E, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, recentremo-nos no debate que é preciso fazer! Foi por isso que aprovamos a urgência e a dispensa de exame em Comissão! É isto que temos que fazer, é recentrar o debate naquilo que é o objeto desta iniciativa!

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa, neste momento, não tem mais inscrições. Sr. Deputado Rui Martins, faça favor.

**Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima):** Afinal o Governo tem tempo.

(\*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Quem sabe gerir o tempo, tem tempo!

Muito obrigado, Sr. Presidente. Até ele se esgotar...

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Executivo:

Efetivamente, agora, assistimos a um certo recentrar da discussão, ou pelo menos deixarmo-nos de discutir o assessorio para discutir o essencial, mas não podia deixar, porque tenho tempo, de deixar aqui uma nota, porque recebemos, entretanto, também, o documento acerca da georreferenciação e da proteção de

dados, mas falou-se aqui em georreferenciação, o Deputado Francisco César falou em polícias com metralhadora, mas eu lembro-me bem, no tempo do Partido Socialista, de haver pessoas fechadas em hotel com a polícia à porta.

**Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD):** É verdade!

**O Orador:** Haver pessoas a serem transportadas do aeroporto para o hotel, com a comida à porta e a polícia à porta. E também, se bem me lembro, houve pessoas que foram levadas a tribunal e perderam e não tinham razão naquilo que decidiram.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Deputado Miguel Costa (PS):** E o senhor está feliz com isso?

**O Orador:** Isso é que é um atentado aos direitos, liberdades e garantias!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

**(\*) Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Rui Martins, como pode ver, eu também geri bem o meu tempo. Sr. Deputado Rui Martins, ainda tenho tempo. E tenho tempo por uma simples razão: porque eu sou pragmático. Vi o objeto, li o objeto, disse aquilo que tinha a dizer e depois não disse absolutamente mais nada.

Mas o que está aqui a acontecer já não é um problema económico, não é sequer um problema dentro da zona de Rabo de Peixe e de Ponta Garça, isto ultrapassou completamente toda a situação dentro da Região Autónoma dos Açores e, obviamente, de todos os partidos. Isto começou a ser partidário e anulou por

completo os problemas das duas freguesias, da qual era objeto desta iniciativa resolutiva. Este é que é o problema, os senhores falaram mais de vocês mesmos do que falaram dos problemas. E é por isso que o PAN tem tempo, não foi por falta de gestão ou uma grande gestão, foi porque, simplesmente, fomos extremamente pragmáticos.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** O senhor agora também não falou do assunto!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação. E eu vou relembrar qual é o Projeto de Resolução que vai estar em votação: é o Projeto de Resolução n.º 27/XII – “Programa especial de apoio à economia de Ponta Garça e de Rabo de Peixe”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário, faça favor.

**Secretário:** O Projeto de Resolução n.º 27/XII, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, foi aprovado por unanimidade.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do PS, do CDS-PP, do PPM, do CH, da IL e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Vamos avançar na nossa agenda para o ponto... ou melhor, informar que, relativamente ao ponto 19, o proponente retirou este pedido de urgência. Sendo assim, esta iniciativa baixará à Comissão competente em razão da matéria. Passamos para o ponto 21.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, para...

**Deputado António Lima (BE):** Para uma interpelação, Sr. Presidente.

**Presidente:** Faz favor, para uma interpelação.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, eu não tinha, efetivamente, visto a indicação de que o ponto tinha sido retirado. Por isso, solicito um intervalo regimental de 30 minutos.

**Presidente:** 30 minutos. Regressamos às 17 horas e 25 minutos.

Alerto os Srs. Líderes Parlamentares e o Sr. Membro do Governo, o Sr. Subsecretário, que teremos uma reunião de Conferência de Líderes, agora neste intervalo.

*Eram 16 horas e 56 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

*Eram 17 horas e 31 minutos.*

Entramos no ponto 21 da nossa agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 16/XII – “Programa extraordinário de apoio ao serviço público de transportes em táxi”**. Esta iniciativa é apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista. É um pedido de urgência e para a justificar tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A urgência deste diploma está relacionada com o facto da penosa situação que o serviço de táxis está a passar na Região em virtude da quebra do turismo e em virtude de um conjunto de medidas à restrição de pessoas, que tem penalizado em muito a sua atividade económica. Daí ser urgente a este Parlamento debater e discutir uma proposta que visa exatamente apoiar o setor do táxi.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário, faça favor.

**Secretário:** O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tendo sido aprovada a urgência, tem a palavra, penso que também o Sr. Deputado Francisco César, para a apresentação da iniciativa. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Permita-me que, para começar a minha intervenção, possa citar uma frase de um dos meus discursos favoritos e uma frase com a qual muito me identifico: “O Estado foi criado pelo povo para garantir a sua proteção e bem-estar mútuo. Um dos deveres do Estado é o de cuidar dos seus cidadãos, que se veem vítimas de circunstâncias tão adversas que os tornam incapazes de satisfazer mesmo as necessidades da mera existência sem ajuda de outros. Em tempos normais, esta ajuda poderia ser providenciada pela iniciativa privada ou através do setor social, mas estes não são tempos normais.” Isto é uma frase de um Presidente Americano, Franklin Delano Roosevelt, que fez exatamente numa situação de uma enorme depressão nos Estados Unidos, com uma quebra enorme do consumo interno e da atividade económica, que justificou um conjunto de medidas da parte do Estado para salvaguardar a economia, salvaguardar o emprego e salvaguardar o rendimento das famílias.

E é exatamente por encontrarmos o setor do táxi com uma situação de quebra de atividade que ultrapassa muito largamente os 70%, que o Partido Socialista vem a esta Câmara apresentar um apoio extraordinário a todos aqueles que, sendo

taxistas, ou seja, detentores de um certificado de motorista de táxi, o façam a tempo inteiro e tenham como único rendimento esta atividade.

Os taxistas necessitam de apoio. E aquilo que nós propomos a esta Câmara é que possam receber, por um período de seis meses, um subsídio único no valor de uma vez e meia o valor da remuneração mínima mensal garantida da Região Autónoma dos Açores, ou seja, cerca de 1047 euros.

Dias após o Grupo Parlamentar apresentar esta medida à comunicação social, nós depois de termos reunido com diversas associações representativas do setor, eu fui contactado por um taxista do Pico, que eu vou chamar de António. O Sr. António ligou-me no sentido de me transmitir a sua situação e disse-me: Sr. Deputado, eu estou a ganhar um euro por dia, em média, na minha ilha. A minha atividade e o rendimento da minha atividade era proveniente das idas que fazia sobretudo ao aeroporto, para além de um ou outro pedido que me era feito para transportar pessoas. O Pico não é São Miguel, dizia o Sr. António. O Pico, neste momento, tem pouco desembarque de passageiros. E nós temos pouquíssimas pessoas para transportar e muito táxis disponíveis. Ninguém consegue subsistir com cerca de um euro por dia. Dizia-me a Associação de Táxis de Ponta Delgada que, no dia em que reuniram connosco e provavelmente reuniram com alguns dos meus colegas, um tinha feito cinco euros e outro tinha feito sete euros de rendimento até às três da tarde. Não é possível manter uma atividade, ter uma vida digna, com sete euros ou com cinco euros por dia.

E, portanto, o mínimo que nós podemos fazer é apoiarmos e tratarmos, como foi dito aqui pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, pelo Sr. Deputado Nuno Barata, como foi dito aqui pelos Deputados do Chega ou do PSD, nós temos que ajudar aqueles que podemos e não devemos tratar igual aquilo que não é igual. O setor do táxi, neste momento, nos Açores, é capaz de ser dos setores mais penalizados pela crise económica que estamos a atravessar. Há menos turistas, há menos pessoas a circular. E nós sabemos que muitas vezes a preservação da saúde pública e as

medidas que tivemos que tomar têm impacto económico. E é, portanto, a obrigação desta Câmara, de todos os partidos aqui presentes, darmos mais uma vez um sinal de que não esquecemos quem está em dificuldades. E quem trabalha no setor do táxi, juntamente com outras atividades que os senhores já referenciaram, há bocado, falamos de Rabo de Peixe, falamos de Ponta Garça, já falamos de cultura, já falamos de um conjunto de setores de atividade que estão particularmente afetados por esta crise... A nossa obrigação é fazer o que sempre fizemos e o que sempre tentamos fazer, é esta a obrigação do PS: tentar que, no meio desta crise, ninguém fique para trás. É o objetivo deste diploma.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Tenho inscrito já a Sra. Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações. Tem a palavra, Sra. Secretária. Faça favor.

**(\*) Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações (Ana Carvalho):**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós fizemos um estudo de impacto financeiro. Sabemos que existem na Região 742 taxistas, mas o diploma refere que só serão apoiados os que têm exclusividade, a sua vida ser exclusivamente de conduzir táxi. E, portanto, o impacto financeiro que apuramos foi de cerca de 555 mil euros por semestre. E, portanto, o Governo está disponível para apoiar os taxistas.

**Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra. Faz favor.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco César, tenho o privilégio de lhe transmitir (transmitir a V. Exa. é um privilégio), que vou votar favoravelmente a iniciativa do Partido Socialista. Já vimos que o Governo já fez os cálculos, está disponível, mais do que estar disponível, está de acordo, e nós também. Temos a mesma preocupação que V. Exa. E considero, mais uma vez, que é um contributo importante, também, do Partido Socialista nesta matéria, como convergimos, ajudar este setor que tem sido especialmente martirizado nesta crise. E, portanto, este apoio é de justiça, é importantíssimo que se faça neste período. É um período chave para a sobrevivência de muitos profissionais nesta área. E, por isso, pode V. Exa. contar com o voto favorável do PPM nesta matéria.

É evidente, mas não vou fazer isso, podia lembrar, aqui, algumas das palavras que V. Exa. disse ontem, ...

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Mas já está fazendo!

**O Orador:** ... mas vou abster-me de fazer essa referência.

**Deputada Ana Luís (PS):** Já se arrependeu!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Já acabou, Sr. Deputado?

**O Orador:** Sr. Presidente, parece que ficaram algumas dúvidas no espírito do Dr. Vasco Cordeiro, do Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Acho que fui claro, voto favoravelmente por todas as razões aduzidas pelo Partido Socialista, que concordo, pelas razões aduzidas também pelo Governo, que mostrou a disponibilidade nesse sentido. Portanto, nenhuma dúvida. Com todo o entusiasmo, voto favoravelmente esta iniciativa do Partido Socialista.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** As suas motivações políticas são um livro aberto!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

A questão que é levantada nesta iniciativa é uma situação que se iniciou em março do ano passado e que teve um período mais crítico ou começou a ter períodos críticos, sobretudo em São Miguel, na altura do confinamento, em que, durante muitas semanas, não se circulava entre concelhos. A situação agravou-se, ainda que, durante a época alta, na generalidade das ilhas, possa ter sido atenuada. E, portanto, é uma situação que já tem bastantes meses, que não teve um tratamento diferenciado até outubro passado, que agora merece esta iniciativa do Partido Socialista. O Governo já aqui fez as contas e tem uma estimativa do cálculo do impacto financeiro da medida. E, portanto, acho questão reunidas as condições para que possa ser aprovado. E, nesse sentido, o nosso voto é de aprovação.

Deixava, no entanto, aqui, uma questão, um alerta que, com certeza, o Governo terá isso em conta: na eventual renovação desta medida, eventualmente, faz algum sentido que se analise com detalhe, nomeadamente o artigo 2.º, os beneficiários, porque há muitas situações de entre taxistas. Portanto, todos aqueles, de acordo com o diploma, que têm licença e estão em exclusividade nessa função têm direito ao apoio. Importa, porventura, e agora seria aprovado tal e qual como se apresenta, mas na eventual renovação que se distinguisse, entre aqueles que têm a certificação, aqueles que, ainda que tenham apoio, trabalhem por conta de outrem e que partilhem o seu vencimento como funcionários de uma empresa de táxis e que terão direito também de acordo com este diploma, mas que, eventualmente, pode criar aqui uma situação de injustiça relativamente àqueles que têm apenas o rendimento do trabalho do táxi. E, portanto, nesta iniciativa seria aprovado assim, naturalmente, mas na renovação recomendava-se que o Governo analisasse essa situação para não criar injustiças entre os taxistas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Estamos, aqui, novamente, a debater o impacto negativo que a pandemia de Covid-19 tem provocado em vários setores de atividade na nossa Região, desta feita no serviço público de transporte em táxi e da importância e necessidade de providenciar apoios até que seja possível esta classe operar nos moldes semelhantes aos que operava previamente ao estado pandémico.

Embora não fosse um setor exclusivamente dependente do turismo, certo é que o serviço público de transporte em táxi viu, nos últimos anos, um aumento nos seus serviços prestados correlacionar ao número de passageiros desembarcados na Região, conseguindo tirar daí proventos significativos.

Atualmente, em resultado do conhecido decréscimo do fluxo turístico, em consequência direta da situação epidemiológica e medidas restritivas adotadas, não têm sido aplicadas desde março passado em razão do estado pandémico. Com a proibição da circulação de pessoas na via pública, excetuando poucas situações que permitiam essa circulação, o dever e a obrigação em certos momentos do recolher obrigatório, o encerramento de variados estabelecimentos e setores, o teletrabalho e o cancelamento de consultas e intervenções médicas do nosso Serviço Regional de Saúde trouxeram com isso, inevitavelmente, menos situações que proporcionassem a utilização, por parte da nossa população, dos serviços de táxi.

O projeto que é apresentado, hoje, pelo Grupo Parlamentar do PS mostra-se como uma mais-valia para colmatar as perdas que esses profissionais têm apresentado e manifestado.

Sras. e Srs. Deputados, apoiamos esta iniciativa votando favoravelmente, mas ressalvando que o fazemos substancialmente por serem prol e diretamente canalizadas aos profissionais que detêm o certificado de motorista de táxi.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Executivo:

Bem, esta proposta insere-se, efetivamente, na nova postura do Partido Socialista de acudir a tudo o que faça manchete nos jornais. Não estou a censurar, com isto, os visados na proposta, porque esses, infelizmente, sofrem na pele a quebra de faturação e veem a sua situação económica a deteriorar-se. A posição do PS é que mudou, porque agora pretende dar tudo a todos numa atitude inversa à registada há não muito tempo atrás.

**Deputado José Contente (PS):** Vote contra!

**O Orador:** Registo, por isso, a mudança de paradigma até novembro e depois de novembro.

De qualquer forma, o que eu gostava que o Partido Socialista explicasse é por que motivo está a criar um regime de exceção para estes profissionais, quando estão disponíveis para todos os empresários, sectários ou em nome individual, uma série de apoios às quebras de faturação.

E confesso que, antes de ouvir a intervenção da Sra. Secretária das Obras Públicas, eu ia perguntar ao Partido Socialista se tinha feito as contas, qual era o alcance e a abrangência desta medida por ilha, se tinha os custos devidamente calculados, quantas pessoas eram realmente abrangidas.

E apenas para ficar registado, refiro que, no âmbito do apoio aos custos fixos das empresas e do APOIAR.PT, é possível a candidatura por parte destes profissionais.

Não obstante e porque este Governo é responsável e já fez as contas e porque no Grupo Parlamentar do CDS sabemos que este setor está, efetivamente, a sofrer

um impacto tremendo na sua atividade, consideramos que se deverá viabilizar esta medida e apoiar este setor por forma a preservá-lo e dar-lhe dignidade, pois precisamos e contamos com eles para quando houver uma retoma económica.

Muito obrigado.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Esta é uma daquelas iniciativas que vem ao encontro do que tenho defendido sobre o combate que o Governo dos Açores tem que fazer para a manutenção da oferta, para estarmos preparados para o dia em que a economia, que nos estava a acudir em termos de Produto Interno Bruto, que era o turismo, recupere a sua atividade. E isto ainda vai demorar algum tempo.

Sr. Deputado Francisco César, folgo em saber que V. Exa. conhece as citações de Franklin Delano Roosevelt, ...

**Deputado Francisco César (PS):** O meu Presidente favorito!

**O Orador:** ... o 32.º Presidente dos Estados Unidos, aquele que foi o 33.º, 34.º e não foi mais porque foi ele que despoletou a 22.º Emenda, que nós, há pouco tempo, copiamos (os senhores copiaram, que eu, por mim, não tinha copiado), que é a primeira limitação que uma democracia impõe a si própria: o senhor não pode ser eleito mais vez nenhuma. Que é uma coisa dramática!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** O Putin sabe!

**O Orador:** O Putin sabe, mas isso já não é uma democracia. Eu estou falando de uma democracia lastrada.

**Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima):** Alguém fez isso com os Açores!

**O Orador:** E, portanto, com este aparte, mas é um aparte que eu não me perdo a mim próprio se não fizesse.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro deve a mim essa possibilidade, mas eu não estou a cobrar, atenção, nem estou a dizer que o quero, eu só estou a lembrar!

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Ainda vão dizer que tenho de lhe ficar agradecido! Ora essa!

**O Orador:** Não, não tem que ficar agradecido, porque eu sei que o senhor preferia estar ali do que ter a possibilidade de fazer mais três mandatos, mas...

*(Aplausos de alguns Deputados)*

Mas devo lembrar-lhe, Sr. Deputado, que se o senhor alguma vez fizer três mandatos como Presidente do Governo Regional dos Açores no futuro, há de lembrar-se de mim! Há de lembrar-se de mim!

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sem isso já me lembro!

*(Risos da Câmara)*

**O Orador:** E, portanto, o aparte.

Eu venho dizer ao Partido Socialista e à Câmara que é com gosto que a Iniciativa Liberal se associa a esta medida e que, no seguimento daquilo que disse o Sr. Deputado António Vasco Viveiros, é importante não só, numa renovação desta medida, avaliar o impacto dela nos taxistas, avaliar as injustiças que ela possa... porque há sempre injustiças e há sempre injustiças que não vamos conseguir limar, avaliar essas injustiças.

E lembro à Câmara que, paralelamente, existe, em sede de Comissão, um Projeto de Resolução da Iniciativa Liberal que recomenda ao Governo que avalie a situação de outros empresários em nome individual e outros trabalhadores

independentes que, tal como os taxistas, sofreram enormes quebras no seu rendimento e na sua faturação.

E, por isso, a Iniciativa Liberal vai votar favoravelmente esta iniciativa do Partido Socialista.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faça favor.

(\*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente do Governo e restantes elementos do Governo:

Não sendo propriamente o meu estilo o debate pelo debate, não posso, no entanto, deixar de lembrar aqui uma situação: curiosamente, o mesmo partido que, no verão passado (ainda te lembras do que fizeste no verão passado), ...

*(Risos da Câmara)*

... aprovou a entrada da Uber nos Açores.

**Deputado Francisco César (PS):** Hem?

**O Orador:** Sim, foi dado nota aos taxistas, nós fomos consultados pelos taxistas de que havia a intenção de permitir a entrada da Uber nos Açores, deixando para trás os problemas dos taxistas, que já na altura lidavam com os problemas da Covid-19. E, agora, dá-se uma cambalhota e, afinal, o problema dos taxistas já é grave, antes não era.

**Deputado José Pacheco (CH):** Exatamente!

**O Orador:** Se calhar não era porque estávamos no horário de verão. Agora, no horário de inverno, se calhar é. Não sei. Sinceramente, eu acho que essa medida agora proposta é um bocado desfasada daquilo que era o que vocês fizeram no verão passado.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Vocês é uma casa de família!

**O Orador:** No entanto, nós vamo-nos associar, obviamente, a essa iniciativa do Partido Socialista, nem poderia ser sequer de outra forma. Nós que no verão estivemos ao lado dos taxistas, não íamos dar a cambalhota, até porque nunca tive muito jeito para ginástica, para agora votarmos contra isso. É que nem nos passa pela cabeça. Aliás, até é de pensar seriamente se essa proposta de V. Exa. está adequada àquela que é a realidade, mas, obviamente, e sempre na minha forma moderada de ver as coisas, aceito a vossa proposta conforme está, percebendo que se calhar ela não está à altura de resolver o problema dos taxistas e principalmente à altura de resolver o problema dos taxistas se se vier a manter a situação de permitir a entrada da Uber nos Açores.

Muito obrigado.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

*(Aplausos do Deputado da bancada do CH)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faz favor, Sra. Deputada.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nos últimos tempos, esta Câmara tem ouvido, em grande parte das iniciativas, a referência e explanação do quão grande é o problema de saúde pública, pelo qual todos nós atravessamos e que tem acarretado consequências sociais e económicas, transversais a toda a sociedade.

Temos vindo a falar inúmeras vezes, em diversos setores económicos, que têm tido quebras financeiras, que se mostram avassaladoras, tornando emergente a criação de medidas de apoio.

Como foi recentemente aqui exposto, o setor do turismo foi um dos grandemente afetados com a situação epidemiológica que atravessamos. Como consequência, a circulação de pessoas diminuiu abruptamente na nossa Região, o que causou graves consequências em empresas de diversos ramos, nomeadamente no setor dos táxis.

Além disso, com as situações de isolamento, confinamento, teletrabalho, houve consequências na circulação do dia-a-dia dos próprios residentes da Região, diminuindo significativamente a atividade do serviço público de táxis.

Na Resolução do Conselho do Governo n.º 1/2021, de 8 de janeiro de 2021, o Governo autoriza a Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações a atribuir um apoio financeiro de 14 mil e 500 euros à Associação de Táxis de Ponta Delgada. Esse montante é concedido mediante o Despacho n.º 282/2021, de 9 de fevereiro de 2021.

Esta verba atribuída aos taxistas de Ponta Delgada destinou-se a garantir a manutenção em funcionamento da central telefónica e a redução das cotas dos associados. Porém, esse montante é claramente insuficiente, sobretudo pelas limitações que alberga, uma vez que estes trabalhadores necessitam de ter forma de sobreviver, bem como de acautelar as despesas diárias que integram a manutenção do serviço que prestam.

No dia 18 deste mês, o representante da Associação de Profissionais de Táxis de Ponta Delgada reuniu com a Sra. Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações. Nesta reunião, o Presidente da Associação pediu um apoio para cada taxista individualmente, ao qual a Sra. Secretária referiu que não podia dar uma resposta, uma vez que as verbas que servirão para financiar este setor só poderão ser disponibilizadas após a aprovação do Plano e Orçamento deste ano. Além disso, reencaminhou a Associação de Taxistas para a Direção Regional de Apoio ao Investimento e Competitividade.

Ora, desde o início desta pandemia, com grande frequência têm sido aprovados apoios aos mais diversos setores, na sequência das dificuldades que os têm vindo a assolar, portanto, não percebemos por que razão é que os taxistas têm de esperar pelo Plano e Orçamento para receber apoios, quando o Governo Regional, através de Resoluções, criou mecanismos de apoio para outros setores, quando já se sabia que esta atividade tem vindo a ser prejudicada de forma arrebatadora.

Além disso, não compreendo por que razão apenas a Associação de Profissionais de Táxis de São Miguel ter sido a única a receber apoio, manifestamente insuficiente, disponibilizado pelo Governo aos profissionais desta área. Esta atribuição mostra, no mínimo, desigualdade de tratamento com os restantes taxistas e restantes associações da Região Autónoma dos Açores.

No entanto, urge avançar com medidas que permitam manter o serviço público de táxis para todos os profissionais açorianos deste setor. E é claro que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votará favoravelmente esta iniciativa.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra agora o Sr. Deputado Francisco César. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Bom, dar aqui apenas duas notas: a primeira é no sentido de dizer que nem o Partido Socialista nem o Governo do Partido Socialista aprovou a entrada a Uber nos Açores. Não aprovou. Não há qualquer tipo de legislação aprovada neste âmbito. O que há é apenas a legislação nacional que se aplica à Região Autónoma dos Açores por não haver legislação regional sobre esta matéria; ...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Quem seria o partido que estava na República?

**O Orador:** Também lhe dizer que o Partido Socialista tem vindo a trabalhar juntamente com responsáveis no setor do táxi, no sentido de ser criada e trabalhada legislação neste âmbito.

E, portanto, para lhe transmitir que o Partido Socialista tem tido e continuará a ter uma preocupação muito grande em relação ao setor do táxi e no sentido de que, por um lado, eles possam exercer a sua atividade sem ter concorrência desleal da parte de outros setores, por outro lado, que o serviço público que hoje prestam possa ser melhorado com apoios da parte da Região e com legislação adequada e que favoreça a sua atividade.

Havia, no passado, um conjunto de trabalho que estava a ser realizado pela anterior Secretária, no sentido de apoiar exatamente o desenvolvimento da atividade do serviço de táxi, que espero que continue a ser feito pela Sra. Secretária, calculo que sim, e que, naturalmente, num próximo Orçamento, isso possa entrar em vigor, exatamente como esta proposta.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Agora tem a palavra a Sra. Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações. Faz favor, Sra. Secretária.

**(\*) Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações (Ana Carvalho):**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria desfazer aqui um equívoco da Deputada Manes, porque a Associação de Táxis de Ponta Delgada, quando pediu para ser recebida por mim, não tinha nada a ver com a falta de rendimentos. O que eles pretendiam e sempre disseram era um apoio para uma plataforma e rádios digitais, coisa que eu fui afirmando sempre que só depois do Plano e Orçamento estar aprovado. Quando, na rádio, ouvi, de manhã, que o assunto se tratava de perda de rendimentos, eu própria tomei a iniciativa de lhes telefonar, pedi para virem falar comigo e disse-lhes: eu, no Plano, não tenho para apoios. E, neste momento, existem apoios da DRAIC.

E os senhores aproveitaram para me entregar os papeis da plataforma e dos rádios digitais, que, ao que parece, era a isso que vinham e não à falta de rendimentos. E eu disse: como eu já vos informei, eu já tenho conhecimento desse pedido e só

poderei saber se vos poderei ou não apoiar quando tiver o Plano e Orçamento. Foi assim que se passou, rigorosamente.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP e do PPM)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faz favor, Sra. Deputada.

**(\*) Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito obrigada pela sua explicação, foi realmente importante. No entanto, eu continuo manifestamente surpresa porque é que todos os outros setores já receberam apoios através de Resoluções e somente os taxistas, que já muita gente sabia pela difícil fase que estão a atravessar, porque é que estes especificamente terão que esperar pelo Plano e Orçamento. Porque é que não houve inicialmente uma iniciativa, uma Resolução semelhante a todas as outras que têm saído?

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Carlos Furtado, tem a palavra.

**(\*) Deputado Carlos Furtado (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Governo:

Sr. Deputado Francisco César, muito obrigado pelos seus esclarecimentos. No entanto, não é a mim que o senhor terá de prestar esses esclarecimentos.

**Deputado Francisco César (PS):** Já prestei!

**O Orador:** Terá de prestar aos visados, àqueles que na altura perceberam que a vida lhes ia andar para trás porque iam ter a concorrência da Uber. A esses sim, a eles terá que prestar os esclarecimentos, porque o povo não esquece. E não pense o senhor, lá por agora acenar com esse projeto que visa tapar os olhos aos taxistas,

que eles vão esquecer. Não, eles não vão esquecer, Sr. Deputado Francisco César, porque esse apoio é uma vez, mas o ano tem 365 dias. E depois desse ano há mais um e há mais outro, de vez em quando vem um com 366. E essas pessoas, todos os dias, têm que pôr a comida na mesa. Portanto, não é com um autocolante destes que os senhores vão resolver o problema aos taxistas. Mas os senhores taxistas vão receber esse apoio que vai ser aqui aprovado hoje. E estou convencido de que será por unanimidade. Vão receber esse apoio. Mas a mancha que o senhor deixou no relacionamento com esses senhores ou com esses profissionais no ano passado não ficará esquecida.

Muito obrigado.

**Deputado Francisco César (PS):** Eu tenho reunido com eles!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional das Obras Públicas. Faz favor, Sra. Secretária.

**(\*) Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações (Ana Carvalho):** Sra. Deputada Alexandra Manes, mais uma vez, há um equívoco. Eu só soube da dificuldade dos senhores em termos de rendimentos pela rádio, pelo noticiário da rádio, porque as vezes que me pediram para falar comigo, o assunto era única e exclusivamente a plataforma e os rádios digitais. Nunca me falaram em falta de rendimentos. Se o tivessem feito, evidentemente que eu os teria recebido. Como era a plataforma e os rádios digitais, eu tinha que esperar pelo Plano e Orçamento para ver se a verba estaria lá inscrita. É só este esclarecimento.

Obrigada.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP e do PPM)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

A Mesa não tem mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 16/XII. Sras. e Srs. Deputados, vamos iniciar uma votação. Sr. Deputado Joaquim Machado, estamos a votar. Muito obrigado.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário, faça favor.

**Secretário:** O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 16/XII, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, foi aprovado, na generalidade, por unanimidade.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário.

Este diploma tem oito artigos. Não foi alvo de qualquer proposta de alteração. Pergunto à Câmara se posso colocá-los todos à votação em simultâneo. Não havendo objeção, é isso que farei. Estão à votação os oito artigos do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário:** Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Muito obrigado.

Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como estão.

Sr. Secretário.

**Secretário:** O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 16/XII, da iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em votação final global, foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Muito obrigado.

Avançamos para o ponto 23 da nossa agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 31/XII - “Medidas para**

**garantir o cumprimento das metas de reciclagem da União Europeia nos Açores”**. Esta iniciativa foi apresentada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Para justificar a sua urgência, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado António Lima (BE)**: Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este pedido de urgência justifica-se facilmente em duas partes que consideramos complementares:

Por um lado, é óbvio que o setor do tratamento e gestão de resíduos é uma matéria ambiental que é fundamental para qualquer região, para a Região Autónoma dos Açores em particular pelas nossas características, mas também pelo facto desta ser uma região, por um lado, que se orgulha de ter uma imagem, que não deve ser apenas imagem, mas uma imagem de ser uma região ambientalmente sustentável ou pelo menos querendo ser e trabalhando para isso, é uma região em que as metas ambientais devem ser não só cumpridas, mas, em nosso entender, até excedidas, uma região que se preocupa efetivamente com o ambiente;

Isto, por si só, como é óbvio, não seria matéria de pedido de urgência, no entanto, está iminente, segundo aquilo que é público, a adjudicação da construção de uma central de valorização energética na ilha de São Miguel que, no entender do Bloco de Esquerda e também de outros intervenientes no setor, pode levar à impossibilitação do cumprimento de metas de preparação para reciclagem e deposição em aterro a prazo na Região Autónoma dos Açores. Ora, tendo em conta que a ilha de São Miguel é a ilha, obviamente, que produz a grande maioria dos resíduos sólidos urbanos nos Açores, o impacto de uma decisão que pode pôr em causa o cumprimento dessas metas na ilha de São Miguel, por sua vez, põe em causa o cumprimento das metas em toda a Região.

E, para nós, não importa que as metas tenham que ser cumpridas apenas pelo Estado-membro, as metas ambientais, nessa matéria, devem ser cumpridas por cada uma das parcelas do Estado-membro. E a Região Autónoma dos Açores tem uma responsabilidade a cumprir. Uma responsabilidade que é, acima de tudo, para com a sua população e para com o seu ambiente. Por isso, tem que cumprir as metas na Região, em cada uma das suas ilhas, porque é isso que é fundamental fazer para o bom estado ambiental e para a boa gestão de resíduos e também dando o nosso contributo à redução da utilização de matérias primas, que é fundamental. Ora, estando iminente esta adjudicação e, no nosso entender, que pode pôr em causa esse cumprimento dessas metas, julgamos que é urgente discutir este assunto hoje, para procurar que, no nosso entender, o Governo Regional tenha também uma intervenção como garante e como responsável do cumprimento desta mesma legislação, destas mesmas metas, para impedir esse passo errado e ter também uma palavra a dizer neste processo.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência. Tem a palavra para este debate o Sr. Deputado Pedro Pinto. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS considera a pertinência e a importância do assunto que está nesta proposta, neste pedido de urgência. É evidente, ele merece toda a nossa consideração, a nossa avaliação. No entanto, consideramos que, tendo em conta a natureza da proposta, julgamos nós que seria útil que este assunto baixasse à Comissão para serem ouvidas entidades relacionadas e outras que a Comissão considerasse útil para melhor se aferir das condições e da própria medida em si.

Neste sentido, o CDS irá votar contra a urgência. Se ela for aprovada, iremos, obviamente, avaliar a proposta pela informação que temos neste momento e pela proposta em si. Julgamos que seria útil que ela baixasse à Comissão.

Muito obrigado.

**Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Artur Lima*): Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PPM vai votar favoravelmente este pedido de urgência. E também vamos votar favoravelmente a iniciativa. Eu quero dizer que mantenho a posição que tinha em relação a esta matéria quando estava na oposição. Não mudei. A minha apreciação é que a construção de uma incineradora em São Miguel será altamente prejudicial para a ilha, não só em termos de reciclagem, não só do ponto de vista da entrada numa economia moderna, uma economia circular, também do ponto de vista das questões de saúde pública. São muitas as razões que me levam a opor-me a este projeto. Não mudei uma vírgula em relação à minha opinião. E a prova está não só no meu sentido de voto nesta iniciativa, mas também no processo judicial em que, aliás, há poucos dias, tive uma vitória importante. Aliás, estou absolutamente convencido que acabarei por ganhar o processo. E, por isso, o meu contributo é este, do ponto de vista político, do PPM, mantemos este posicionamento.

Quero aproveitar esta ocasião, também, para saudar o movimento “Salvar a Ilha” e a todos os que, e termino já, Sr. Presidente, se opõem a este projeto da construção da incineradora, que eu penso que estão a bater-se pela qualidade de vida na ilha de São Miguel e para evitar que seja cometido um erro do ponto de vista ecológico muito grande.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Nuno Barata, faz favor.

(\*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A minha posição sobre a incineradora é pública. Tal como o Sr. Deputado Paulo Estêvão, vou mantê-la. O que estamos aqui a debater neste momento é a urgência. No debate a seguir tecerei as considerações que terei para tecer, mas para informar que vou votar favoravelmente, a Iniciativa Liberal vai votar favoravelmente essa urgência.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata preocupa-se e partilha das preocupações ambientais que são trazidas a discussão neste ponto pelo Bloco de Esquerda. É preocupação do Grupo Parlamentar adotar a melhor solução sustentável do ponto de vista ambiental. Para isso, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata entende que, para que se consiga efetivar a melhor solução no que diz respeito à gestão dos resíduos sólidos, esta matéria tem que, obrigatoriamente, ser alvo de uma forma mais aprofundada de ser abordada, de um estudo mais aprofundado, para que, efetivamente, com as atualizações que estão em cima da mesa e que foram trazidas pelo tempo, consigamos arranjar a melhor solução, a melhor solução não para São Miguel, não para a Terceira, mas para todas as ilhas dos Açores. É disso que se trata, todas as ilhas dos Açores.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** E, nessa medida, colocando, digamos, uma veemência na pertinência do tema, mas a necessidade de realizar um estudo adequado à gestão dos resíduos

sólidos dos Açores, o Grupo Parlamentar do PSD vai votar contra a urgência, fazendo com que esta iniciativa baixe à Comissão.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves. Faz favor.

(\*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para o Partido Socialista, as questões ambientais são fundamentais e a análise das mesmas tem sido uma prática corrente ao longo dos últimos anos e ao longo dos anos em que o Partido Socialista é Governo.

Consideramos que estas matérias, aqui, relativamente à gestão dos resíduos, têm que ter uma análise, uma ponderação mais efetiva, uma análise em Comissão. Por isso e atendendo também aos desenvolvimentos que nas últimas semanas tem acontecido a esse nível, considera o Partido Socialista que esta deve ser uma matéria a debater em Comissão, em que se ouça outras entidades, em que se aprofunde estas matérias. E, por isso, não iremos acompanhar o Bloco de Esquerda no seu pedido de urgência.

Obrigada, Sr. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Só para que fique registado, porque já fiz contas, o PAN é favorável a este pedido de urgência da parte do Bloco de Esquerda, considerando a sua própria iniciativa e considerando a iniciativa que o PAN também quer apresentar juntamente com outros partidos aqui desta Câmara. Por isso, o nosso voto será favorável.

**Presidente:** Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Chega nem poderia de outra forma não votar favoravelmente essa iniciativa do Bloco de Esquerda, uma vez que, também, nós trouxemos esse assunto a Plenário, que é um assunto da maior importância.

E poderão, eventualmente, alguns, nesta sala, perguntar: mas é tão urgente como isso resolver os problemas dos resíduos sólidos nos Açores? É. É, efetivamente, tão urgente como isso.

E devo lembrar, para que tenhamos a dimensão do que é que estamos a falar, que, hoje, em 24 horas, juntou-se, na ilha de São Miguel, mais 100 toneladas de resíduos. 100 toneladas de resíduos! O que é que isso quer dizer? Isso quer dizer exatamente três contentores marítimos de vinte pés cheios de resíduos. Daqui a um mês, quando estivermos nesta sala, estamos a falar de mais 80 contentores. Para quem, ainda, não tem bem a perceção da dimensão desse problema, devo dizer que desde 2016, quando houve um grande ruído, na altura, sobre a construção da incineradora, desde aquele tempo até agora, passaram-se quatro anos. Quatro anos em resíduos, isso dá (um número pequenino, uma coisa que entra por um ouvido e sai pelo outro) 120 mil toneladas de resíduos. Isso, à maioria de nós não dirá nada, mas eu, que gosto muito de fazer contas de merceeiro, fiz umas contas: 120 mil toneladas de resíduos dão para encher contentores numa distância de 25 quilómetros, ou seja, de Ponta Delgada a Vila Franca, contentor atrás de contentor, contentor atrás de contentor. Foi o que se acumulou de resíduos em quatro anos.

Cada um saberá de si, mas a mim incomoda-me a ideia de que estejamos aqui a deixar passar, a deixar passar e há de ser para o mês que vem e se calhar para o outro ano. Isso é um assunto urgente para se resolver, por essa dimensão, pela

grandeza desse problema. Daí que nos associamos à iniciativa do Bloco de Esquerda, porque percebemos a urgência que é dar um destino correto ou menos agressivo do que seja, atualmente, vaziar resíduos num aterro.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Vamos passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Sr. Secretário, faça favor.

**Sr. Secretário:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

O pedido de urgência foi reprovado com 49 votos contra e 8 a favor: contra, 25 do PS, 21 do PSD, 3 do CDS; a favor, 2 do Chega, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda votou favoravelmente, naturalmente, este pedido de urgência porque considera que, efetivamente, o assunto é urgente, porque está em causa a iminência de uma decisão que pode ser possivelmente até irreversível, ou até que, sendo reversível, tenha custos para o erário público. Ou seja, é disto que estamos a tratar, é de discutir atempadamente um assunto que se não for discutido hoje poderá ser tarde demais. E lamento que a aliança que existe dos interesses tenha sido mais forte do que a aliança que é necessária pelo ambiente.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Tenha paciência!

**O Orador:** E, mais uma vez, porque havia e há informação nesta Casa de outras iniciativas sobre esta matéria e de inúmera informação que já foi recolhida para decidir sobre este assunto.

**Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima):** Fundamente o que está a dizer!

**O Orador:** Mas termino esta declaração de voto não deixando de fazer um apelo, porque as Câmaras Municipais de São Miguel não são presididas por seres etéreos que não tenham contacto com ninguém, são presididas por Presidentes de Câmaras do Partido Socialista e do Partido Social Democrata. E apelo a estes partidos para que pelo menos impeçam e tentem impedir a assinatura deste contrato até que esta matéria fique devidamente esclarecida. No mínimo devem fazer isso.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal votou favoravelmente essa urgência, nem sequer é porque esta Câmara tem informação suficiente, é porque qualquer cidadão responsável desta Região tem essa informação suficiente para tomar essa decisão. Nem sequer é preciso reunir esta Câmara. Qualquer cidadão responsável que defenda a sustentabilidade, que defenda o turismo sustentável como se defendeu aqui nesta Casa durante anos e que entenda um pouquinho só de aritmética, como fez o Sr. Deputado Carlos Furtado, percebe que a solução está encontrada. O problema é outro, é que há um lóbi regional, dentro da Região, que não quer a solução que está encontrada. E foi por isso que a Iniciativa Liberal votou favoravelmente essa urgência, porque ela está encontrada essa solução.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto. Faz favor.

(\*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O CDS votou contra a urgência, porque se debatêssemos hoje esta iniciativa e as que se seguem, iríamos estar a debater e a deliberar sobre ruído. E este é um assunto sério demais e importante demais para ser feito um debate consciente e responsável sobre ruído. Por isso, é sensato que baixe à Comissão Parlamentar, até porque, como podemos verificar pela agenda, há três, até já houve quatro, projetos a versar sobre o mesmo tema e eles todos distintos entre si. E, portanto, é sensato baixar todos estes projetos à Comissão, debatê-los exaustivamente na Comissão até que os Deputados e os Grupos Parlamentares estejam munidos de toda a informação necessária e então, depois, conscientemente, fazer o debate em Plenário e tomar as decisões que houver a tomar.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para uma declaração de voto. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O PAN obviamente que votou a favor, porque, pelos vistos, já andamos a fazer ruído há 10 anos. Foi lamentável a sua declaração, da parte do Sr. Deputado, relativamente...

*(Aparte inaudível)*

Ainda bem que o senhor não é Presidente da Assembleia! V. Exa., peço imensa desculpa.

**Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima):** Mas posso ensiná-lo!

**O Orador:** Já aprendi isso.

Obviamente que esse ruído existe há 10 anos e vai continuar a existir. E não é por falta de informação, não é por falta de investigação, não é por falta de informação, como o Sr. Deputado Nuno Barata disse, porque nós sabemos, nós temos os dados, nós sabemos qual é o problema. Nós temos várias soluções, que não é só uma. O PAN tem várias soluções, o Bloco de Esquerda tem várias soluções, o Chega tem várias soluções e o PPM tem várias soluções exatamente para o mesmo problema. Não há ruído.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Agora é que disse tudo!

**O Orador:** Aliás, a própria urgência deste pedido do Bloco de Esquerda vem daí mesmo. E aquilo que vem de seguida são mais iniciativas, pedidos de urgência com iniciativas com o mesmo problema. Então, pelos vistos, isto não é só ruído. Acho que já estamos até a falar um pouco mais alto do que ruído e é algo que é urgente. E é por isso que está a ser discutido por vários partidos, ou então temos muitos partidos que estão bastante enganados. E neste caso falamos do PPM, do PAN e do Bloco de Esquerda, que pelo menos desde 2016 que nós já andamos a fazer um trabalho extremamente profícuo e com análises e dados bem concretos, que são sempre alterados mensalmente e anualmente. E, neste momento, é mesmo urgente devido a várias decisões que estão a ser tomadas neste preciso momento. Muito obrigado.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Não tenho cá nada desses elementos que invoca!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Deputado Pedro Neves veio precisamente ao encontro da necessidade deste processo baixar à Comissão, porque, de facto, como bem adiantou, existem vários processos. O PAN tem a suas soluções, o PPM tem as suas soluções, o PSD tem as suas soluções, o próprio Partido Socialista tem as suas soluções, ...

**Deputado Pedro Neves (PAN):** O Partido Socialista não tem!

**O Orador:** ... e por isso é necessário harmonizar e encontrar, de entre todas essas soluções, qual é aquela que é mais sustentável do ponto de vista ambiental para a nossa Região.

Portanto, não há aqui um aligeirar de responsabilidades...

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Estão em consonância! Estão em consonância!

**O Orador:** Também é Presidente da Assembleia? Posso continuar? Pronto.

Tudo o que está aqui em cima da mesa é e são soluções que são naturalmente pertinentes, todas elas terão as suas mais-valias, outras terão menos-valias. E o que é preciso fazer é precisamente ouvir as entidades competentes na matéria para que nós possamos tomar a melhor solução! A melhor solução!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Ninguém está a virar a cara a este processo. Este processo é um processo que tem a sua pertinência, a sua necessidade de ser implementado, mas o que importa aqui é adotar uma solução consciente, a melhor solução, que nos vai acompanhar durante algumas décadas. E para que não haja nenhuma precipitação nesta matéria, nada melhor do que ouvir as entidades adequadas para encontrar a melhor solução. Não a solução do partido A ou do partido B ou do partido C, a melhor solução para os Açores!

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP)*

**Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima):** Realista! É o que nós precisamos!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faz favor.

**(\*) Deputado Carlos Furtado (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Congratulo-me com o facto de que há alturas em que aquilo que nos une é mais do que aquilo que nos separa. E essa, no fundo, foi a posição que resultou aqui dessa votação.

Eu sou uma pessoa moderada e compreensiva. Eu percebo as preocupações do PSD e as preocupações do Partido Socialista e espero que esses dois grandes partidos também compreendam as preocupações dos partidos mais pequenos e acho que de todas as pessoas de bom-senso que estão na Região, onde estão incluídos, obviamente, esses dois grandes partidos.

E eu espero, e assim será, com certeza, como a solicitação do Sr. Deputado António Lima assim o disse e bem, que os senhores, dentro da sua influência partidária, também tenham alguma influência sobre os Presidentes de Câmara da ilha e São Miguel no sentido de ponderarem a melhor situação. Quem já esperou até agora, espera mais um mês. E daqui por mês, com certeza, teremos matéria mais rigorosa. E nessa altura, estou em crer que vamos estar todos de acordo.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições para declaração de voto.

Vamos, assim, avançar na nossa agenda. Tendo sido reprovada esta urgência, a iniciativa baixará à Comissão competente em razão da matéria. Passamos para o ponto 25 da nossa agenda, que é igualmente um **pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, do Projeto de Resolução n.º 33/XII – “Caducidade da Declaração de Impacte Ambiental da Central de Valorização Energética de Resíduos na ilha de São Miguel”**. Essa iniciativa é apresentada pela Representação Parlamentar do PAN. Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faz favor, Sr. Deputado.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

O PAN vem, perante esta Assembleia, solicitar a dispensa de análise em Comissão e pedir debate de urgência para o Projeto de Resolução (que supostamente vai ser chumbado) que requer a caducidade da Declaração de Impacte Ambiental da Central de Valorização Energética de Resíduos na Ilha de São Miguel.

O princípio base que me impele a efetuar esta solicitação reside na real emergência de nos unirmos, nesta Câmara (que não há união, obviamente), para promover a discussão alargada em torno de uma questão fulcral que tanta controvérsia tem suscitado na sociedade civil, que é a construção de uma segunda incineradora na nossa Região. Fez-se o erro inicial, vai-se querer fazer uma réplica de um mesmo erro.

A prova desta urgência é o número alargado de propostas. Havia a proposta do PPM, há ainda a do Chega, havia do Bloco de Esquerda que acabou de cair ou baixar à Comissão, e há ainda a do PAN, que tem mais uns minutos, porque já estou a ver o que é que vai acontecer.

**Presidente:** Sr. Deputado, para justificar a urgência!

**O Orador:** Vindo de vários quadrantes políticos, em torno desta temática que vêm a debate neste período legislativo. O PAN não poderia ficar alheio pelo acompanhamento de anos que fez a esta matéria, e que tem, agora, a obrigação política de inserir uma urgência naquilo que é, efetivamente, urgente.

Em segundo lugar, porque temos a palavra do Sr. Secretário do Ambiente e Alterações Climáticas, que garantiu que será encontrada uma solução eficiente para a gestão dos resíduos, mas, mais importante, ainda, que estava disposto a aprofundar estas questões na busca de uma alternativa à construção da incineradora para o cumprimento de todas as metas de reciclagem que estão a falhar na Região.

A importância da nossa solicitação para a caducidade da Declaração de Impacto Ambiental que alicerça o Concurso Público da Central Energética fundamentasse neste pressuposto imperioso que é a caducidade das suas condicionantes já que perfez a sua duração de dois anos, sob pena de caducidade automática.

Esta declaração corresponde à decisão, expressa ou tácita, sobre a viabilidade ambiental de um projeto no contexto do Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental. Volvida quase uma década, é a mesma declaração que justifica e que sustenta o projeto sem estar mais enquadrada.

É indubitável que, após três concursos público, o projeto tenha sofrido alterações consideráveis, sobretudo através da significativa redução da respetiva capacidade instalada.

É este um dos contributos que pretendemos dar para uma discussão mais alargada, no local adequado que nos encontramos neste momento. É esta Câmara.

Muito obrigado.

**Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima):** Julguei que já estava a explicar o diploma!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faz favor.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Isto está a andar bem! Está a andar bem!

Nós vamos votar favoravelmente esta urgência. E vamos votar favoravelmente esta urgência porque concordamos que é urgente declarar a caducidade da Declaração de Impacte Ambiental. Aliás, como penso, também, que será essa a decisão, se não for do Governo, do tribunal.

E também é urgente, algo que não está no âmbito do título do Projeto de Resolução, o ponto n.º 3, que é fundamental, que é: procede à revisão do Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos – o PEPGRA.

**Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):** Está em curso!

**O Orador:** Ora bem, esta também é uma questão muito urgente tendo em conta que a revisão já deveria ter sido feita em março de 2020 pelo anterior Governo e não foi. E eu acredito que este Governo vai fazer aquilo que a lei impõe, que é a revisão do PEPGRA. O anterior Governo não fez, espero que este o faça, conforme também está a ser proposto aqui pelo PAN.

**Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima):** Já está a fazer!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com este pedido de urgência façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O pedido de urgência apresentado foi reprovado com 49 votos contra e 8 a favor: 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS; 2 votos a favor do Chega, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN.

**Presidente:** Tendo sido reprovada a urgência, esta iniciativa baixará à Comissão competente em razão da matéria. E avançamos nos nossos trabalhos para o ponto 27: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 35/XII – “Cria a Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia”**. Esta iniciativa é apresentada pelos Grupos Parlamentares do PS, do PSD, do CDS-PP, do Chega e do PPM e pelas Representações Parlamentares da Iniciativa Liberal e do PAN.

Para justificara urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, eu peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

**Presidente:** Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** É possível, tendo em conta a natureza e o contexto da iniciativa, que se faça a discussão simultânea da urgência e do teor do diploma?

**Presidente:** Penso que sim. Dada a natureza da iniciativa, acho que ninguém se oporá. Eu então sugeria que passássemos de imediato à votação da urgência sem qualquer tipo de justificação e depois apresentaríamos e faríamos a discussão. Concordam?

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário.

**Secretário:** O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** E agora, sim, dou a palavra ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro para apresentação da iniciativa. Faz favor.

(\*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu subo a esta tribuna... ou, dito de forma, talvez, mais poética, neste momento e aqui desta tribuna, eu sou mais do que eu.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Sou o povo que quer o ar que é seu!

**O Orador:** E, portanto, subo a esta tribuna mais do que na qualidade de Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, como porta-voz do conjunto de Grupos e Representações Parlamentares que subscrevem este Projeto de Resolução para a constituição de uma Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia.

E ousou até ir um pouco mais longe. Ir mais longe de dizer que, talvez, aqui, represente, também, não apenas aqueles que subscrevem formalmente a proposta, mas aqueles que comungam dos objetivos desta proposta e que, no fundo, entendem que o trabalho iniciado em 2017 a propósito destas questões de aprofundamento da autonomia deve ter continuidade nesta legislatura, aproveitando todo o trabalho que foi feito.

E é por isso que tomo, também, a liberdade de referir e realçar o trabalho desenvolvido pela Comissão Eventual que foi constituída na XI legislatura, a CEVERA, e saudar todas as Sras. e os Srs. Deputados que integraram essa Comissão, alguns deles são, ainda hoje, Deputados, outros já não o são, mas saudá-los a todos na pessoa do Presidente dessa Comissão, então Deputado Francisco Coelho e antigo Presidente desta Assembleia e que, no fundo, presidiu a esta Comissão...

*(Aplausos da Câmara)*

... e que permitiu que fosse desenvolvido um trabalho ao longo destes três anos, que, independentemente de ter uma formulação concreta, é um trabalho extremamente válido e importante, o da CEVERA de então, que facilita, sobremaneira, o trabalho desta Comissão que, hoje, se pretende constituir.

Mas obviamente que não ignoramos a circunstância de esta Comissão não ser apenas uma continuação da CEVERA. O Parlamento tem uma configuração

diferente e é legítimo, também, mesmo em relação aos partidos que estão presentes nesta legislatura, como estiveram no passado, que se revise, no fundo, e que seja dada a oportunidade de reconfirmar e de confirmar as opções que foram assumidas no passado.

Mas esta Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia é, também, fruto do seu tempo. E quando eu me refiro que é fruto do seu tempo, refiro-me à circunstância de ela pretender não apenas debruçar-se sobre aquelas que são matérias que foram, desde cedo, elencadas como matérias inerentes à própria estrutura do sistema político autonómico, mas, também, em relação a matérias que o decorrer do tempo demonstrou a sua atualidade, a sua premência, a sua urgência: No grupo das primeiras estão, naturalmente, todas aquelas questões quanto à revisão constitucional, quanto à abolição da limitação dos partidos políticos regionais, uma reforma do nosso Estatuto, a reforma da Constituição também, a formulação concreta destas medidas;

No segundo grupo, daqueles que derivam, também, que o passar do tempo demonstrou a sua utilidade e a sua necessidade, estão matérias referentes aos próprios poderes, à clarificação ou à assunção de poderes pela Região Autónoma dos Açores quando confrontada com circunstâncias como aquela que vivemos da crise pandémica ou, em geral, circunstâncias de emergência sanitária.

Esta Comissão, que se pretende e que se propõe à Assembleia que constitua, tem, no fundo, um objeto muito claro e que deve ser concluída esta a ambição, também, que preside a este funcionamento ou a esta proposta: a apresentação de uma proposta concreta a este Parlamento.

O prazo de funcionamento desta Comissão está previsto ser um ano, o que por si só é significativo quanto, também, a todo o trabalho que antecede esta proposta e antecede, agora, esta Comissão.

E é por isso, Sras. e Srs. Deputados, que, também, dentro do mesmo espírito de porta-voz de todos os Grupos e Representações Parlamentares que subscrevem

formalmente (ou em espírito também subscrevem) esta proposta, que considere que este é um momento importante e significativo, não só para o Parlamento dos Açores, mas para a nossa autonomia, para o nosso sistema de autogoverno. E é por isso que manifesto, também, total confiança, não só na aprovação deste Projeto de Resolução, como no trabalho da Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*(Aplausos da Câmara)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições. Não há inscrições? Muito bem. Vamos colocar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor.

**Secretário:** O Projeto de Resolução n.º 35/XII foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Muito bem! Informo que o ponto 29, o proponente retirou o pedido de urgência, o que quer dizer que esta iniciativa seguirá os trâmites na Comissão competente em razão da matéria.

E avançamos para o ponto n.º 31: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 37/XII – “Recomenda ao Governo Regional a negociação com a Associação de Municípios da Ilha de São Miguel no sentido de dar início à incineração de resíduos não recicláveis”**. Este pedido de urgência e esta iniciativa são apresentadas pelo Grupo Parlamentar do Chega. Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O pedido de urgência prende-se, no fundo, com aquilo que já foi falado, aqui, agora, na discussão do ponto apresentado pelo Bloco de Esquerda. É a necessidade de ver, o quanto antes, resolvida a situação do destino a dar aos resíduos produzidos em São Miguel.

Como eu já disse, há um relógio que todos os dias conta horas e há uma balança que todos os dias conta pesos de resíduos. Por isso, é da maior importância que se dê a devida urgência a esse assunto, porque, cada dia que passa, a pegada ecológica que estamos a deixar aos nossos filhos, aos nossos netos, é maior. E alguns deles, se calhar, nunca nos vão perdoar por essa comodidade que tivemos em atrasar esse assunto.

**Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Artur Lima*): Mas é só em São Miguel?

**O Orador**: Se é só em São Miguel, não sei, Sr. Vice-Presidente. Vamos falar daquela que é a grande realidade dos nossos Açores, de São Miguel, que é a maior ilha e que mais produz resíduos. Obviamente que é um território único, os Açores, obviamente, mas temos que ter atenção que São Miguel por si só produz mais de 50% dos resíduos dos Açores. E é essa realidade que queremos ver discutida, seriamente discutida e de forma adulta. Eu não estou a ofender ninguém, que não seja mal interpretado! Queremos ver soluções sob o ponto de vista ambiental e sob o ponto de vista até de um compromisso intergeracional. É por isso que é da maior urgência que não deixemos passar este assunto para trás. É muito grave.

Muito obrigado.

**Deputado José Pacheco** (*CH*): Muito bem!

**Presidente**: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência. Estão abertas as inscrições. Não havendo inscrições, vamos colocar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com este pedido de urgência façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O pedido de urgência apresentado foi reprovado com 49 votos contra e 8 a favor: 25 contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS; 2 votos a favor do Chega, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tendo sido reprovada a urgência, a iniciativa seguirá para a sua Comissão.

Terminamos a nossa agenda.

**Proposta de Deliberação:** A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de fevereiro.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário.

**Secretário:** A Proposta de Deliberação Final foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Estão concluídos os nossos trabalhos. Muito obrigado pela vossa colaboração. Bom regresso a casa. Boa noite a todos.

*Eram 18 horas e 56 minutos.*

(\*) Texto não revisto pelo Orador.

*Deputados que entraram durante a Sessão:*

**Partido Socialista (PS)**

**Ana Luísa Pereira Luís**

**Miguel António Moniz da Costa**

**Tiago** Dutra da Costa Rodrigues **Branco**  
**Vasco** Ilídio Alves **Cordeiro**

*Partido Social Democrata (PSD)*  
**Bruno** Filipe de Freitas **Belo**

### **Documentos entrados**

#### **1 - Projeto de Lei:**

**Assunto:** N.º 690/XIV (CDS-PP) - 11.ª alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto (Regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais), em matéria de candidaturas propostas por Grupos de Cidadãos Eleitores - n.º 25/XII-AR

**Proveniência:** Presidência da Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2021 – 02 – 22

**Comissão:** Política Geral

**Data Limite de Parecer:** 2021 – 03 – 15;

**Assunto:** N.º 694/XIV (PAN) - Assegura a suspensão de vigência das alterações que limitam os direitos de candidatura dos pequenos partidos e dos grupos de cidadãos eleitores, aprovadas pela Lei Orgânica n.º 1-A/2020, de 21 de agosto, durante o ano de 2021, e procede à décima primeira alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto - n.º 26/XII-AR

**Proveniência:** Presidência da Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2021 – 02 – 23

**Comissão:** Política Geral

**Data Limite de Parecer:** 2021 – 03 – 15;

## **2 - Projeto de Decreto do Presidente da República:**

**Assunto:** Pedido de autorização do Senhor Presidente da República para a renovação do estado de emergência – n.º 28/XII-AR

**Proveniência:** Presidência da Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2021 – 02 – 24

**Comissão:** Permanente

**COM PEDIDO DE URGÊNCIA**

## **3 - Projeto de Decreto-Lei:**

**Assunto:** Estabelece o modelo de governação dos fundos europeus atribuídos a Portugal através do Plano de Recuperação e Resiliência – MP – (Reg. DL 833/XXII/2020) - n.º 12/XII-GR

**Proveniência:** Conselho de Ministros

**Data de Entrada:** 2021 – 02 – 22

**Comissão:** Economia

**Data Limite de Parecer:** 2021 – 03 – 01;

## **4 - Projeto de Resolução:**

**Assunto:** Cria o «Prémio Nacional das Florestas» - PCM (MAAC) - (Reg. R 842/XXII/2021) - n.º 13/XII-GR

**Proveniência:** Conselho de Ministros

**Data de Entrada:** 2021 – 02 – 24

**Comissão:** Economia

**Data Limite de Parecer:** 2021 – 03 – 02;

## **5 - Projetos de Decreto Legislativo Regional:**

**N.º 17/XII**

**Assunto:** [Altera o DLR n.º 19/2006/A, de 2 de junho \(Adaptação do Código do Trabalho à Região\)](#)

**Proveniência:** BE

**Data de Entrada:** 2021 – 02 – 19

**Comissão:** Política Geral

**Data Limite de Parecer:** 2021 – 03 - 24;

**N.º 18/XII**

**Assunto:** [Cria o "Enfermeiro de Família" no Serviço Regional de Saúde](#)

**Proveniência:** CDS-PP

**Data de Entrada:** 2021 – 02 – 24

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data Limite de Parecer:** 2021 – 03 - 26;

**N.º 19/XII**

**Assunto:** [Regime dos Requerimentos Parlamentares](#)

**Proveniência:** PSD/CDS-PP/PPM

**Data de Entrada:** 2021 – 02 – 24

**Comissão:** Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

**Data Limite de Parecer:** 2021 – 03 - 26;

**N.º 20/XII**

**Assunto:** [Quinta alteração ao DLR n.º 21/2009/A, de 2 de dezembro, alterado pelos DLR n.ºs 2/2012/A, de 12 de janeiro, 4/2014/A, de 18 de fevereiro, 21/2015/A, de 3 de setembro, e 1/2020/A, de 8 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de apoio ao movimento associativo desportivo](#)

**Proveniência:** PSD/CDS-PP/PPM/CH/IL

**Data de Entrada:** 2021 – 02 – 24

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data Limite de Parecer:** 2021 – 03 - 26;

**6 - Projetos de Resolução:**

**N.º 32/XII**

**Assunto:** [Aquisição de veículos terrestres e marítimos de apoio aos Vigilantes da Natureza](#)

**Proveniência:** PAN

**Data de Entrada:** 2021 – 02 – 19

**Comissão:** Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

**Data Limite de Parecer:** 2021 – 03 – 24;

**N.º 33/XII**

**Assunto:** [Caducidade da Declaração de Impacte Ambiental da Central de Valorização Energética de Resíduos na ilha de São Miguel - MUSAMI](#)

**Proveniência:** PAN

**Data de Entrada:** 2021– 02 – 22

**Comissão:** -----

## URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 34/XII

**Assunto:** [Remoção de amianto dos edifícios escolares](#)

**Proveniência:** PSD

**Data de Entrada:** 2021 – 02 – 22

**Comissão:** Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

**Data Limite de Parecer:** 2021 – 03 – 25;

N.º 35/XII

**Assunto:** [Cria a Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia](#)

**Proveniência:** PS/PSD/CDS-PP/CH/PPM/IL/PAN

**Data de Entrada:** 2021 – 02 – 24

**Comissão:** -----

## URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 36/XII

**Assunto:** [Recomenda ao Governo Regional dos Açores um aumento mensal de 30% no Complemento Regional de Pensão para os idosos](#)

**Proveniência:** CH

**Data de Entrada:** 2021 – 02 – 24

**Comissão:** -----

## URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 37/XII

**Assunto:** [Recomenda ao Governo Regional a negociação com a AMISM no sentido de dar início à incineração de resíduos não recicláveis](#)

**Proveniência:** CH

**Data de Entrada:** 2021 – 02 – 24

**Comissão:** -----

## **URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO**

### **7 - Requerimentos:**

**Assunto:** [Pavilhão da Escola Básica e Secundária de Santa Maria](#)

**Autora:** Elisa Sousa (PSD)

**Data de Entrada:** 2021 – 02 – 19

**Referência:** 54.03.01 – N.º 64/XII;

**Assunto:** [Candidaturas ao Colégio da Europa e à Bolsa “José Medeiros Ferreira”](#)

**Autor:** Vilson Ponte Gomes (PS)

**Data de Entrada:** 2021 – 02 – 19

**Referência:** 54.02.00 – N.º 65/XII.

### **8 - Respostas a Requerimentos:**

**Assunto:** [Resultados do processo de inquérito realizado a propósito da alegada promiscuidade existente no âmbito da aplicação do “vale saúde” entre o Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada e a Clínica do Bom Jesus](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2021 – 02 – 19

**Referência:** 54.07.00 – N.º 3/XII;

**Assunto:** [Extinção da AZORINA, SA](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2021 – 02 – 19

**Referência:** 54.02.00 – N.º 7/XII;

**Assunto:** [Desigualdades de tratamento entre agricultores](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2021 – 02 – 19

**Referência:** 54.06.00 – N.º 28/XII;

**Assunto:** [A preponderância do POSEI na Agricultura dos Açores](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2021 – 02 – 19

**Referência:** 54.02.00 – N.º 33/XII;

**Assunto:** [Ponto de situação sobre os compromissos assumidos pelo Governo da República relativamente à passagem do furacão “Lorenzo”](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2021 – 02 – 19

**Referência:** 54.03.00 – N.º 54/XII;

**Assunto:** [Efeitos do mau tempo nas infraestruturas portuárias e nas obras em curso no porto das Lajes das Flores e de Angra do Heroísmo](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2021 – 02 – 23

**Referência:** 54.01.00 – N.º 22/XII.

**9 - Comunicações/Informações:**

**Assunto:** Correio eletrónico solicitando que seja dado conhecimento a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a 2.<sup>a</sup> Recomendação à Assembleia da República e ao Governo de Avaliação da Implementação da Lei n.º 31/2014 no que se refere aos Programas Especiais de Ordenamento do Território

**Proveniência:** Maria Adília Lopes, Secretária Executiva do Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CNADS)

**Data de Entrada:** 2021 – 02– 16;

**Assunto:** Correio eletrónico solicitando que seja dado conhecimento a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Recomendação do CNADS sobre uma Lei do Clima

**Proveniência:** Maria Adília Lopes, Secretária Executiva do Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CNADS)

**Data de Entrada:** 2021 – 02– 17;

**Assunto:** Ofício S080/2021/XII, a solicitar o Agendamento potestativo, para a Sessão Plenária de fevereiro de 2021, do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 11/XII – “Programa de Apoio Extraordinário às Empresas de Comunicação Social Privada”

**Proveniência:** Vasco Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

**Data de Entrada:** 2021 – 02– 22;

**Assunto:** Ofício a comunicar o exercício de outras atividades

**Proveniência:** José Manuel Gregório de Ávila, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

**Data de Entrada:** 2021 – 02 – 22;

**Assunto:** Pedido de substituição integral do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 4/XII – “Regula o exercício da atividade dos profissionais de informação turística na Região Autónoma dos Açores” - (Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2011/A, de 16 de junho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 9/2013/A)

**Proveniência:** Pedro Neves, Representação Parlamentar do PAN

**Data de Entrada:** 2021 – 02 – 22;

**Assunto:** Pedido de prorrogação de prazo do Projeto de Resolução n.º 14/XII (PSD) – Forte de São João Baptista da Praia Formosa

**Proveniência:** Bárbara Chaves, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

**Data de Entrada:** 2021 – 02 – 22;

**Assunto:** Solicitação de retirada do pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 30/XII – “Revisão de apoios e incentivos à fixação de pessoal médico na Região Autónoma dos Açores”

**Proveniência:** Pedro Neves, Representação Parlamentar do PAN

**Data de Entrada:** 2021 – 02 – 22;

**Assunto:** Solicitação de retirada do pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 29/XII – “Recomenda a atualização do regime jurídico da avaliação do impacte e do licenciamento ambiental vigente na Região Autónoma dos Açores”

**Proveniência:** Paulo Estêvão, Grupo Parlamentar do PPM

**Data de Entrada:** 2021 – 02 – 26;

**Assunto:** Solicitação de retirada do pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 36/XII – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores um aumento mensal de 30% no Complemento Regional de Pensão para os idosos”

**Proveniência:** Carlos Furtado, Grupo Parlamentar do CH

**Data de Entrada:** 2021 – 02 – 26;

## 10 - Relatórios:

**Assunto:** [Sobre o Projeto de Decreto do Presidente da República – Pedido do Senhor Presidente da República para a renovação da declaração do estado de emergência – Audição n.º 28-XII - AR](#)

**Proveniência:** Comissão Permanente

**Data de Entrada:** 2021 – 02 – 25;

**Assunto:** [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

**Proveniência:** Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

**Data de Entrada:** 2021 – 02 – 22;

**Assunto:** [Sobre o Projeto de Lei n.º 652/XIV \(PS\) – Assegura o acesso às campanhas de publicidade institucional do Estado, aos órgãos de comunicação social direcionados às comunidades portuguesas no estrangeiro, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto - Audição n.º 15/XII - AR](#)

**Proveniência:** Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

**Data de Entrada:** 2021 – 02 – 19;

**Assunto:** [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

**Proveniência:** Comissão Especializada Permanente de Política Geral

**Data de Entrada:** 2021 – 02 – 22;

**Assunto:** [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

**Proveniência:** Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

**Data de Entrada:** 2021 – 02 – 22;

**Assunto:** [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 12/XII – Programa de Apoio Extraordinário à Cultura na Região Autónoma dos Açores](#)

**Proveniência:** Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

**Data de Entrada:** 2021 – 02 – 26;

**Assunto:** [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

**Proveniência:** Comissão Especializada Permanente de Economia

**Data de Entrada:** 2021 – 02 – 23;

**Assunto:** [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que altera a linha de crédito com juros bonificados dirigida aos operadores de setor da pesca – MM – \(Reg. DL 705/XXII/2020\) – Audição n.º 11/XII - GR](#)

**Proveniência:** Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

**Data de Entrada:** 2021 – 02 – 22;

**Assunto:** [Sobre o Projeto de Lei n.º 606/XIV/2.<sup>a</sup> \(PSD\) que aprova o regime jurídico da desclassificação de contratos ou outros documentos que comprometem o Estado ou outras entidades integradas no perímetro orçamental em sectores fundamentais – Audição n.º 21/XII - AR](#)

**Proveniência:** Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

**Data de Entrada:** 2021 – 02 – 24;

**Assunto:** [Sobre o Projeto de Lei n.º 634/XIV\(PAN\) que aprova o regime jurídico de transparência dos contratos, acordos e outros documentos relativos a operações que determinem a utilização ou disponibilização de fundos públicos relativamente a entidades pertencentes a sectores estratégicos – Audição n.º 22/XII - AR](#)

**Proveniência:** Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

**Data de Entrada:** 2021 – 02 – 24;

## **11 - Diários:**

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 6, e 7.

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 8 e 9, e as Separatas n.ºs 1, 2, 3 e 4

*O redator, André Silva*